

# CADERNOS

**DO TERCEIRO MUNDO**

141

**DROGAS:  
A CONEXÃO BOLIVIANA**



# A ESTERILIZAÇÃO DE MULHERES

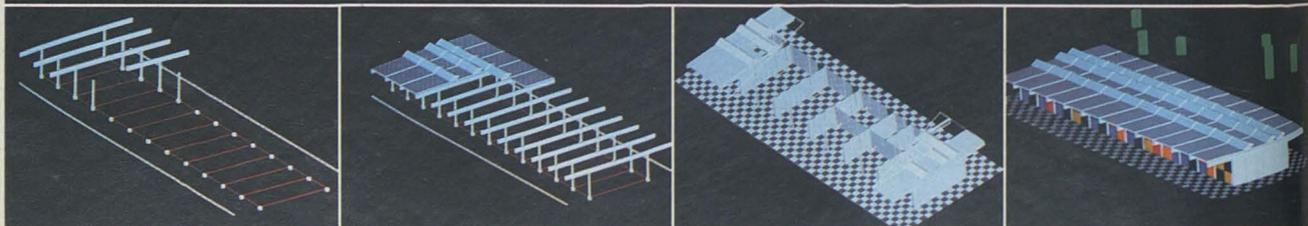
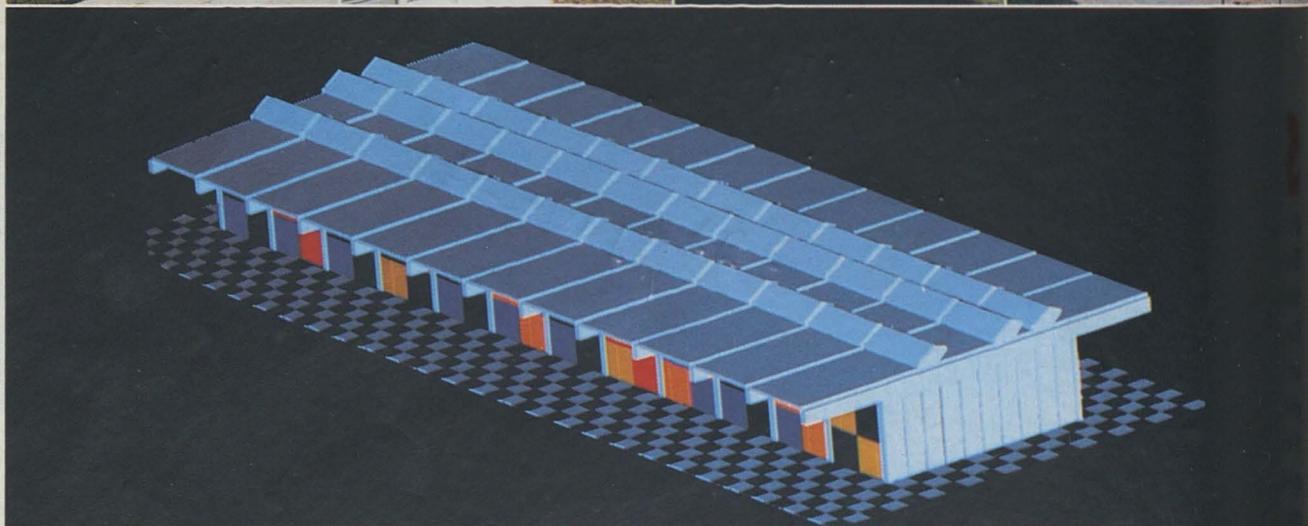
DOSSIÊ

**EXCLUSIVO:** DOCUMENTOS SECRETOS  
DO GOVERNO AMERICANO



**O IBGE CONFIRMA:  
QUASE 20% DAS BRASILEIRAS  
JÁ FORAM ESTERILIZADAS.**

# Riocop, uma empresa sem concorrentes. E sem concorrência.



A Riocop é um exemplo concreto de empresa estatal bem administrada. Criada há pouco mais de 5 anos, para coordenar a construção em massa de escolas (CIEPs) no Estado do Rio de Janeiro, hoje ocupa um lugar de destaque no setor de construção civil.

A base desse sucesso é o pioneirismo no trabalho com pré-moldados de argamassa

armada. Uma tecnologia que permite a construção, em tempo recorde, de escolas, centros de saúde, pontes, passarelas e uma série de outras obras em benefício da população. Tudo isso com um custo muito mais baixo em relação aos praticados pelas construtoras que lidam com o método convencional de concreto armado.

Grande parte desses projetos

têm sido executados junto a diversas prefeituras, autarquias e órgãos públicos de vários estados, em função, principalmente, da condição de estatal da Riocop. Isso permite a contratação de serviços sem licitações públicas.

A eliminação dos entraves burocráticos, aliada à qualidade do trabalho desenvolvido pela Riocop, tem permitido a essas

instituições o cumprimento de suas obrigações junto a suas comunidades.

Agora, sua administração também pode usufruir dessas vantagens e apresentar, em pouco tempo, benefícios de alto nível à sua população.

Contrate, sem concorrência, os serviços de quem é líder na tecnologia de argamassa armada no País.

## **RIOCOP**

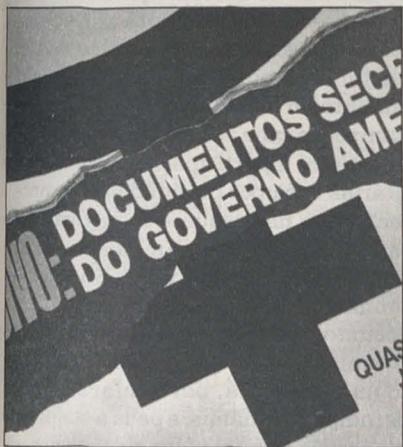
COMPANHIA MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

FÁBRICA DE EQUIPAMENTOS URBANOS E PRÉ-MOLDADOS  
BR 101 - Km 1 - Rodovia Rio-Santos - Santa Cruz - Rio de Janeiro  
CEP: 23560 - Tel.: (021) 395-4550 - FAX: (021) 395-3965

**CAPA:**

## “Esterilização, uma arma política”

**S**ob o argumento de propiciar o planejamento familiar, organizações estão promovendo o controle da natalidade no Brasil em proporções tão alarmantes que levaram o senador Darcy Ribeiro a qualificá-lo de um “genocídio”. Tudo estava previsto num documento secreto norte-americano datado de 1974, que nesta edição **cadernos do terceiro mundo** divulga com exclusividade.



O documento justifica a política de controle da natalidade, no Terceiro Mundo, como interesse estratégico dos Estados Unidos.

Página 10



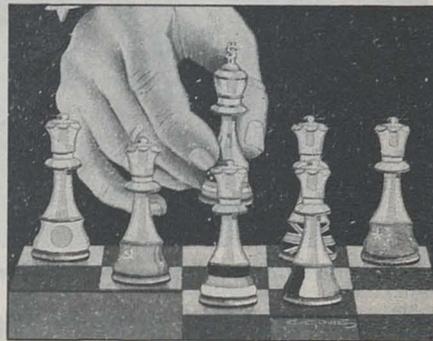
O controle mundial através da preservação do status quo atual é a meta dos conservadores norte-americanos, que pretendem ganhar novamente as eleições de 92, afirma o professor Brady Tyson

50



Os estádios vazios tornaram-se um escândalo permanente do futebol brasileiro

18



Uma transação obscura permitiu ao governo norte-americano enviar milhões de dólares aos contras da Nicarágua. É o que denuncia Luis Carlos Bernardes

31

## SUMÁRIO

### 2 PANORAMA

#### MATÉRIA DE CAPA

10 Esterilização, uma arma política

#### ESPORTE

18 Dia de espetáculo, cadeira vazia

#### SAÚDE

20 Aids não mata

23 Um teste mal interpretado

#### EDUCAÇÃO

24 Universidade pública protesta

26 50 anos de PUC

#### TELEVISÃO

27 Tv alternativa

#### CULTURA

28 Tesouro verbal sem verbas

#### CINEMA

29 A persistência cultural

#### LIVRO

30 Visão da Amazônia

### AMÉRICA LATINA

31 Bolívia: O fabuloso negócio da coca

35 Cuba: Um salto no vazio

37 Uruguai: Um drama não-resolvido

39 Honduras: Trabalhadores em pé de guerra

### ÁFRICA

41 África do Sul: A queda do outro muro

### ÁSIA

44 Camboja: Final quase feliz

46 Filipinas: No rastro do vulcão

### CIÊNCIA E TECNOLOGIA

47 Os ricos não querem concorrência

### IDÉIAS

50 A “Nova Ordem Mundial” de Bush

### 54 PANORAMA TRICONTINENTAL PÁGINA ABERTA

60 As razões da vida e da morte



O ministro Carlos Garcia em sua palestra na Associação Comercial - MG

## População e recursos

**A** população do mundo, depois da Segunda Guerra Mundial, aumentou em quatro vezes, passando de 1,5 bilhão para seis bilhões de habitantes. A produção, entretanto, aumentou 40 vezes, ameaçando a renovação das riquezas mundiais”.

Falando na Associação Comercial de Minas Gerais, em Belo Horizonte, no dia 25 de junho último, o ministro Carlos Garcia, secretário-executivo da Conferência Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, ressaltou os riscos, para a humanidade, de um crescimento desordenado, mostrando que este será um dos principais temas a serem debatidos na Rio-92.

“Temos de estabelecer um modelo de geração de riqueza”, prosseguiu, “que não seja predatório, que una o Primeiro e o Terceiro Mundos. O Primeiro Mundo, porque o atual modelo de desenvolvimento já mostrou estar superado. O Terceiro, para procurar uma forma de utilização dos recursos da Terra, sem os erros cometidos nos países ricos”.

O secretário-executivo da Rio-92 esclareceu que o objetivo da Conferência não é o de estudar a situação do Brasil, mas, sim, o de considerar a relação entre desenvolvimento e meio ambiente, a nível mundial.

“Temos de preservar a biodiversidade, quer dizer, todo o nosso ecossistema.”

Outro tema será o das alterações climáticas, como o efeito estufa, os danos à camada de ozônio, o aquecimento do planeta, etc..

Da Rio-92, informou o ministro, deverá sair uma Declaração Universal dos Direitos do Meio Ambiente. Para isso, pretende-se obter assinaturas de um bilhão de pessoas, em todo o mundo, de apoio à declaração.

A Conferência visa, ainda, a estabelecer os mecanismos de transferência de capitais e tecnologias para os países em desenvolvimento, na perspectiva das políticas ambientais que serão definidas.

A reunião na Associação Comercial de Minas foi dirigida pelo seu presidente, Lúcio Bemquerer, e contou com a presença do secretário estadual de Meio Ambiente, deputado Otávio Elísio, do governador do Espírito Santo, Albuíno Azeredo, além de empresários, parlamentares e jornalistas.

## Manifesto dos ecologistas

**G**rupos ecológicos vêm protestando contra a política ambiental brasileira há muito tempo. Mas, ultimamente, se dizem particularmente incomodados com o que consideram certa militarização do setor.

Sob o título de “Por uma política ambiental verdadeira”, o manifesto começa com uma crítica à participação da Secretaria de Assuntos Estratégicos-SAE no conselho de governo para o meio ambiente. “Este Conselho – diz o manifesto – passou a ser o novo órgão superior de meio ambiente, em lugar do Conselho Nacional de Meio Ambiente, Conama, organismo democrático que fica, assim, enfraquecido. A SAE deve ser eliminada dos mecanismos da política ambiental, e o Conama precisa ser plenamente fortalecido”, propõe o documento, que recebeu adesão de dezenas de entidades.

“O mesmo serviço de informações controla a política nuclear do país, cujas prioridades são militares, e que inclui distintos projetos levados a cabo pela Marinha, Exército e Aeronáutica, em flagrante desobediência ao Art. 21, inciso XXIII, alínea A, da Constituição Federal. A Constituição precisa ser respeitada. O programa nuclear paralelo precisa ser desmontado e as responsabilidades investigadas. A SAE deve ser afastada da questão nuclear, cujo controle cabe apenas ao Congresso e à sociedade civil. A concentração de poder na comunidade de informações vai muito além. A SAE está formalmente encarregada do zoneamento ecológico-econômico do território nacional, o que tende a militarizar o planejamento do uso do solo brasileiro. Esta tarefa tampouco cabe ao serviço secreto – mas deve contar com a participação das entidades comunitárias e grupos de cidadãos”, propõe o documento, que não esquece de criticar a Secretaria Nacional de Meio Ambiente, por não ter protestado contra o avanço da SAE sobre a questão ambiental.

O documento dos ecologistas considera o governo omissivo na questão do garimpo ilegal de ouro na Amazônia, particularmente na área dos índios ianomâmis, e pede a suspensão do uso do carvão vegetal pelas siderúrgicas da área de Carajás, além da proibição de instalação de qualquer indústria de celulose na região.

O documento finaliza, expondo o argumento de que “a verdade é que não basta falar de ecologia e fazer marketing em torno dela. É preciso respeitar, de fato, a natureza”.

## Cuidado e acidentes

**O**escândalo previdenciário, com a descoberta de uma difusa máfia que arrancava pensões e indenizações milionárias do Instituto Nacional de Seguridade Social-INSS, mostrou a facilidade com que se vazavam as defesas do sistema oficial. E revelou o uso perverso de uma das mais intensas doenças do trabalho no país: o acidente. O acidente de trabalho caminha para vitimar quase oitocentas mil pessoas por ano.

Dados do Ministério do Trabalho indicam que o país gastou 6 bilhões de dólares em benefícios a trabalhadores acidentados, no ano passado. O assunto vem merecendo estudos, principalmente nas atividades em que o trabalhador se vê mais exposto a risco. Mas, o interesse governamental, empresarial e dos sindicatos de trabalhadores ainda não conseguiu alcançar um nível que baixe os índices a patamares considerados normais.

Em junho, a área de construção civil do Rio de Janeiro promoveu seu X Encontro de Segurança do Trabalho, discutindo os problemas específicos no

setor. Segundo os técnicos envolvidos na atividade da prevenção de acidentes, "apesar dos esforços que vêm sendo realizados, não só pelos órgãos federais, como também por alguns sindicais, os empregados e empregadores ainda não se conscientizaram da necessidade da prevenção, no combate ao acidente do trabalho. A partir de 1973, com as medidas emergenciais tomadas pelo governo federal e seu posterior aperfeiçoamento, os índices de acidentes vêm caindo significativamente, não atingindo, porém, o desejável para um país desenvolvido. As estatísticas disponíveis sobre acidentes do trabalho são deficientes, incompletas e nem sempre merecedoras de crédito".

Um aspecto, acentuado pelos técnicos envolvidos no estudo de acidentes na área da construção, é a questão do baixo nível de instrução, característico do trabalhador do setor. Na opinião desses técnicos, isto leva a atitudes de trabalho propícias a acidentes. Por falta de conscientização, o operário despreza, por exemplo, itens de segurança que

considera desconfortáveis, como botas, luvas, capacetes e mesmo cintos de segurança, equipamento indispensável para evitar quedas. Aliada essa espécie de indisciplina ao pouco cuidado por parte do empresário, estará formada a condição para a ocorrência de acidentes.

Um estudo, realizado no âmbito das empresas de construção do Rio de Janeiro, mostrou que 98,48% dos acidentados não tinham formação profissional ou eram de formação apenas prática, sendo 48,22% serventes. A conclusão dos técnicos é de que o trabalhador estará mais exposto a riscos, quanto menor for seu nível de preparação específica para a atividade. "A preparação profissional é imprescindível na prevenção de acidentes", afirmam.

Como medidas para reverter o quadro, que consideram dramático no país, os técnicos apontam, a curto prazo, maiores investimentos governamentais na área de prevenção de acidentes e maior empenho dos patrões no aperfeiçoamento de sua mão-de-obra. Medidas de médio e longo prazos são os investimentos em educação e na melhoria da qualidade de vida, "em particular na saúde, alimentação, habitação e transporte".

## Ciência discute Brasil

**Q**uando existe um governo que fala em lançar o país no Primeiro Mundo, os cientistas se reúnem para avaliar os estragos e constatam que nunca foi tão dramática a situação da área científica e tecnológica no Brasil.

Reunidos na 43ª Reunião da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência-SBPC, no Rio, cientistas e pesquisadores brasileiros lançaram um apelo pela revitalização e modernização do setor, uma das bases sobre a qual, necessariamente, o país terá que se apoiar, se quiser mesmo entrar na faixa dos países desenvolvidos. O lema do encontro foi a "Sobrevivência", tema apropriado num momento em que a ciência se sente encurralada no Brasil e quando tanto se fala em salvar o planeta, ecológica e socialmente.

Ausência de políticas coerentes, falta de apoio financeiro e organizacional, desconhecimento do potencial científico nacional, entendimento limitado sobre a importância da educação para o salto do desenvolvimento — estas são as queixas básicas que a comunidade científica apresenta contra o governo. Apesar disso, a ciência brasileira ainda exibe alguma saúde e guarda um potencial capaz de grandes realizações. Pelas contas do presidente da SBPC, físico Enio



A ciência no Brasil se sente encurralada

Candotti, o país conta com cerca de 25 mil cientistas atuando na área de pesquisa e outros 25 mil no setor de tecnologia. Nas condições nacionais, números importantes, que demonstram a capacidade existente para a produção de ciência e suas aplicações práticas no Brasil.

A reunião da SBPC, segundo seu presidente, teve o objetivo interno de divulgar no meio científico as mais recentes produções e, externamente, mais uma vez sensibilizar a sociedade e os governos para a importância da produção científica nacional e para os perigos que a rondam.

Sem ciência e tecnologia produzidas internamente, não há salto para o desenvolvimento — é o recado, em resumo, dos que se dedicam às pesquisas no país.

# Minas reage à privatização

O processo de privatização da Usiminas caminha para o impasse, diante das reações que vem provocando, principalmente em Minas. Sob a direção de um Comitê de Defesa da Usiminas, personalidades de todos os partidos no Estado estão se articulando contra a venda daquela estatal, considerada um modelo de eficiência e produtividade. As manifestações de oposição incluem desde o vice-presidente da República, Itamar Franco, até o ex-vice-presidente e ex-governador Aureliano Chaves, passando pelo presidente da Assembléia Legislativa, Romeu Queiroz, além de secretários de Estado, toda a Câmara municipal de Belo Horizonte, a prefeitura de Ipatinga (sede da usina), o presidente da Federação das Indústrias de Minas, empresário José de Alencar, senadores, deputados, dirigentes partidários e sindicais.

“Estamos lutando em todos os campos” – declarou a **Cadernos do terceiro mundo** o deputado Otacílio Miranda, que integra o Comitê –, desde a mobilização política até os tribunais. Não vai ser fácil tirar dos mineiros este patrimônio de todo o nosso povo.”

Várias ações judiciais estão em andamento ou em preparação, procurando obstruir a venda da Usiminas. Uma delas, proposta pela CGT, já obteve parecer favorável do procurador-geral da República, em Minas.

Tramitam igualmente, no Congresso, dois projetos importantes, que podem acarretar sérias mudanças no projeto de privatizações. Um deles é do senador Juta-

hy Magalhães, que submete as privatizações, caso a caso, à apreciação do Congresso. O outro é do deputado Vivaldo Barbosa, de decreto legislativo, suspendendo o leilão da Usiminas. Também o Tribunal de Contas da União, através de seu presidente Adhemar Ghisi, vem levantando dúvidas sobre a regularidade da privatização da usina mineira.

Todas estas iniciativas causaram uma resposta nervosa do presidente da Comissão Nacional Diretora do Programa de Privatização e presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social-BNDES, economista Eduardo Modiano. Falando na Associação Comercial de Minas, no dia 12 último, ele reconheceu que as ações em curso vão atrasar o processo de privatização, mas acredita que não o deterão. Ele chegou, inclusive, a ameaçar os seus patrocinadores de responderem pelos prejuízos causados. Na reunião, ele ouviu críticas de empresários que se opõem à venda ou que a questionam, sob vários aspectos.

A Central Geral dos Trabalhadores-CGT, em sua ação junto à Justiça Federal de Minas, relaciona várias irregularidades no processo de privatização da Usiminas. Uma delas é a lesividade para o patrimônio público, representada pela avaliação da usina por valores considerados muito baixos. Provocado pelo juiz titular da 8ª Vara, onde corre a ação, o procurador da República, Humberto Agrícola Barbi, deu parecer favorável à concessão da liminar requerida pelos autores. O procurador

reconheceu que há a possibilidade de lesão ao patrimônio público.

“Tratando-se de empresa-modelo no setor siderúrgico” – diz o parecer – “de baixo custo operacional, que não provoca dispêndio ao poder público pela sua má administração.

Ao contrário, é empresa lucrativa, o que demonstra o interesse da aquisição de seu controle acionário e, pelos dados coligidos no processo, tem seu esquema de privatização, inclusive custos, sido objeto de reparos veementes por técnicos e homens públicos.”

O PT, igualmente, vai entrar com ação popular contra a venda da usina, tão logo terminem as férias forenses. Falando à imprensa em Belo Horizonte, o economista Walter Barelli sustenta que, pelos critérios adotados para a venda da Usiminas, o Estado terá que pagar, para vender a Companhia Siderúrgica de Tubarão, em Vitória, ou a Companhia Siderúrgica Nacional, de Volta Redonda.

“Caso o governo utilize o mesmo critério aplicado na avaliação da Usiminas” – afirmou – “terá que desembolsar 100 milhões de dólares, quando for privatizar Tubarão, para que a iniciativa privada fique com ela.”

Com efeito, se for considerado o fluxo anual de 60 milhões de dólares da CST, atualmente, a projeção no prazo de 15 anos e a taxa de retorno de 14% sobre este valor, como aconteceu com a Usiminas, chega-se a 300 milhões de dólares. Como a dívida atual da CST é de 400 milhões de dólares, encon-

tra-se o preço negativo de 100 milhões de dólares.

De acordo com Barelli, se, ao contrário da taxa de retorno de 14% – que constitui o dobro da taxa média no setor siderúrgico –, a avaliação da Usiminas tivesse considerado a taxa real de 7% e aumentado o prazo de retorno para 20 anos, que é o mais correto para a atividade, o preço mínimo para o leilão seria em torno de 4 bilhões de dólares, e não de 1,5 bilhão de dólares, como foi fixado.

Outra ação, que está sendo preparada pelo PDT de Minas, questiona a legalidade do processo de privatização, principalmente quanto à utilização, nos leilões, dos títulos da dívida externa, os *Deposit Facility Agreement-DFA*. A Lei 8031, de 12/04/90, regulamentada pelo decreto 99.463, de 16/08/90, lista as moedas que poderão ser utilizadas nas privatizações. Na relação não estão incluídos os DFAs, nem qualquer tipo de capital externo.

Segundo a resolução nº 82, do Senado, os créditos externos só poderão ser usados nas privatizações com o deságio vigente no mercado. Ora, o deságio dos DFAs tem sido em média de 75%, mas os títulos estão sendo admitidos para pagamento da Usiminas com o desconto de apenas 25%. Através desse dinheiro desvalorizado, a empresa poderá ser adquirida por preços irrisórios, especialmente por grupos estrangeiros.

A privatização da Usiminas entra assim num campo minado, que expõe o governo a mais um grande fracasso.

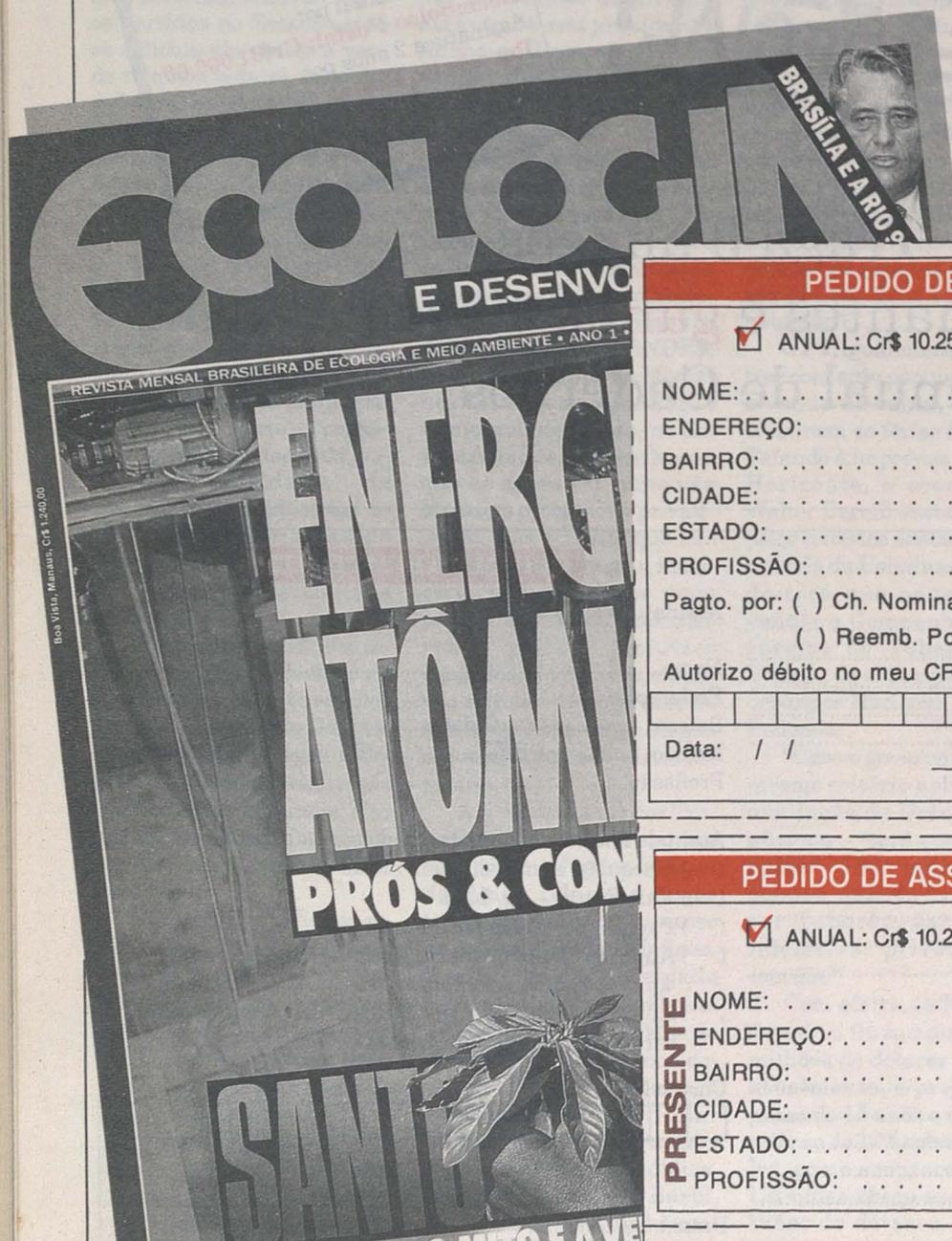
(José Maria Rabêlo)



# Leia

O Rio de Janeiro vai sediar em junho de 1992 a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento, uma reunião planetária de debate sobre as questões ecológicas. A revista **Ecologia e Desenvolvimento** se propõe a contribuir para a análise desse encontro histórico e acompanhar os seus desdobramentos. A ecologia já é, hoje, um tema dominante. Acompanhe o seu tempo.

# e Assine



*Gratis*  
Dê uma assinatura de presente a um amigo e ganhe 1 livro de brinde.

Validade: até 05.09.91

### PEDIDO DE ASSINATURA

ANUAL: Cr\$ 10.250,00

NOME: .....  
ENDEREÇO: .....  
BAIRRO: .....  
CIDADE: ..... CEP: .....  
ESTADO: ..... TEL.: .....  
PROFISSÃO: .....  
Pagto. por: ( ) Ch. Nominal ( ) V. Postal - Ag. Lapa  
( ) Reemb. Postal ( ) CREDICARD  
Autorizo débito no meu CREDICARD Nº

Data: / /

Comprador

### PEDIDO DE ASSINATURA DO AMIGO

ANUAL: Cr\$ 10.250,00

**PRESENTE** NOME: .....  
ENDEREÇO: .....  
BAIRRO: .....  
CIDADE: ..... CEP: .....  
ESTADO: ..... TEL.: .....  
PROFISSÃO: .....

Editora Terceiro Mundo Ltda. • Rua da Glória, 122 - 1º andar • Glória • 20241 • Rio de Janeiro • RJ • Telex: 21 33054 CTMB BR  
PEÇA TAMBÉM PELO TELEFONE (021) 252-7440 OU PELO FAX (021) 252-8455

Publicação com informação e análise das realidades e aspirações dos países emergentes

**EDITORA TERCEIRO MUNDO LTDA.**

**Diretor Geral:** Neiva Moreira

**Diretores:** Beatriz Bissio, José Maria Rabêlo, Henrique Menezes

Rua da Glória, 122 Grupos 105/106 - 20241 - Rio de Janeiro - RJ - Brasil

Tel: (021)242-1957/222-1370 - **Assinaturas:** Tel.: (021)252-7440

Telex: (021) 33054 CTMB-BR - **Geonet:** Terceiro-Mundo - **Alternex:** Caderno

**CADERNOS DO TERCEIRO MUNDO**

**Diretor:** Neiva Moreira

**Diretor Adjunto:** Pablo Piacentini

**Editora:** Beatriz Bissio

**Subeditores:** Claudia Guimarães,

Procópio Mineiro

**Consultores Especiais:** Darcy Ribeiro

(Brasil), Henry Pease García (Peru),

Eduardo Galeano (Uruguai) e Juan

Somavía (Chile)

**REDAÇÃO:** Aldo Gamboa (Brasil),

Roberto Bardini (México), Carlos Pinto

Santos (Portugal), Cristina Canoura

(Uruguai)

**SUCURSAIS:** Paulo Cannabrava Filho

(São Paulo), Clóvis Sena e Memélia

Moreira (Brasília), José Carlos Gondim

(Amazônia), Antônio de Pádua Gurgel

(Vitória), Angela Carrato (Belo Horizonte).

**REVISÃO:** Cléa Márcia Soares, Júlio

Cesar da Rocha. **DEPTO. DE ARTE:** Tell

Vilhena (editor), Carlos Gomes (capa e

projeto gráfico), Sílvia H. Pompeu.

**FOTOS:** France Press, André Louzeiro,

Hélio Santos.

**CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO:**

Maria Helena Falcão (diretora), Andrea M.

da Costa Santos, Isabel Falcão, Roberto de

Oliveira, Juliana Iooty de Paiva Dias.

**BANCO DE DADOS:** Macário Costa

**ADMINISTRAÇÃO:** Henrique Menezes.

**CIRCULAÇÃO E ASSINATURAS:**

Mauro Mendes

**CADERNOS DO TERCEIRO MUNDO**

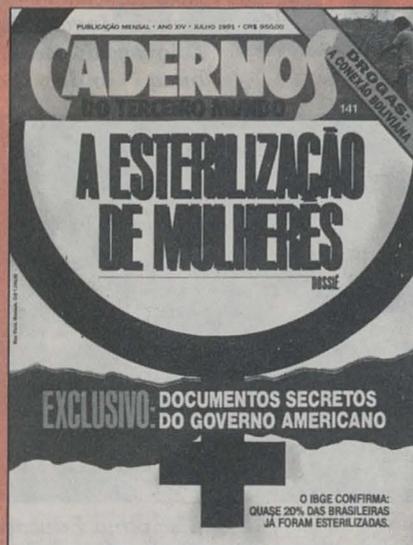
utiliza os serviços das seguintes agências:

ANGOP (Angola), AIM (Moçambique), INA

(Iraque), IPS (Inter Press Service), ALASEI

(México), SALPRESS (El Salvador),

SHIHATA (Tanzânia), WAFA (Palestina),



e o pool de agências dos Países Não-Alinhados. Mantém também intercâmbio editorial com as revistas: Africa News (Estados Unidos), Nueva (Equador), Novembro (Angola), Tempo (Moçambique), Altercom (Ilet-México-Chile), Third World Network (Malásia), Israel and Palestine Political Report (Paris) e Against the Current (EUA). **Fotos:** Agence France Press (AFP).

**• SUCURSAL DE LISBOA:**

**Diretor:** Artur Baptista

Tricontinental Editora Ltda.

Calçada do Combro 10/1º andar

Lisboa, 1.200 - Tel.: 32-0650

Telex: 42720 CTM-TE-P

**REPRESENTANTES (ASSINATURAS)**

**Alagoas** - José Macedo Rua Santa Terezinha, 158 - Centro Arapiraca - AL - CEP 57300

**Fortaleza** - Alexandre Carlos Ferreira Av. dos Expedicionários, 5405/204 bloco 7

**Aeroporto** - CE - Tel.: 245-1679 - **Paraná** - Joel Antonio Flores Rua Senador Salgado

Filho, 441 União da Vitória - PR - CEP 84600 - **Bahia** Alfredo José Barreto Estrada

Monsenhor Costa, 340 - Centro Xique-Xique - BA - CEP 47400

**Santa Catarina** Augusto José de Almeida Rua Rui Barbosa, 34 - Fundos

Agronomica - Florianópolis CEP 88025 - Tel.: 281453

**Belo Horizonte** - Sival Bambilra Rua Rio Novo, 315 - Lagoinha Tels.: 442-4553 /

226-2564 - **Belém** - Luiz Carlos Costa Ferreira Passagem Gaspar Dutra, 102 Souza - PA -

Tel.: 226-0883

**São Paulo** - SARTI Representações Ltda. Rua São Bento, 500/6º andar. São Bento - Centro -

SP - Tel: (011)367094

**Aracajú** - Assine Representações Rua Própria, 48/202 - Centro Aracajú - CEP 49010 - Tel.: 211-3358 - **Macapá** - Raimundo de Oliveira Rua Leopoldo Machado, 4164 Beiril - AP -

CEP 68900

**Montes Claros** - Cassio Avelino Soares Rua Daniel Costa, 55 - Jardim São Luiz

CEP 39400 MG - Tel.: 221-1641

SÓ PARA  
ASSINANTES



RENOVE  
COM  
DESCONTO  
E AINDA  
GANHE UM  
BRINDE  
DE PRESENTE  
FAÇA SEU PEDIDO  
PELO TELEFONE  
(021) 252-7440  
OU PELO FAX  
(021) 252-8455  
LIGUE JÁ!

**PENA DE MORTE**

Com relação ao artigo "Pena de morte, o debate está nas ruas" (cadernos do terceiro mundo, edição 140), manifesto minha posição contrária aquele tipo de condenação.

Recorro a dois argumentos. O primeiro é que, enquanto o homem, investido da autoridade do Estado-juiz se conservar afastado das regras traçadas pelo Criador; enquanto ele se desviar dos caminhos divinos para os seus próprios caminhos; enquanto prevalecer a incompreensão dos deveres do homem para com o seu semelhante; enquanto imperar o egoísmo, a ambição, a sede de mando e de domínio, aliados da vaidade e da presunção, a pena de morte é banditismo legal.

Em segundo lugar, enquanto o mal tiver domínio na vontade corrupta do homem e este não contemplar em seu próximo a sua própria imagem, para fazer-lhe o que desejaria que lhe fizesse, torna-se necessário um brado de alerta contra o banditismo legal da pena de morte.

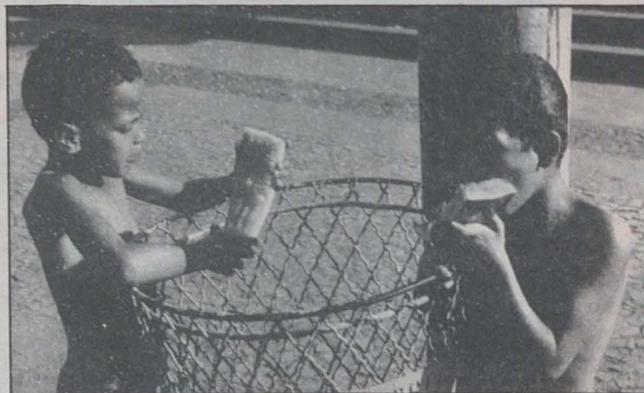
**A. Carvalho Filho**  
Penha  
Rio de Janeiro/RJ

**SALÁRIOS**

A propósito da nota "Desabafo do coronel", na edição 139 dos cadernos do terceiro mundo, considero que o coronel Péricles da Cunha tem toda razão. Fui funcionário do exército e não suportava ver tanto desperdício de recursos em soldados, equipamentos caríssimos, imóveis, etc., tudo utilizado numa atividade completamente estéril. Num país como o nosso, carente de recursos financeiros para

investimentos em atividades produtivas e de pesquisa, grande parte do orçamento é gasto em atividades absolutamente estéreis. Por que não transformar os quartéis em escolas para erradicação do analfabetismo deste país?

**Pedro Olinto Schleder do Carmo**  
Piraquara - PR



**MENORES**

O Centro de Articulação de Populações Marginalizadas-Ceap, considerando a gravidade do documento da Escola Superior de Guerra, cujos trechos foram publicados no Jornal do Brasil, dia 19 de junho, sob o título "Documento da ESG sobre meninos de rua causa polémica", enviou telegrama à presidente da CPI que apura extermínio de crianças e adolescentes no Brasil, deputada Rita Camata, sugerindo que aquela comissão convoque para depor o diretor da Escola Superior de Guerra. Conclamamos a todos no exercício de sua cidadania que reforcem esta iniciativa do Ceap, enviando telegrama com a mesma finalidade para os membros daquela comissão.

Só nossa ação unida pode pôr fim ao extermínio de nossas crianças.

**Ivanir dos Santos**  
Secretário do Ceap  
Rua da Lapa, 200/809  
20021 - Centro - Rio/RJ

**PREFERÊNCIA**

Felicito a Editora Terceiro Mundo pela qualidade das suas matérias. A assinatura dessa revista tem sido de grande valia, não apenas para mim, como também para a Escola Professor Agamenon Magalhães, em São Lourenço da Mata, Pernambuco, onde leciono a

disciplina Educação Física. Mantenho nessa escola um grupo de leitura entre os alunos, onde cadernos do terceiro mundo tem lugar cativo, visto que é uma das publicações mais procuradas.

**Walker Bezerra Vieira**  
Boa Vista - Recife - PE

**VISÃO CLARA**

Procurando uma revista que realmente desse uma visão clara e objetiva dos fatos, tanto a nível nacional como internacional, deparei com cadernos do terceiro mundo.

Apreciei o modo como se mostra a notícia ao leitor, que nem sempre é leigo, e a busca incessante evidenciada nos próprios artigos em não se deturpar ou sensacionalizar fatos e questões às vezes polémicos.

Um reparo a fazer refere-se ao preço, que pode dificultar a aquisição da revista por parte de muitos que gostariam de comprar seu exemplar.

**Carlos Dionísio Campanella**  
Brasília - DF

**PLEBISCITO**

Questiono a consistência do plebiscito a ser realizado em 1993, porque em 1963 o eleitorado brasileiro compareceu às urnas para demonstrar sua preferência pelo presidencialismo, só que essa decisão acabou sendo efêmera. Agora, voltam a falar em plebiscito para definir entre forma de governo (parlamentarismo ou presidencialismo) e regime político (monarquia ou república).

Eu me pergunto: uma simples mudança de regime mudará a situação econômica, financeira, política e social do Brasil? O que me deixa intrigado é que falamos tanto nessas opções, mas não se ouve falar em reeleição para o Poder Executivo, nem em coincidência de mandatos. Sou a favor das duas coisas.

Quanto à monarquia, não era a mesma parlamentarista? Se foi extinta, por que ressuscitá-la um século depois?

Rogo que a imprensa e todas as entidades representativas promovam campanhas de esclarecimento, para que a nossa escolha seja fruto de mentes esclarecidas. Só que a palavra final fica por conta do Congresso Nacional...

**Antonio de Araújo Cosmos**  
Rio de Janeiro - RJ

**ERRATA**

A foto publicada na página 15 da edição 140 ("Pena de morte, solução ou barbárie?") não é do deputado estadual pelo PFL-SP, Afanásio Jazadjji, mas do deputado estadual do PT-SP, Luiz Carlos Pedro.

# COISAS DE VALOR

*Para o Mercantil, o seu bem-estar e a sua tranqüilidade são da maior importância. E, para facilitar sua vida, o Mercantil oferece todos os produtos e serviços de que você precisa. As melhores opções de aplicação, facilidades no crédito e assessoria financeira para pessoas físicas e jurídicas.*

*O Mercantil quer cuidar de tudo para você. E, por isso, oferece um atendimento especial. Personalizado. Porque tudo que tem valor para você também tem valor para o Mercantil.*

**MERCANTIL** 

O Banco que dá valor a você.

# ESTERILIZAÇÃO

## Uma arma política

Patricia Terra

*Sob o argumento de propiciar planejamento familiar, organizações estão decretando o controle da natalidade no país*

**A**lcança índices dramáticos o número de mulheres brasileiras, em idade fértil, submetidas à esterilização por cirurgia. Por suas dimensões, o assunto já faz parte dos temas que preocupam setores políticos, científicos e religiosos, pois envolvem aspectos da dignidade pessoal e de saúde pública, e estabelecem desdobramentos estratégicos para o futuro do país.

Nesta reportagem, o leitor acompanhará o sinuoso e quase imperceptível curso de uma ação de largo alcance, que as mulheres estão sendo levadas a sofrer em silêncio e de que o país só vem a tomar conhecimento, se prestar atenção especial a certos números, que as estatísticas eventualmente revelam.

Já em 1986, 41,8% das brasileiras de 15 a 54 anos, que recorriam a métodos anticoncepcionais, haviam se submetido à cirurgia de ligação de trompas, que impede a fecundação. Este percentual equivalia a 6 milhões de mulheres, pelos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE. Hoje, segundo cálculos do Ministério da Saúde, as mulheres que recorreram à esterilização podem chegar a 25 milhões. Em cinco anos, um aumento de cerca de 400% no número de casos.

A anticoncepção cirúrgica desempenha papel relevante na redução da fertilidade da família brasileira. Nos últimos 20 anos, esta redução alcançou intensidade e progride geometricamente. Com isto, a população brasileira cresce cada vez menos, enquanto persistem, nas Regiões Norte e Centro-Oeste, imensos vazios demográficos.

A esterilização feminina indiscrimi-

nada não é considerada legal pelo governo, portanto não deveria prevalecer entre os métodos contraceptivos utilizados, como se pode verificar em diversos estados da federação. A cirurgia não é reversível: condena mulheres à infertilidade definitiva. Por tal razão, a Pesquisa Nacional por Amostragem Domiciliar-Pnad, realizada pelo IBGE em 1986, não incluiu a cirurgia de esterilização entre os métodos que evitam a gravidez. Mas, forneceu, inicialmente, o dado de que, na época, 16% de todas as mulheres brasileiras em idade fértil tinham sido esterilizadas.

Ao governo, cabe a função de informar e educar a população, quanto aos métodos disponíveis para evitar filhos — entre eles, o natural, a pílula, o diafragma, o DIU, geléias, a vasectomia e outros. No entanto, esta tarefa de pôr o planejamento familiar às claras, para que o casal se decida, não é assumida ou promovida pelo governo federal. São organizações não-governamentais, financiadas por capital estrangeiro, que atuam neste filão.

Os resultados da pesquisa do IBGE, que colocam a esterilização cirúrgica e o uso da pílula em situação de empate, quanto à intensidade de sua utilização respectiva por aquelas que querem evitar filhos, provocam uma pergunta: o que se faz hoje, no Brasil, é planejamento familiar ou controle da natalidade?

A resposta pode ser obtida em um memorando especial do governo norte-americano, divulgado pela publicação "Executive Intelligence Review" a seus assinantes. O memorando revela a existência de documentos, classificados como secretos nos Estados Unidos até o ano passado, quando foram liberados à

consulta. Os documentos, codificados como National Security Study Memorandum-200 (NSSM-200), determinam o controle da natalidade em 13 países do Terceiro Mundo, no Brasil em especial. Os outros 12 países são Índia, Bangladesh, Paquistão, Nigéria, México, Indonésia, Filipinas, Tailândia, Egito, Turquia, Etiópia e Colômbia.

### O documento secreto norte-americano

O NSSM-200, oriundo do Conselho de Segurança Nacional dos Estados Unidos, é datado de 1974. Na época, Henry Kissinger chefiava o Conselho; Brend Scowcroft era o Assessor de Segurança Nacional da Casa Branca (hoje, é ele o chefe do Conselho), enquanto George Bush, atual presidente dos Estados Unidos, era diretor da CIA.

Juntos, os três formularam uma política de controle de natalidade nos países do Terceiro Mundo, com objetivos sinistros e que lembram o episódio bíblico em que Herodes, ameaçado pelas profecias que anunciavam o nascimento de um novo rei, mandou matar todas as crianças da região de Belém, com até dois anos de idade. O rei anunciado era Jesus Cristo.

**Poder e raça** — Através da redução populacional nos 13 países citados no documento, os Estados Unidos planejavam, principalmente, evitar que as nações se desenvolvessem a ponto de alcançarem *status* de potências mundiais. Preservar os recursos naturais de tais países para que, mais tarde, fossem

aproveitados pelos próprios Estados Unidos, e promover um "melhoramento racial na Humanidade", a fim de não degenerar a raça anglo-saxônica, eram outros objetivos da política secreta.

Em relação ao Brasil, a emissão do memorando nos Estados Unidos coincidiu com a elaboração do II Plano Nacional de Desenvolvimento-II PND, durante o governo Geisel. O II PND afirmava que "o Brasil ainda se coloca como país subpovoado, em relação à disponibilidade de terra e outros recursos naturais. Como país soberano, se pensa no direito de adotar posição consequente com essa verificação de ser ainda país subpovoado, ou seja, de deixar que sua população continue crescendo a taxas razoáveis, para efetivar seu potencial de desenvolvimento e dimensão econômica".

Dá, o Brasil ter sido escolhido como prioridade pelo estudo "Implicações do Crescimento da População Mundial para a Segurança Nacional e os Interesses Externos dos EUA", contido no memorando.

Diz o documento NSSM-200: "O Brasil, com uma população atual de 100 milhões, claramente domina o continente latino-americano demograficamente; no final do século, sua população alcançará o nível da população norte-americana de 1974, 212 milhões de pessoas. As perspectivas de rápido crescimento econômico auguram para o Brasil um crescente status de poder na América Latina e no resto do mundo, nos próximos 25 anos".

O documento justifica a política de controle da natalidade, no Terceiro Mundo, como interesse estratégico dos Estados Unidos. "A localização de reservas conhecidas de minérios de mais alto teor, da maioria dos elementos, favorece uma dependência crescente de todas as regiões industrializadas, em relação às importações dos países menos industrializados (...) É provável que companhias estrangeiras sejam expropriadas e submetidas a intervenções arbitrárias. Seja por ações governamentais, conflitos trabalhistas, sabotagem ou distúrbios civis: assim o fluxo de materiais necessário será comprometido. Não obstante o fato de que a pressão populacional não constitui, obviamente, o único fator envolvido, tais classes de frustrações são menos prováveis, sob condições de crescimento populacional reduzido ou nulo".

No caso do país resistir à aplicação dos programas de controle de natalidade impostos pelos Estados Unidos indiretamente, o NSSM-200 determina que seja reduzido o fornecimento de alimentos a tal país. "Dado que o crescimento populacional constitui determinante principal no aumento da demanda de alimentos, a disposição de recursos escassos deve considerar os passos que um país está dando no controle da população, assim como a produção de alimentos. Nestas relações sensíveis, é importante, tanto em estilo, quanto em conteúdo, evitar a aparência de coerção".

O documento ameaça ainda com "uma série de desastres agrícolas, que poderiam transformar alguns dos países menos desenvolvidos em casos malthusianos clássicos, com a fome de milhões de pessoas".

A pesquisadora do Centro de Estudos da Saúde do Trabalhador e da Ecologia Humana-Cesteh/Fiocruz, Fernanda Carneiro, explica que "o reconhecimento da função reprodutiva como social e política, no capitalismo industrial, se deu entre o final do século XVIII e o início do século XIX, por Malthus, um economista inglês. Pela primeira vez, se teorizou sobre a correlação entre o crescimento populacional e a produção econômica de alimentos e recursos não-renováveis, afirmando-se que o aumento demográfico é uma ameaça permanente à distribuição igualitária de riquezas. Para impedir esta ameaçadora explosão demográfica, a partir daí a reprodução humana vem sendo um campo explícito de exercício de poderes dominantes, frequentemente alvo de abusos. É no corpo feminino que se viabilizam suas intervenções", conceitua a pesquisadora.

**Marketing soft** - O NSSM-200 revela que a política secreta deveria se efetuar através de agências multilaterais, ao invés de intervenção direta dos Estados Unidos. Tal política se daria através de abundante financiamento de organismos oficiais norte-americanos, como a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional-Usaid, e entidades privadas, como o International Planned Parenthood Federation-IPPF, que tem sede em Londres, mas foi fundada pelo pai de George Bush, Prescott Bush, cuja subsidiária, no Brasil, é a Bemfam.

O documento orienta as agências multilaterais, no sentido de "evitar a expressão controle da natalidade e utilizar planejamento familiar ou paternidade responsável, enfatizando o intervalo entre os filhos, a saúde da mãe e do filho, e o bem-estar da família e da comunidade", para não gerar resistência das lideranças políticas dos países em questão. Recomenda ainda o investimento das verbas em pesquisas de contracepção, juntamente com a aplicação de injeções contraceptivas de longo efeito e a esterilização.

"Os mais rápidos e vigorosos programas parecem estar se orientando na direção dos serviços de distribuição não-comerciais e não-medicinais de pequenas cidades. (...) Alguns deles (pessoal paramédico) fazem esterilizações seguras, se bem treinados e supervisionados, embora a Usaid tenha preferido utilizar médicos na execução das esterilizações", analisa o documento, com relação a programas já implementados.

Para dar maior estabilidade à execução dessa política secreta, o NSSM-200 diz que "os EUA poderiam trabalhar com organizações internacio-

~~CONFIDENTIAL~~

NSSM 200

IMPLICATIONS OF WORLDWIDE POPULATION GROWTH  
FOR U.S. SECURITY AND OVERSEAS INTERESTS  
December 10, 1974

CLASSIFIED BY Harry C. Blaney, III  
SUBJECT TO GENERAL DECLASSIFICATION SCHEDULE  
OF EXECUTIVE ORDER 11652 AUTOMATICALLY DOWN-  
GRADED AT TWO YEAR INTERVALS AND DECLASSIFIED  
ON DECEMBER 31, 1980.

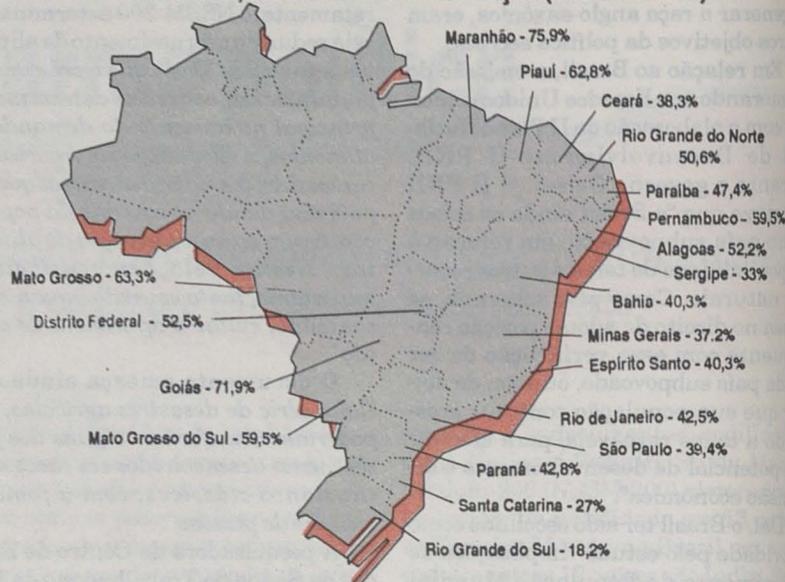
This document can only be declassified by the White House

nais de credibilidade, como a Organização Mundial de Saúde-OMS, o Banco Mundial-Bird e o Unicef", o Fundo das Nações Unidas para a Infância. O memorando recorda o fato de o Departamento de Estado dos EUA e a Usaid terem conseguido a criação do Fundo das Nações Unidas para Atividades de População-UNFPA. "O UNFPA e a entidade privada internacional IPPF representam os dois canais mais importantes para intermediar a ajuda que provém de organizações internacionais". Também chama a atenção, no NSSM-200, George Bush apregoar o controle da natalidade para regular os aspectos hereditários das capacidades humanas, baseado em teorias de melhoramento racial da humanidade.

## Os números da pesquisa do IBGE

Segundo a Pesquisa Nacional por Amostragem Domiciliar (Pnad/IBGE), divulgada em outubro de 1990, 6 milhões de mulheres, ou seja, 16% de todas as brasileiras com idades entre 15 e 54 anos, estavam esterilizadas em 1986, por terem recorrido à contracepção cirúrgica para evitar filhos. Na época, outros 6 milhões de mulheres

Prevalência da esterilização como método anticonceptivo, entre as mulheres de 15 a 54 anos, em 20 estados da federação (dados de 1986)



utilizavam a pílula, no país. Portanto, esterilização e pílula estavam empata-das em utilização pelas mulheres em idade fértil, que queriam evitar a gravidez. O controle pelo uso da tabela natural vinha em terceiro lugar. Outros métodos eram aplicados em pequena escala, e a maioria das mulheres brasilei-

ras não era usuária de nenhum método.

A pesquisa do IBGE não considerou a esterilização como método anticonceptivo. Se incluirmos a contracepção cirúrgica entre os métodos, verificaremos que, em 1986, 41,8% das brasileiras, de 15 a 54 anos, usuárias de anticoncepção, haviam recorrido à cirurgia. Os dados divulgados pela imprensa indicavam que o índice chegava a 49% e foram tirados de resultados preliminares da Pnad, publicados em estudo interno do IBGE, em 1988. A diferença se deve aos ajustes sofridos pelos dados preliminares, até o fim da pesquisa.

## Aids para reduzir a população

Recentemente, a revista "Executive Intelligence Review" divulgou também o conteúdo de um documento elaborado em 1988, no governo do presidente Ronald Reagan e do vice-presidente George Bush, intitulado "Dissuasão Seletiva".

Na seção de análise demográfica, este estudo norte-americano coloca a epidemia da Aids como fator auxiliar ao plano norte-americano de controle da natalidade mundial. Diz o documento: "Se o número de contaminados subir até 20% da população mundial, as mortes poderão começar a cancelar o crescimento mundial da população". Depois, analisa minuciosamente o quadro: "A OMS estima que entre 5 e 10 milhões de pessoas estejam contaminadas pelo vírus em todo o mundo, cifra que deve chegar a 100 milhões em 1991. Alguns analistas estimam que, se 100 milhões estiverem infectados, o total de mortes por Aids, nos anos 90, pode ser de 50 milhões de pessoas. O número de infectados poderia, então, multiplicar-se depois disso e acabar com alguns países, em 10 ou 20 anos". A conclusão do estudo alerta: "Os EUA estão em uma época de recursos limitados. Devem, portanto, tirar o maior proveito de cada dólar gasto em segurança nacional. Os políticos têm que empregar todos os seus esforços em função do desenvolvimento da planificação demográfica, através de armas novas".

**Alarme** - Os dados alarmantes levaram a demógrafa e diretora do Núcleo de População da Unicamp, Elza Berquó, a afirmar, em 1988, que "o Brasil abriga um contingente de mulheres em idade reprodutiva, mas incapacitadas de reproduzir, equivalente à população total de alguns países europeus, como, por exemplo, a Suíça e a Áustria".

A demógrafa informou que, no mundo desenvolvido, o percentual de esterilização feminina, entre usuárias de contraceptivos é de apenas 7%.

A pesquisa foi feita para explicar por que, nos últimos 20 anos, a fecundidade da brasileira vem diminuindo rapidamente. O IBGE havia levantado que, entre 1970 e 1980, a redução foi de

25%. Em um espaço de tempo menor, entre 1980 e 1984, a informação era de que a queda alcançou maior velocidade ainda, e o índice foi de 19%.

“Vimos que, em 1986, 2% de todas as mulheres de 20 a 24 anos, 15% das com idades entre 25 e 29 anos, e 26% das que tinham entre 30 e 34 anos haviam recorrido à cirurgia, para evitar filhos. Basta pensar que 15 entre 100 brasileiras estavam esterilizadas, quando, naturalmente, seus corpos viveriam o pique da fertilidade, para que se constate a gravidade dos índices”, analisa Lilibeth Cardoso Robalo Ferreira, técnica do IBGE que participou da pesquisa. “Assim, pudemos responder à pergunta que motivou a Pnad, dizendo que o alto índice de esterilização encontrado tem grande participação na queda do nível de fecundidade da brasileira”.

A Pnad fornece ainda dados sobre quando, como e onde foram realizadas as cirurgias de esterilização feminina.

**Inutilizando em massa** – A maioria das cirurgias foi feita depois de 1975. Antes de 1970, ocorreram apenas 5,3% do total de operações. De 1970 a 1974, foram feitas 9,5% das cirurgias. De 1975 a 1979, o índice cresceu e chegou a 21%.

A partir de 1980, o quadro se agravou: de 1980 a 1982, 26,5% das mulheres foram operadas e, de 1983 a 1985, 28,3% ficaram estéreis após cirurgia.

Com relação à gratuidade ou não da cirurgia, a pesquisa revela que 60% das mulheres pagaram por ela. Entre as que não pagaram pela esterilização, 46% foram atendidas em hospitais e clínicas particulares, 38,5% em unidades de saúde do Inamps ou conveniadas e 11% em unidades de saúde pública estaduais e municipais.

Entre as que pagaram pela cirurgia, 83,4% foram operadas em hospitais e consultórios particulares, 12% em unidades de saúde do Inamps ou conveniadas, e 2% em unidades de saúde pública estaduais e municipais. A metade das mulheres que optaram pela cirurgia tem renda familiar de até quatro salários mínimos. Apenas 24% têm renda familiar superior a oito salários mínimos.

“Esta é uma prática em plena expansão, que tem contado com a conivência do poder público, sendo realizada dentro da própria rede do Inamps (nestes casos, em geral, é paga uma taxa, em

dinheiro, ao médico que faz a operação).

Existe a informação de que algumas clínicas privadas recebem incentivo, em dólares, para cada ligadura de trompas realizada. “Parece que os programas financiados pela Association for Voluntary Sterilization contam com este incentivo”, denuncia Maria Betânia de Melo Ávila, socióloga do Núcleo de Estudos e Pesquisas do SOS Corpo.

## O governo federal e as ONGs

A larga participação de hospitais públicos, na realização de cirurgias de esterilização, não está amparada pela legislação. Segundo o Código Penal, a esterilização é considerada lesão corpo-



*Lilibeth Cardoso Robalo Ferreira, do IBGE, denuncia que 15 entre 100 brasileiras estão esterilizadas numa fase em que seus corpos viveriam o pique da fertilidade*

ral grave, colocando o responsável sujeito à pena de reclusão que varia de dois a oito anos.

Também o Código de Ética Médica não permite a esterilização indiscriminada: abre exceção para as mulheres que apresentem problemas de saúde, remediáveis após a cirurgia. Quanto à Constituição Brasileira, promulgada em 1988, diz que o planejamento familiar é “de livre decisão do casal, competindo ao Estado propiciar recursos educacionais e científicos para o exercício deste direito, vedada qualquer forma coercitiva por parte de instituições oficiais e privadas”.

Apesar do que determina a Constituição, o Estado não cumpre com a par-

## Critérios racistas no controle da natalidade

Se, nos últimos 25 anos, quem trabalhou com planejamento familiar no Brasil não foi o Estado diretamente, mas organizações não-governamentais, que recebem subvenções do estrangeiro, vamos saber que instituições são estas.

A Sociedade Civil Bem-Estar Familiar do Brasil (Bemfam) é a maior delas. Criada em 1965 e reconhecida como de utilidade pública em 1971, quando foi eleita a representante do International Planned Parenthood Federation (IPPF) no Brasil, a Bemfam tem convênios com 16 órgãos federais, 45 órgãos estaduais, 22 órgãos municipais, 793 prefeituras municipais, 227 associações comunitárias e 123 empresas particulares. A entidade concentra suas atividades nos estados do Nordeste e na periferia do Rio de Janeiro. São 10 as suas clínicas próprias.

A metade dos recursos utilizados pela Bemfam vêm de subvenções do IPPF. Segundo a secretária-executiva da Bemfam, médica Carmem Gomes, os investimentos prioritários são em treinamento de pessoal da área de saúde, entre médicos e paramédicos, e em pesquisas. Para ela, a cirurgia de esterilização deve ser encarada como um método de evitar filhos, apesar de, na verdade, impossibilitar a mulher de voltar a procriar. Ela diz que a prevalência da cirurgia hoje faz com que a Bemfam indique preferencialmente outros métodos, estes reversíveis, àquelas que não querem engravidar.

Outra organização não-governamental de porte, que atua na área de planejamento familiar no Brasil, é a As-

sociação Brasileira de Entidades de Planejamento Familiar (Abepf), que reúne 124 afiliadas em todo o país. A Abepf recebe 70% de seu orçamento anual de entidades norte-americanas. A diretora-executiva da Abepf, Denise das Chagas Leite, acredita que o jeito seja recorrer a financiamentos estrangeiros, através de apresentação de projetos, porque, segundo ela, do governo brasileiro não se conseguem recursos.

esterilização. Ouço histórias de que até freiras esterilizavam e botavam DIU nas mulheres nortistas e nordestinas, sem que elas soubessem”, defende-se Denise das Chagas Leite.

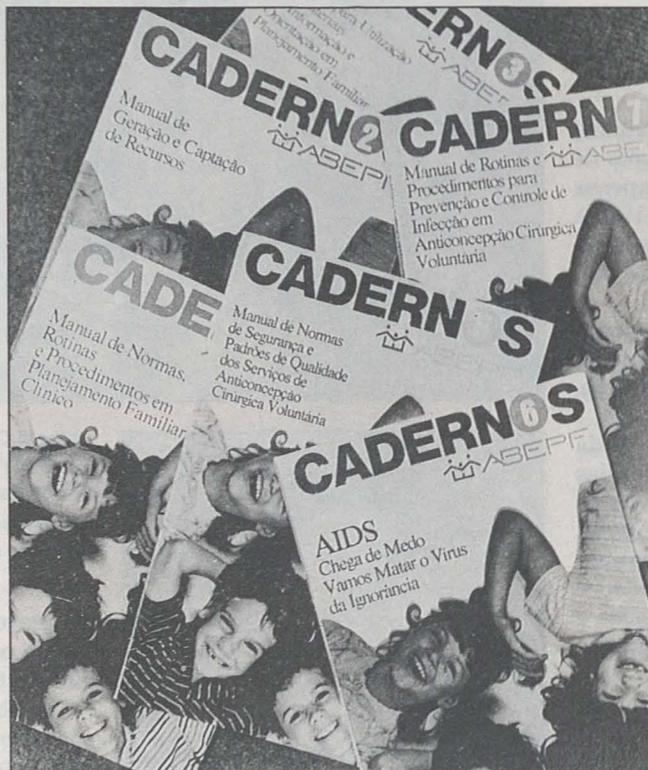
A Abepf orienta, mas não controla seus associados, que podem ter suas atividades polemizadas, sem que a associação se responsabilize por elas, diz Denise. No biênio 85/86, o presidente da Abepf era o médico Elsimar Coutinho, pesquisador e con-

sentido de promover uma campanha de planejamento familiar em grande escala. Dentro deste projeto, já foram inauguradas 13 unidades de planejamento familiar, sendo que algumas são Centros de Referência e Capacitação para a esterilização cirúrgica.

O Centro de Articulação de Populações Marginalizadas (Ceap/RJ) chama atenção para a linha empregada por Elsimar Coutinho, em campanha anteriormente por ele promovida em Salvador.

“O teor racista das peças publicitárias usadas em 1986 revela que, por trás do tal planejamento familiar, existe, na verdade, uma ideologia fascista”, acusa a médica Jurema Werneck, do Ceap. “Basta ver que, em uma, mostra-se a foto de um menino negro, com corrente no pescoço e canivete nas mãos, tarja nos olhos, com a seguinte frase: “Defeito de Fabricação”. Em outra foto, uma mulher negra grávida, coberta por um lençol branco, e com a legenda: “Também se chora de barriga cheia”.

A médica acredita que a esterilização massiva tenha adotado critérios raciais e classistas, nos diversos estados da federação. “O estado do Maranhão, de população majoritariamente negra, indígena e mestiça, ocupa o primeiro lugar em esterilização (75,9%). Por outro lado, o Rio Grande do Sul, com sua famosa colonização européia, apresenta-se em último lugar na estatística (18,2%). As diferenças raciais e de renda per capita nestes estados nos impedem de acreditar que estes índices sejam mera coincidência”, analisa.



Manuais educativos produzidos pela Associação Brasileira de Entidades de Planejamento Familiar-Abepf, que tem 124 afiliadas

“Não há trabalho governamental, neste sentido. O governo começa a implantar o Paism, mas não aproveita o que as ONGs já desenvolveram”, queixa-se. “Acho que pegaram as ONGs como bode expiatório para explicar o aumento dos índices de

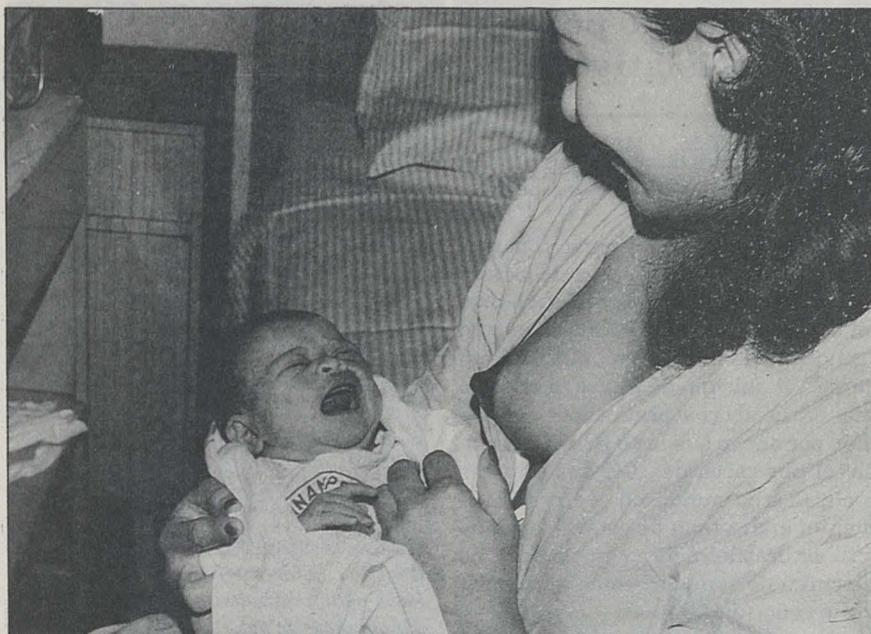
sultor da OMS, que dirige, até hoje, em Salvador, o Centro de Pesquisas e Assistência em Reprodução Humana (Ceparh), vinculado à associação. Atualmente, a prefeitura de Salvador se prepara para adotar, oficialmente, um projeto do Ceparh, no

te que lhe compete: o Programa de Atenção Integral à Saúde da Mulher (Paism), criado em 1985 pela Divisão Nacional de Saúde e Assistência Materno-Infantil do Ministério da Saúde, vem sendo implantado muito lentamente. Através do Paism, o governo federal forneceria informações gratuitas à população, quanto aos métodos anticonceptivos disponíveis (tabela, pílula, diafragma, DIU, geléias, etc...) e, assim, daria condições para que o casal planejas-se o número de filhos que desejasse ter.

A socióloga Maria Betânia de Melo Ávila assim analisa a omissão do governo federal, no que diz respeito à educação sexual da população: "No início da década de 80, se evidenciaram, no setor público, as pressões internacionais para que o Brasil formulasse uma política de população, sendo este inclusive um requisito do FMI para a concessão de empréstimos (...) Neste contexto político, surgiu o Paism, que prevê, como uma de suas ações, o planejamento familiar (...) A implantação deste programa ainda não foi viabilizada e os impedimentos de ordem política parecem fortes, apesar das declarações oficiais reiterando sua importância".

Já a coordenadora do Conselho de Saúde do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher (Cedim-RJ), Maria do Espírito Santo dos Santos, vai mais longe: "A não-implantação deste programa reforça o trabalho de entidades privadas controlistas, levando a que, pela ausência dos métodos anticonceptivos nos serviços públicos, a grande maioria das mulheres recorra à esterilização".

Em entrevista concedida à revista



EIR, o atual ministro da Saúde, Alcení Guerra, se revelou assustado com a queda da natalidade no Brasil e forneceu novos dados sobre o assunto. "Encontramos fenômenos surpreendentes. Primeiro, o altíssimo número de abortos; segundo, o número de mulheres esterilizadas em época de campanhas políticas, coisa que chamou a atenção do presidente da República. Principalmente na Região Nordeste, se ofereciam, para fins eleitorais, ligaduras de trompas de mulheres, o que não é permitido pela lei brasileira, serviço que, conseqüentemente, o Estado não pode oferecer à população. O número era tão grande, que procuramos saber quantas mulheres esterilizadas havia no Brasil.

Falamos com entidades importantes, como a igreja e sindicatos, e obtivemos cifras surpreendentes: de 20 a 25 milhões de mulheres esterilizadas com o objetivo de reduzir a natalidade. Consideramos que isto é ilegal. (...) Outra surpresa foi ver que cerca de 15 entidades estrangeiras participam de financiamento de atividades anticonceptivas no país. A princípio, nos assustamos muito, porque tomavam parte entidades poderosíssimas, como o Banco Mundial, o Banco Interamericano e a Fundação Ford, além das que já sabíamos envolvidas nestas atividades".

Algumas afirmações do ministro Alcení Guerra se baseiam em pesquisas, como a que o Ibase realizou no Piauí, em 1985, através da Diocese de Picos. "Os dados indicavam que 24% das mulheres que já haviam tido filhos estavam esterilizadas, e que a incidência destas cirurgias aumentava em períodos de campanha eleitoral, pois eram feitas em troca de votos femininos", afirma Fátima Vianna Mello, pesquisadora do Ibase.



*O senador Darcy Ribeiro em seu primeiro discurso falou do risco do Brasil se tornar um país senil, devido ao "genocídio do nosso povo"*

## A reação do poder legislativo

Os resultados da pesquisa do IBGE mobilizaram também o Poder Legislativo.

Em seu primeiro discurso como senador pelo PDT do Rio, o antropólogo Darcy Ribeiro denunciou o risco do Brasil se tornar um país senil, devido ao "genocídio de nosso povo, que está em curso". O suicídio de índios, o elevado número de abortos praticados – um milhão por ano, o que faz o Brasil responsável por cerca de 10% dos abortos realizados no mundo todo – e, principalmente, a alta taxa de esterilização da mulher brasileira foram apontados, no discurso do senador, como geradores deste genocídio.



**Benedita da Silva (PT-RJ): Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar a incidência da esterilização em massa**

Segundo ele, "está em curso, em nossa pátria, um enorme e ricamente financiado programa internacional clandestino de controle familiar pela esterilização de mulheres pobres, sobretudo pretas e mestras. (...) O fazem através de médicos subornados, que induzem suas clientes a permitir que lhes seccionem as trompas no curso de partos, realizados através de cesarianas. O Brasil, para escândalo mundial e vergonha nossa, é o país em que mais se realizam estes partos cirúrgicos. É também aquele em que mais vezes se utiliza desse procedimento para esterilizar mulheres".

Segundo dados do Ibase, 75% das cirurgias de esterilização são feitas na ocasião do último parto, o que tem estreita relação com os altos índices de cesarianas verificados nos últimos anos no Brasil. O senador Darcy Ribeiro en-

## Igreja e ONU: posições contrárias

O problema das ameaças contra a vida humana". Este é o título do artigo publicado em "O Observador Romano", periódico do Vaticano, em abril deste ano. O artigo foi escrito pelo cardeal Joseph Ratzinger, prefeito da Congregação para a Doutrina da Fé. Nele, o cardeal utiliza passagens da Bíblia para reafirmar os motivos, pelos quais a igreja católica é contra os métodos contraceptivos usados em larga escala, hoje em dia. A igreja só aprova os métodos naturais de evitar filhos.

Diz o cardeal que, apesar de observarmos uma grande mobilização de forças a favor da vida, "devemos reconhecer que, até agora, é mais forte o movimento contrário: a extensão de legislações e de práticas que destroem a vida humana, sobretudo a vida dos mais débeis, crianças ainda não nascidas, é grande(...) Com a cumplicidade dos Estados, foram empregados meios colossais contra as pessoas(...) Não se trata de uma problemática de moral simplesmente individual, mas sim de moral social, a partir do momento em que os Estados, e inclusive organizações internacionais, garantem o aborto ou a eutanásia, votando leis que autorizam e colocam os meios de que dispõem a serviço daqueles que os executam".

A orientação da igreja católica é contrária a qualquer tipo de planejamento familiar, mas a Organização das Nações Unidas prega a necessidade de controle da população mundial, para que o ecossistema sobreviva.

A diretora-executiva do Fundo da População das Nações Unidas, a paquistanesa Nafis Sadik, afirma que o

elevado índice de fertilidade e o rápido crescimento demográfico dos países em desenvolvimento estão contribuindo para a degradação do meio ambiente. Ela alerta para a necessidade imediata de um controle mais eficiente da natalidade e de uma redistribuição da população, que está migrando para as grandes cidades. Segundo Nafis Sadik, "se todas as mulheres do Terceiro Mundo, que não queiram mais ter filhos, forem capazes de evitar uma gravidez, o número de nascimentos poderá ser reduzido até o ano 2000 em 27%, na África; 33%, na Ásia; e 35%, na América Latina".

As posições contrárias da igreja e da Organização das Nações Unidas levam à reflexão, quanto aos métodos de evitar filhos e à manutenção da vida. Até que ponto deve o ser humano interferir na natureza? Pode-se impor a alguém o que fazer de seu próprio corpo e do que ele vier a gerar? A pesquisadora do Ibase, Fátima Viana Melo, dá sua opinião: "A natureza tem seus ciclos, suas imprevisibilidades, e é isso que a faz cheia de encantos e diversidades. É isto que tira o sono dos racionalistas e cartesianos: como pode haver no planeta algo que fuja a suas fórmulas e ao seu domínio? Como pode a fertilidade da natureza ficar à mercê do clima, da lua, das marés? E como pode o corpo feminino ser controlado pura e simplesmente pelo desejo, pelo prazer e pela decisão autônoma da mulher? Para controlar a natureza do corpo feminino – e não para dar à mulher autonomia e cidadania – a esterilização está sendo utilizada de forma massiva, no Brasil".

caminhou ao Ministério da Saúde um requerimento de informação sobre o tema. Ele está elaborando um projeto de lei, para punir os médicos que induzem as mulheres à esterilização e aceitam suborno para tanto. O senador também pretende tornar crime o fato de brasileiros aceitarem dinheiro estrangeiro para aplicar em cirurgias contraceptivas.

O senador Fernando Henrique Cardoso (PSDB/SP) também está trabalhando, no sentido de coibir a esterilização massiva. Visando a estabelecer medidas para a proteção do mercado de trabalho da mulher, ele especifica, em projeto de lei já elaborado: "É vedada às empresas a discriminação, em razão de sexo ou estado civil, na contratação, remuneração e promoção de empregado, bem como a exigência de exame de qualquer natureza para comprovação de gravidez ou esterilização".

O senador se baseia em denúncias promovidas por entidades feministas e sindicatos de trabalhadores, em função da exigência de atestado de esterilidade por parte de várias empresas, como condição de acesso da mulher ao emprego. "Nas faixas etárias correspondentes à idade da procriação, as mulheres ficam mais desempregadas, confirmando que a maternidade é um fator de forte limitação para o ingresso das mulheres no mercado de trabalho" (CNQMT/CUT, "A mulher e o mercado de trabalho", texto preliminar, 1990).

Ao todo, no Congresso Nacional, há oito iniciativas, visando a impedir a exigência de atestado de esterilização para que a mulher seja admitida em um emprego. No entanto, nenhuma proposta parlamentar completou tramitação e, assim, não tem condições de ser votada em plenário. Os deputados Carlos Cardinal (PDT/RS) e Jandira Feghali (PCdoB/RJ) são autores de alguns deles. Neste sentido, há também um projeto de autoria do deputado Paulo Paim (PT/RS), apresentado em 1989 e hoje arquivado.

Na Câmara, há também projetos de deputados que aceitam a prática da esterilização. O deputado Max Rosenmann (PRN/PR) propõe que a todos seja garantida absoluta liberdade para estabelecer planejamento familiar, fundado na paternidade responsável e na livre decisão do casal. O deputado Eduardo Jorge (PT/RS) sugere que a esterilização cirúrgica voluntária seja ad-



mitida "para homens e mulheres, de 30 anos de idade ou mais, desde que o método usado para realizá-la seja de comprovada segurança e não implique risco para a saúde do paciente".

No sentido de esclarecer o que levou o Brasil a ter tão numeroso contingente de mulheres esterilizadas por cirurgia, quem está atuando com firmeza na Câmara Federal é a deputada Benedita da Silva (PT/RJ). Ela elaborou um projeto que institui Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar a incidência de esterilização em massa. A deputada já recolheu as 164 assinaturas de parlamentares, necessárias para instalar a CPI. Benedita espera que não aconteça com a CPI da Esterilização o mesmo que aconteceu com a CPI de Extermínio de Menores, instalada em 29 de maio, um ano depois de ter sido pedida por ela.

Mês passado, a deputada esteve na Alemanha, representando a América Latina na festividade anual da Igreja Nacional Alemã. Durante as festividades, ela chamou a atenção dos religiosos para os altos índices de esterilização de mulheres brasileiras. Para ela, "quem tem interesse em matar crianças pobres e negras no Brasil, também tem interesse em não deixá-las nascer".

A nível estadual, as Assembléias Legislativas do Rio de Janeiro, de Mato Grosso, do Ceará e da Bahia já conseguiram instalar suas CPI de Esteriliza-

ção. A pioneira nesta iniciativa foi a deputada estadual Lúcia Souto (PCB/RJ). A CPI do Rio foi instalada em 14 de maio e só será concluída em 5 de agosto. Os resultados serão enviados ao Congresso Nacional. Para a deputada Lúcia Souto, "é a concentração de renda que gera a pobreza e que degrada o meio ambiente. O que estão fazendo é uma esterilização de idéias".

No Rio, a CPI está recolhendo depoimentos de mulheres que foram esterilizadas, para saber as condições e os motivos que fizeram com que elas se submetessem à cirurgia. Segundo Lúcia Souto, foram registrados muitos casos em que a mulher se arrepende de ter optado pela cirurgia e, pior, há casos em que a mulher simplesmente descobre que não pode mais ter filhos, por ter tido as trompas ligadas durante uma cesariana. Nos últimos 4 anos, o Cedim/RJ descobriu pelo menos dez casos de mulheres que não sabiam que estavam estéreis. Descobriu também cerca de 50 empresas fluminenses que exigem atestados de esterilidade para contratar funcionárias, entre elas, a Muller Metalúrgica e a Fábrica de Bebidas Mineirinho.

"Para que a mulher seja produtiva, eles acham que tem que inutilizar seu aparelho reprodutivo. Assim, não pagam o referente à licença-maternidade de quatro meses, criada pela Constituinte", lamenta a deputada. ■

# Dia de espetáculo, cadeira vazia

**Mauro Veríssimo**

**E**u acabei de comprar dois frangos por mil cruzeiros. É o mesmo preço da arquibancada e, hoje, não trocaria esses frangos e uma cerveja gelada em casa por uma partida de futebol. Principalmente, porque não existe mais espetáculo.”

A afirmação do torcedor “fanático” do Flamengo, Carlos Cortes, é apenas uma das explicações para a ausência de público nos estádios brasileiros. A crise financeira por que passa o país, a falta de craques, a violência e outros fatores são apontados, por torcedores e especialistas, como causas para a queda das arrecadações do futebol. A situação chegou a um ponto em que comerciantes estabelecidos em frente ao Maracanã, no Rio, “torcem” para que a programação seja uma partida de vôlei, no Maracanãzinho, e não uma “peleja” no maior estádio do mundo.

Outros exemplos para essa constatação não faltam: em 1969, a final entre o Flamengo e o Fluminense – que deu o título de campeão carioca ao tricolor, por 3 X 2 – foi assistida por 150 mil pagantes. Dois anos depois, decidiam Botafogo e

Fluminense, num jogo polêmico, em que o time das Laranjeiras ganhou por 1 X 0, gol do ponteiro-esquerdo Lula, a quatro minutos do final. Naquele dia, 120 mil torcedores compareceram ao Maracanã. Há poucos dias, 30 de junho de 1991, também numa decisão, Flamengo e Vasco da Gama – o chamado Clássico dos Milhões – levou apenas 4.413 pagantes ao estádio Mário Filho. Nesse mesmo dia, na Argentina, Boca Juniors e Platense lotavam, com 45 mil pessoas, o estádio La Bombonera.

**Fase áurea** – Para o editor-executivo do “Jornal dos Sports”, Roberto Ricção, que acompanha futebol há 37 anos, “a queda do poder econômico do povo

brasileiro é uma das causas do esvaziamento dos estádios, mas não é a única”.

“Para mim” – afirma Ricção – “a violência maior não é a praticada pelos torcedores, embora ela exista, mas a cometida pelas redes de televisão, que, a cada dia, obrigam mais o torcedor a permanecer em casa”. O jornalista cita o caso do próprio jogo que decidiu o primeiro lugar na Taça Rio: “Os empresários da Rede Manchete conseguiram retardar o início do jogo para as 17h40m (estava marcado para as 17h), porque a Rede Globo transmitia a partida entre Brasil e Portugal, pelo Campeonato Mundial de Juniores. Ora, o público que foi ao Maracanã e só depois ficou sabendo que poderia gastar muito

menos, se assistisse ao jogo em casa, sentiu-se traído. Desses quatro mil torcedores, muitos não voltaram.”

Coincidência ou não, a queda de público nos estádios brasileiros vem ocorrendo na mesma proporção e tempo da diminuição do seu poder aquisitivo. Na opinião do técnico Edu Coimbra – ex-técnico da seleção brasileira e um dos grandes craques da década de setenta –, “o ingresso está caro para o futebol que estamos apresentando. Eu não

*Todos lamentam  
os estádios de  
futebol vazios.  
Por que eles  
não voltam a encher?*



A falta de craques e a crise financeira afastam o torcedor dos estádios de futebol

tenho dúvida de que a crise social está influenciando negativamente no comparecimento do público. Os clubes estão sem dinheiro, os craques são vendidos ainda garotos para a Europa e o povo, sem dinheiro e sem estímulo, deixa de ir aos estádios”.

O ex-jogador do América carioca e treinador campeão pelo Joinville (1982), Coritiba (1989) e Botafogo (1990) diz, ainda, que a violência contribuiu muito para a falta de torcedores. “Em troca de apoio político, os cartolas criam facções, verdadeiros torcedores profissionais, que recebem dinheiro para criar situações de instabilidade para seus adversários. Assim, técnicos, que mal assumiram o comando da equipe, já são chamados de burros, objetos são atirados contra eles, e até mesmo a imprensa estimula esse clima.”

Opiniões divergentes à parte, todos concordam que a fase áurea do futebol brasileiro esgotou-se por volta de 1986, a partir de quando o esporte preferido passou a viver uma situação de caos.

**Custo** – Para o presidente da Federação de Futebol do Estado do Rio de Janeiro, Eduardo Viana – também conhecido pelo apelido de Caixa D’Água – os ingressos estão muito baratos. O mesmo acontece, segundo o presidente da Superintendência de Esportes do Estado do Rio de Janeiro e do Flamengo, Márcio Braga, com os representantes do Vasco da Gama.

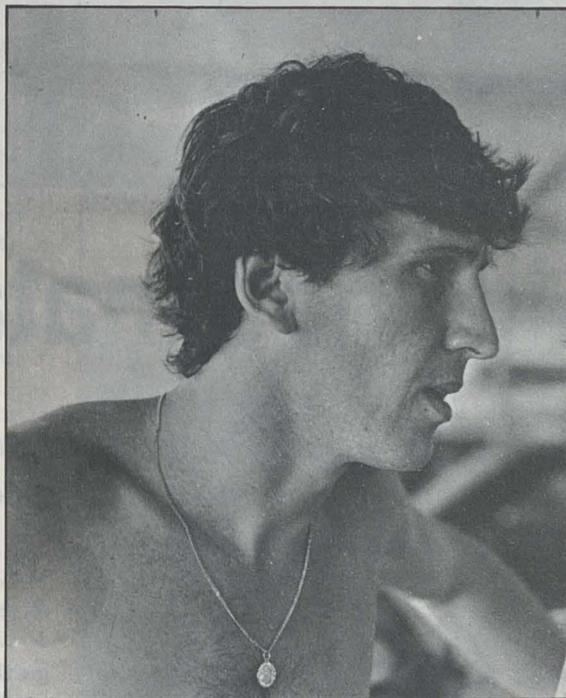
“Eu defendo os ingressos móveis. É diferente você assistir a um jogo entre Flamengo e Botafogo e a outro, entre Flamengo e Olaria. Infelizmente, os outros dirigentes não pensam assim”, lamenta.

O presidente do Flamengo vai mais longe e diz que a estrutura do futebol brasileiro hoje é a mesma de 1941, quando foi criado o Conselho Nacional de Desportos (CND), na época subordinado ao então Ministério da Educação e Saúde. A idéia do presidente Getúlio Vargas era disciplinar o esporte brasileiro, cuja atuação era definida como “patriótica”.

“Hoje, quem comanda a Confederação Brasileira de Futebol e a Federação Fluminense são filhos da ditadura e agem como ditadores”, dispara Márcio

Braga, contra os presidentes Ricardo Teixeira e Eduardo Viana. O dirigente rubro-negro afirma, ainda, que “o que acontece no Rio existe em todo o país”, e diz que para a CBF é mais importante o número de jogos, embora com a perda de qualidade. “Somente na partida do Flamengo e Corinthians, pela Libertadores da América, a CBF ficou com 20% da renda bruta e mais 20% do direito de imagem. É um negócio melhor do que petróleo, pois quem gasta é o clube e não as federações ou a CBF.”

**Violência** – Para a maioria dos ex-torcedores da geral ou arquibancada, não é somente a crise econômica ou a falta de craques o motivo de se deixar de



Zico: um ídolo eterno

frequentar os estádios. A violência, não só dos jogadores em campo, mas, acima de tudo, a que ocorre na platéia é fora do estádio, após o jogo, foi apontada em primeiro lugar.

“Eu sofri essa experiência na pele. Fui vítima de um “arrastão” e fiquei sem carteira e relógio. Nunca mais fui ver o meu Vasco jogar”, reclama Mário José Ribeiro, morador em Alcântara, no Grande Rio. “Eu me acostumei a ver o Flamengo jogar, porque era levado pelo meu pai. Hoje, não levo o meu filho ao campo. A situação está ruim até para os adultos”, completa Luís Ribeiro, amigo de Mário.

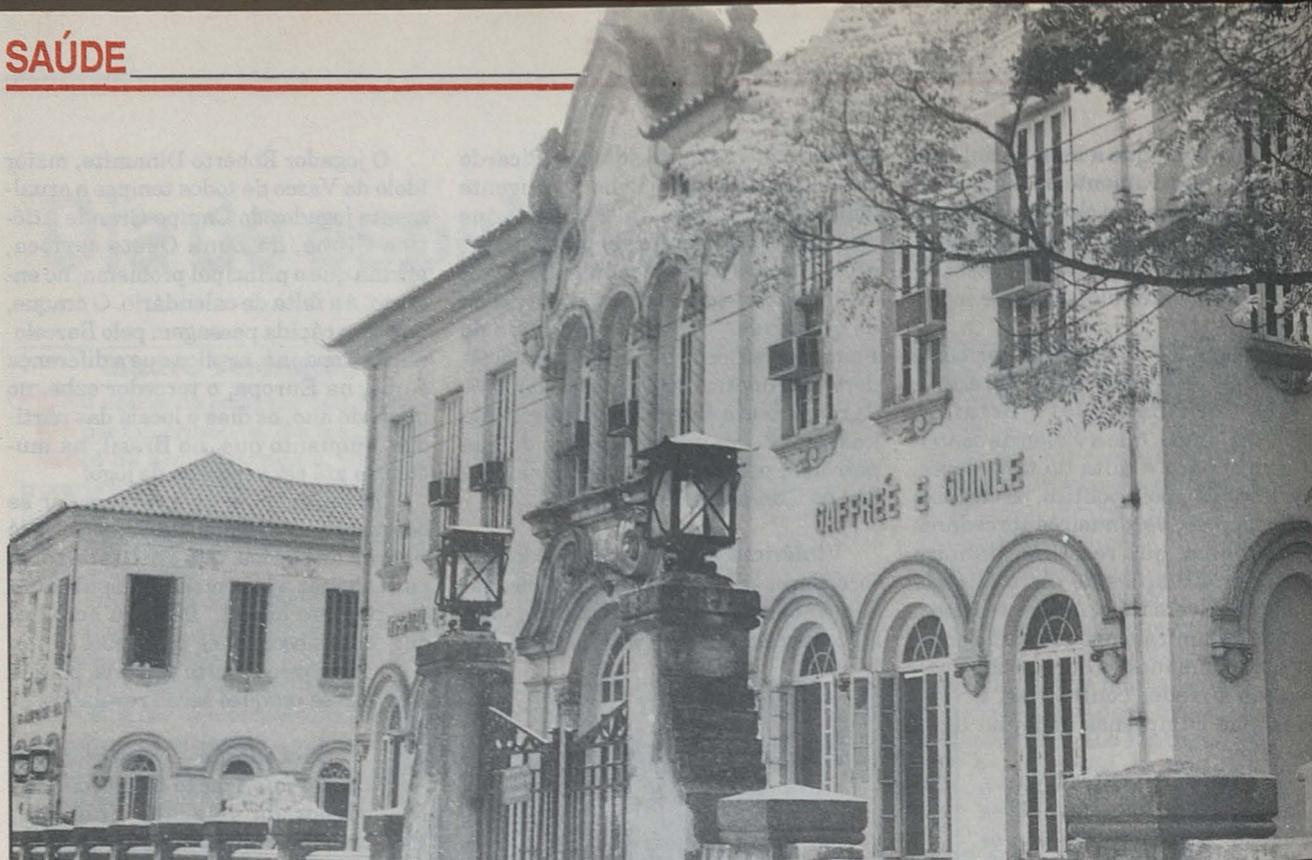
O jogador Roberto Dinamite, maior ídolo do Vasco de todos tempos e atualmente jogador do Campo Grande Atlético Clube, da Zona Oeste carioca, afirma que o principal problema, no entanto, é a falta de calendário. O craque, que teve rápida passagem pelo Barcelona, da Espanha, explica que a diferença é que, na Europa, o torcedor sabe, no início do ano, os dias e locais das partidas, enquanto que, no Brasil, há mudanças até em vésperas de jogo.

“Além disso, o próprio jogador se desgasta com a sequência de jogos. Você retorna das férias, tem apenas dez dias para treinar e já começa a disputar um campeonato oficial. Mas, eu acredito que com as escolhinhas de futebol o interesse pelo esporte ressurgirá, porque novos craques serão revelados.”

**Sem ídolos** – Crise econômica, desvalorização da moeda, fracassos da seleção, violência, transportes precários, enfim, todos esses aspectos são apontados por profissionais e torcedores para que os estádios do Rio e de todo o país fiquem vazios nos dias de jogos e até em clássicos. Mas, a falta de ídolos, que é, para muitos, consequência de todos aqueles fatores, é a causa principal.

“Veja só: até há alguns anos você tinha um Ademir da Guia no Palmeiras; Rivelino, no Corinthians e Fluminense; um Zico, Leandro, Júnior, no Flamengo; Roberto Dinamite e Romário, no Vasco – todos jogadores que chamavam público. Hoje, os nossos ídolos são o veterano Júnior, de volta ao Flamengo; Bobô, um jogador apenas razoável, no Fluminense; um Bebeto fragilizado no Vasco. E no Botafogo a grande estrela é Emil Pinheiro, o patrono do clube”, analisa o jornalista Roberto Ricão.

A melhor definição para o esvaziamento dos estádios brasileiros, porém, talvez seja mesmo a do torcedor Messias da Cunha: “Futebol, para mim, sempre foi parecido com um circo. A gente vai ao espetáculo, gosta de ver os trapezistas, fica tenso com o globo da morte, e admira a inteligência dos animais. Mas, se não houver o palhaço, não é um circo. É ele quem faz a gente rir. No futebol, existem hoje muitos trapezistas e até animais, mas falta o palhaço. Naturalmente, com exceção do cartola.”



## “Aids não mata”

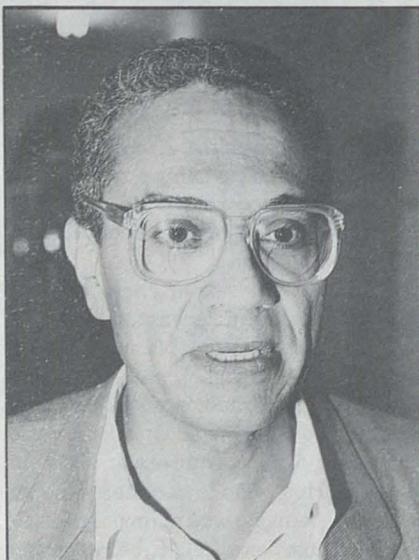
*A gravidade da doença tem levado a campanhas que acabam por prejudicar o combate ao mal, diz especialista*

### Paulo Henrique Afonso

O diretor do Centro de Referência Nacional da Aids, do Hospital Universitário Gaffrée e Guinle, no Rio de Janeiro, Carlos Alberto Moraes e Sá, considera alarmante a situação relativa à Aids no país. No cargo desde 1983, o médico queixa-se da falta de seriedade com que é tratada a saúde, do pouco apoio governamental e, principalmente, da omissão do empresariado nacional.

Falando a cadernos do terceiro mundo, o dr. Carlos Alberto enfatizou a necessidade de se criarem novas campanhas sobre a doença, destituídas do negativismo e das distorções frequentes das últimas campanhas.

*Como tem sido a luta contra a Aids,*



*Dr. Carlos Alberto: situação alarmante*

*no Gaffrée e Guinle?*

– Estafante, mas, ao mesmo tempo, gratificante. Estafante, no sentido de se levar um projeto praticamente sem verbas, e gratificante, no que tange ao aumento da sobrevida dos pacientes.

*Quais as formas de apresentação da doença?*

– O vírus da Aids pode promover três padrões de apresentação, ao infectar a pessoa. O primeiro é que o indivíduo pode ter o vírus e não apresentar a doença, ou seja, ele é um portador sã. Infelizmente, forma a grande maioria. Um segundo padrão é aquele em que o indivíduo apresenta o vírus de uma forma intermediária, quando parece que ele tem resistência ao vírus, pelo menos durante algum período. Nesta fase, há o aumento dos gânglios abaixo do pes-

coço e dos braços. É uma forma embrionária da doença. O terceiro padrão é aquele em que a doença se desenvolve completamente e destrói o sistema de defesa da pessoa, que, em consequência, passa a ter múltiplas infecções. Algumas internas, atingindo órgãos, e outras externas, afetando a pele.

*Se a doença é descoberta no início, há esperança de cura?*

— O que eu posso dizer é que, quanto mais rápido é feito o diagnóstico, mais fácil se torna o controle dessas complicações infecciosas.

*Como uma pessoa adquire o vírus da Aids?*

— Adquire o vírus da Aids somente quem recebe sangue ou esperma contaminados. Note-se, apenas o receptor é infectado. O doador não se contamina. Então, em qualquer circunstância em que o indivíduo receba sangue ou derivado ou esperma, ele, nesse momento, pode estar se contaminando. É bom lembrar: somente se o sangue ou esperma estiver contaminado. Isso é válido para homens e mulheres.

*Numa relação sexual, o homem ativo corre o risco de contrair a doença?*

— Não. O homem, como ativo, não tem como contrair a doença. A única forma de contrai-la é que receba esperma do doente.

*E as mulheres?*

— Na mulher, a possibilidade de contrair a doença, como também no homem, depende somente dela. É necessário fazer sexo seguro. O uso de camisinha e outras medidas são fundamentais. Convém destacar que o risco do sexo anal é cinco vezes maior que o vaginal, devido à menor impermeabilidade do ânus.

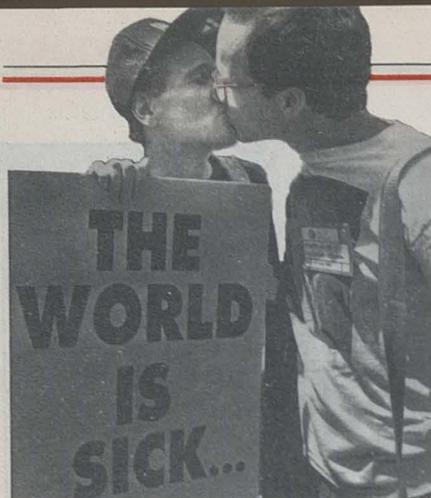
*E outras secreções, como a saliva, podem transmitir Aids?*

— Repito: está em risco quem receber esperma e sangue. As outras secreções, como a saliva, apesar de apresentarem Aids, não transmitem o mal. A transmissão é celular. O vírus livre tem capacidade de contaminação inexistente. Então, a capacidade de contaminação só existe quando ocorre a passagem de células. E os líquidos celulares do organismo humano são o sangue, predominantemente, e o esperma.



**Em diferentes partes do mundo a população se mobiliza em campanhas esclarecedoras sobre a Aids**





Em Montreal um casal de vítimas da Aids participa de uma manifestação em favor dos testes para detectar o vírus HIV

*Aids é doença hereditária?*

– Não. Ela não passa de pai para filho. Ela pode ser adquirida durante a vida intra-uterina, ou seja, ela passa da mãe para o feto, de maneira adquirida através de um agente infeccioso, nas trocas de sangue entre mãe e feto.

*Então, a mãe portadora de Aids pode transmitir a doença para o feto?*

– A possibilidade de nascimento de uma criança com Aids é de 50%.

*Qual a melhor forma de evitar a transmissão no período da gravidez?*

– Em primeiro lugar, a mulher portadora do vírus deveria ser estimulada a não engravidar. Assim, se evitariam dois riscos: um, a possibilidade de 50% de nascer uma criança com Aids; o outro, é a criança nascer normal, mas ficar logo sem a mãe, que sofre da doença.

*Grupos de risco: podemos considerá-los ou a doença já se generalizou?*

– Existem diversos grupos de alto risco e esses grupos são todos os indivíduos que recebem esperma nas mucosas, particularmente na anal, e sangue ou derivados diretamente na veia.

*Doutor, Aids tem perfil?*

– Aids não tem perfil. Aids não tem cara. O Cazuza é caso à parte, uma exceção à regra. Se o indivíduo está recebendo sangue ou esperma porque o outro tem um aspecto saudável, ele está automaticamente se contaminando. Aids não tem cara.

*O que está faltando no combate à Aids?*

– Em primeiro lugar, seriedade. A Aids tem solução. A solução é que se mo-

bilize a sociedade. Se a sociedade praticar sexo seguro, se ela conseguir fazer com que seus políticos controlem o sangue e que os drogados usem suas seringas, grande parte do problema estará resolvido. A conscientização da sociedade é importante. É preciso que se criem campanhas educativas, esclarecedoras, otimistas. A campanha negativa, de dizer que Aids mata, não funciona. Se esse tipo de campanha funcionasse, quase todo mundo já teria parado de dirigir em alta velocidade, de fumar, pular de pára-quadras, etc..

*O senhor critica as campanhas feitas até agora. Onde está o erro?*

– Os erros estão numa série de fatores. Em primeiro lugar, uma campanha tem de ser esclarecedora e otimista. Em segundo, deve ser maciça e com linguagens diferentes e, em terceiro lugar, deve ter um tratamento contínuo e não esporádico, como é costume. Finalmente, deve ser feita por técnicos, que evitarão as constantes distorções que vêm ocorrendo.

*A culpa, então, é do governo?*

– Não é só do governo. O governo até que ajudou um pouco. A verdade é que nós temos muito a tendência de colocar toda a responsabilidade de solução nas mãos do governo. Nós esquecemos que os governos, quando não incompetentes, são impotentes ou, na maioria dos casos, omissos. Mas, eu acho que a maior omissão foi da iniciativa privada, particularmente do empresariado brasileiro, que só pensa na "Lei do Gérson", a lei da vantagem permanente. O destaque fica, sem dúvida, para a imprensa, que foi o grande sustentáculo de tudo, desde 1983.

*No momento, não há nenhuma campanha em veiculação. O senhor acha isso perigoso?*

– Quando se deixa de falar, se dá a impressão de que a coisa está resolvida. E trata-se justamente do contrário. É preciso tirar essa idéia de que a Aids está longe. Ela está cada vez mais próxima, dificilmente nós vamos deixar de ter um amigo, um parente, um vizinho que não tenha sido infectado. Nós estamos muito próximos disto e é preciso acordar.

*Qual a fórmula para uma campanha dar certo?*

– Para dar certo, é preciso ser clara em seus objetivos. Deve-se mostrar que todos estão em risco. Ninguém está livre, por exemplo, de receber uma transfusão de sangue, em caso de emergência. O apoio do governo, de empresários e da imprensa é imprescindível. Esses são os primeiros passos. O segundo grande passo fica por parte dos investimentos governamentais e empresariais em tecnologia para o estudo científico da doença.

*No Brasil, qual o maior inimigo no combate à Aids?*

– Além da crise econômica, existe o grande mal não só da sociedade brasileira, mas também mundial: o preconceito.

*Qual o entrave desse sentimento no tratamento aos doentes e qual a solução médica?*

– O preconceito é problemático, porque ele gera muito mais ansiedade. Então, o indivíduo está permanentemente ansioso e se deprime com muito mais facilidade, diante da situação de quase insolvência que a palavra Aids simboliza. O doente passa a se relacionar com a morte, e o processo da morte é um processo de solidão, que pode levar a depressões patológicas, que favorecem a piora do indivíduo e, eventualmente, antecipam a morte. Por isso, é que nós achamos que, em primeiro lugar, num tratamento correto, deve-se ter a boa relação médico-paciente. Em segundo lugar, é preciso sinalizar para o indivíduo a possibilidade de se lutar contra a doença e, depois, mostrar que, embora a situação seja grave, muitas vezes se tem saída. É com esses fundamentos que nós temos obtido alguns resultados importantes, visto que o nosso primeiro doente de 1983 até hoje continua uma vida normal. É uma prova cabal de que vale a pena viver.

*Uma mensagem de otimismo?*

– A mensagem de otimismo é a seguinte: Aids não mata. Não mata, conforme disseram que matava. Há, como eu já disse, alguns pacientes que não estão mais morrendo, apesar de permanecerem com o vírus. É preciso salientar que existem pessoas preocupadas com a situação, que vários remédios já estão em teste e que, enquanto existir luz no fundo do túnel, haverá uma esperança de cura.

# Um teste mal interpretado

Krishnamurti M. A.  
Sarmiento

Em 1890, Robert Koch demonstrou que a entrada do bacilo da tuberculose no corpo humano provoca um duplo fenômeno, a hipersensibilidade e imunidade. Ambos são distintos, podendo ser estudados separadamente em condições experimentais, embora sempre se apresentem associados. É o fenômeno de Koch. Se um cobaio for infectado com o bacilo de Koch e, algumas semanas após, reinfectado em regiões diversas da primeira inoculação, provoca lesões de características e evoluções específicas. Após 24 ou 48 horas, verifica-se o aparecimento de reação inflamatória acompanhada de necrose; posteriormente, cicatriza. O sistema linfático e o organismo não são invadidos pelos bacilos na reinfeção: é o fenômeno da imunidade.

O teste intradérmico com o PPD (*purified protein derivative*) é bastante usado, de forma rotineira, nas clínicas de tisiopneumologia, porém ainda mal interpretado.

A introdução do PPD no organismo determina uma reação imunocelular, que nos diz, apenas, que esse organismo já esteve antes em contato com o bacilo da tuberculose. Este, ao penetrar pela primeira vez no organismo humano, provoca uma mobilização geral do grupo linfocitário, que toma conhecimento e registra sua presença, através do linfócito de memória. Ao realizarmos o teste do PPD, isto é, ao fazermos a introdução intradérmica da proteína do bacilo, o organismo se considera invadido, sendo acionado todo o sistema linfocitário, que vai em sua defesa. O linfócito de memória reconhece o tipo do suposto agressor, envia o linfócito efetor ao local, este por sua vez solicita, através do linfócito "help", ajuda aos macrófagos, sendo todo esse arsenal mobilizado para dar combate a algo

*O exame intradérmico com o PPD (purified protein derivative), usado de forma rotineira nas clínicas de tisiopneumologia, é ainda mal interpretado*

que, na verdade, não é um inimigo, mas que o organismo não sabe diferenciar, realizando uma defesa desnecessária, visto essa proteína estranha não representar agressão a ele: essa é a reação de hipersensibilidade que provocamos para caracterizar o estado de contaminação ou não do paciente pelo bacilo da tuberculose. O resultado deste teste, fornecido pela induração que ocorre 48 ou 72 horas, ou excepcionalmente 96 horas após, deve ser igual ou superior a 5mm de diâmetro, para que possa ter valor indicativo de alergia. A presença de reação positiva ao teste PPD, acima desses valores, não significa tuberculo-

se, nem tampouco que o organismo esteja prestes a adoecer. Reação forte ao PPD também não significa imunidade deficiente.

Hipersensibilidade e imunidade, com relação à tuberculose, têm a mesma origem linfocitária, isto é, nos linfócitos tímidos dependentes. Entretanto, uma está no numerador e a outra no denominador da Fórmula de Rich ( $L - N.V.H/Ra + Rn$ ), ficando o aparecimento da lesão pulmonar na dependência de vários fatores, principalmente da resistência imunológica decrescente. A alergia não deixa de ser uma defesa do organismo, apenas acontece de maneira anárquica e termina por ser prejudicial a ele mesmo.

O resultado do teste PPD precisa ser bem interpretado clinicamente e, principalmente na criança, pois no adulto sua indicação é rara. Não há nenhuma contra-indicação na realização de um teste de PPD, porém, utilizá-lo para se chegar a um diagnóstico de tuberculose pulmonar, ou de outro órgão, é de pouca valia e pode não compensar a perda de tempo com o teste. O paciente que apresenta uma reação forte pode ser ou não portador de tuberculose. Na criança, uma reação com área de induração acima de 5mm indica uma contaminação com o Bacilo de Koch, porém não a presença ou ausência da doença. Caso a criança tenha pneumonia, o resultado do teste não diz se esse processo pneumônico é ou não de etiologia tuberculosa. As informações seguras estão no exame radiológico do tórax, pelos tipos de imagens e suas localizações.

A saúde pública do país deveria concentrar esforços, gastos, recursos humanos e materiais, fundamentalmente com a vacina BCG, colocando de maneira secundária o teste PPD, o que não vem acontecendo, por se tratar ainda de uma orientação da OMS.



A saúde pública deveria concentrar esforços com a vacina BCG, colocando de maneira secundária o teste PPD



Os professores Marlene Diéguez e Wilson Padilha exigem recursos para garantir a qualidade para o ensino público

# Universidade pública faz o seu protesto

Paulo Marinho

**U**m dos 46 estabelecimentos de ensino superior público em greve, desde o início de junho, a Universidade Federal Fluminense-UFF é o retrato fiel da dura realidade que envolve as universidades geridas pelo governo federal: professores recebem salários irrisórios, cursos funcionam com poucos docentes, evasão dos melhores profissionais e graves problemas administrativos, decorrentes da retenção de recursos orçamentários. Lutando pela urgente atualização dos defasados salários, docentes e servidores, aliados aos alunos, permanecem mobilizados para evitar o propalado fim do ensino superior gratuito e sua possível privatização.

Um dos seis mil estudantes que estiveram em Brasília para acompanhar a votação da Medida Provisória 296, o diretor de Relações Internacionais da União Nacional dos Estudantes-UNE, Carlos Felipe Rizzi, entende que a justa mobilização pela questão salarial deve ser ampliada.

Certo de que a mobilização dos estudantes ajudou a vetar a Medida Provisória que excluía os professores do

*A universidade pública brasileira teme ser destruída e protesta contra o que considera um projeto que inviabiliza o desenvolvimento do país*

aumento então proposto para o funcionalismo público, Carlos Felipe defende a presença do movimento grevista nas ruas, ganhando a adesão popular. "Ou chamamos a atenção da população, levando a seu conhecimento a importância do setor e a extensão de seus problemas, ou o governo federal, com o vago discurso da contenção dos gastos públicos, ironicamente sai ganhando com as universidades paradas".

**Visão distorcida** - Para o reitor da Universidade Federal Fluminense, José Raimundo Martins Romêo, uma greve motivada por baixos salários no ensino superior não provoca, no grosso da população, o mesmo efeito de uma paralisação nos transportes. "A sociedade - diz ele - acaba tendo uma visão distorcida do problema e classifica de corporativista uma reivindicação que, na verdade, está intimamente ligada à qualidade do ensino oferecido aos alunos".

O reitor identifica, na situação ora enfrentada pelas universidades federais, as mesmas circunstâncias que transformaram o ensino secundário público: "Em vinte anos, os salários baixos acabaram afastando do magistério as pessoas mais talentosas, o que não pode ocorrer no sistema universitário de um país que pretende ingressar no chamado Primeiro Mundo".

Martins Romêo argumenta que todos os países desenvolvidos foram erigidos a partir de sistemas educacionais alicerçados na universidade. Recordando o propósito, da reação do presidente do Zimbábue, Robert Mugabe, diante do relatório apresentado pelo Banco Mundial em 1987, na reunião da Associação

Internacional das Universidades. A instituição financeira recomendava aos países em desenvolvimento a aplicação dos recursos públicos exclusivamente na educação básica, em detrimento da universidade. Mas Mugabe, instado a fazer uma hipotética escolha, afirmou a prioridade do ensino superior. "Só assim - declarou, na ocasião - formamos homens capazes de transformar as riquezas potenciais de um país em bens voltados para o bem-estar de seu povo".

**Esvaziamento** - Igualmente contrário ao corte nos investimentos destinados à universidade pública, o diretor da Associação de Docentes da UFF-Asduff, Wilson Padilha, sustenta que a simplista inversão de recursos, de um nível para o outro, produziria uma situação absurda: "Os alunos recém-saídos de um ensino secundário de boa qualidade passariam a ingressar, então, em universidades deterioradas pela falta de verbas".

Professor do curso de Odontologia, Padilha denuncia que a não-reposição de profissionais aposentados já está comprometendo o funcionamento de cursos como o de Matemática, Economia e da própria Odontologia, há um ano aguardando a reposição de pessoal, referente aos 30% de professores que encerraram a carreira.

Para a professora Marlene Diéguez, também diretora da Asduff, a carreira universitária nas escolas federais vem sendo progressivamente esvaziada por certas situações, como a que impõe, a um professor iniciante, o salário de Cr\$ 52 mil, por 20 horas semanais de aulas. Lotada no Departamento de Matemática, ela revela que o confronto salarial com as universidades particulares é alarmante: "Enquanto um professor federal, com título de mestrado, ganha Cr\$ 219 mil por mês, profissional da mesma categoria percebe Cr\$ 417 mil e Cr\$ 643 mil, respectivamente na Universidade Metodista de Piracicaba e na PUC de Campinas", exemplifica Marlene, que revela que tais dados foram enviados pela Asduff ao ministro da Justiça, Jarbas Passarinho.

**Sofismas** - Preocupado com a anunciada intenção do ministro da Educação de acabar com o ensino gratuito, o representante dos estudantes, Carlos Felipe Rizzi, questiona as justificativas, segundo as quais a universi-

dade pública é frequentada, em sua grande maioria, por alunos da classe média alta: "Sabemos que 65% dos 13 mil alunos da UFF trabalham, mas, se o ensino superior, de alguma forma, está elitizado, a culpa é deste e dos governos anteriores, que subsidiaram as escolas particulares, em detrimento das escolas públicas de primeiro e segundo graus".

A Associação dos Docentes, por sua vez, repudia as alegações do ministro da Educação, com base em pesquisa realizada na Universidade Federal de Minas Gerais. "Lá - assegura a professora Marlene Diéguez - descobriu-se que apenas 40% dos alunos tinham renda familiar acima de 20 salários mínimos".

Para o reitor Martins Romêo, 80% dos alunos da UFF não teriam condição de pagar a universidade, se o ensino



**Reitor Raimundo Romêo: a população não entende a greve no ensino**

gratuito acabasse e fossem fixadas mensalidades compatíveis com o funcionamento da instituição.

"Agora mesmo - revela - estamos buscando apoio das prefeituras da Baixada Fluminense, para instalar alguns de nossos cursos por lá, já que 30% a 40% dos alunos aqui matriculados procedem daquela região". Romêo sabe que muitos desses estudantes deixam de comer, para conseguir pagar o transporte. Ele contesta um argumento muito usado para justificar o fim do ensino superior gratuito: "Dizem que os alunos são ricos e o pátio do estacionamento, onde cabem 200 automóveis, fica cheio. Mas, o que representa esse número de veículos, diante das 25 mil pessoas que com-

põem nossa comunidade universitária?"

**Mobilização** - Às voltas com a mobilização de estudantes que vão a Brasília, na reabertura dos trabalhos parlamentares, o estudante Carlos Felipe Rizzi defende a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases, com as emendas que garantem e confirmam a autonomia das universidades, assegurada na Constituição. "Além disso - acrescenta - é fundamental a aprovação do substitutivo do artigo 107, que só permite o repasse de verbas para as escolas particulares após os estabelecimentos públicos terem todas as suas necessidades atendidas".

Para o professor Wilson Padilha, no entanto, o discurso do ministro Chiarelli em torno da universidade paga não passa de um projeto de *marketing*. Além de adiar, desde o início da greve, uma audiência com as lideranças da comunidade acadêmica, o titular da pasta da Educação tem se notabilizado por declarações absurdas, como a que desaconselhou a criação de um canal de Tv para as universidades federais, sugestão feita pelo então ministro da Infra-Estrutura, Ozires Silva: "Chiarelli disse que o projeto era inviável, porque as instituições de ensino público superior eram oposição ao governo", lembra.

**Participação** - Já o reitor Martins Romêo entende que a universidade brasileira ainda é olhada com a mesma desconfiança que até hoje a exclui do debate de nossos problemas sociais: "Vista no passado como pouco confiável, ideologicamente, a universidade nunca foi ouvida a respeito das questões da saúde, do modelo habitacional, dos transportes", explica. Ainda assim, sustenta o reitor, os bolsões de modernidade existentes no país, tais como a geração de energia, informática e produção de grãos, são frutos da universidade.

Segundo o reitor da UFF, o Brasil é um dos poucos países do Terceiro Mundo que dispõe de um sistema universitário de boa qualidade e bem distribuído pelos estados: "Em futuro próximo, a comunidade acadêmica vai ser finalmente consultada a respeito das principais questões nacionais e, quando isso acontecer, a universidade pública não poderá estar destruída. Por isso, negar apoio às instituições federais de ensino público é um crime". ■

# 50 Anos de PUC

*A instituição católica considera importante sua colaboração ao ensino superior e à pesquisa no país*

## Marcelo Montenegro

Universidade a caminho dos dez mil alunos, máximo que pretende alcançar no próximo ano, a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro apresenta uma história que remonta ao início da organização do ensino superior no país. Suas características de entidade de ensino particular e ligada à igreja determinaram uma evolução, que lhe atribui uma posição entre as mais destacadas unidades de ensino superior do país.

Seus dirigentes orgulham-se do rendimento acadêmico alcançado, dos avanços técnicos e científicos e da evolução verificada na área de ciências sociais e exatas. Lembram que de seus bancos saíram muitos ministros e secretários, pesquisadores, dirigentes políticos, empresários e governadores.

Segundo o seu reitor, o padre jesuíta Laércio Dias de Moura, o espírito de equipe sempre caracterizou a PUC e foi o responsável pela sobrevivência da instituição. Outro aspecto que ele des-

taca é a disposição em enfrentar desafios, como foi a criação da Escola Politécnica, em 1948, que marcou a evolução da universidade. "Essa entrada da PUC no campo técnico significou uma visão antecipada do que a universidade poderia chegar a fazer pela sociedade", reflete o reitor, destacando nisso o papel do padre Leonel Franca. Exalta, igualmente, a contribuição da PUC na área de ciências sociais. "O Brasil continuará sendo um país infeliz, por mais que impulse e desenvolva descobrimentos tecnológicos, se não conseguir encontrar seu próprio modelo político e social avançado", diz o padre Laércio Dias de Moura.

**Qualidade** - O modelo adotado - universidade de porte médio, com alto padrão de qualidade - não tem sido dos mais facilmente administráveis, nem tem evitado problemas para a PUC, à semelhança do que ocorre com o sistema universitário brasileiro em geral. "É uma universidade que deve ser pequena, ou pelo menos estar dividida em pequenas unidades para conservar a relação pessoal entre alunos e professores. A PUC de hoje já não tem nenhuma ambição de ser uma universidade de massas", afirma o coordenador do Centro de Memória da PUC, Paulo Novaes.

**Financiamento** - O caminho escolhido é difícil, assegura Novaes, "porque



Pe. Laércio: espírito de equipe está na base do crescimento da PUC

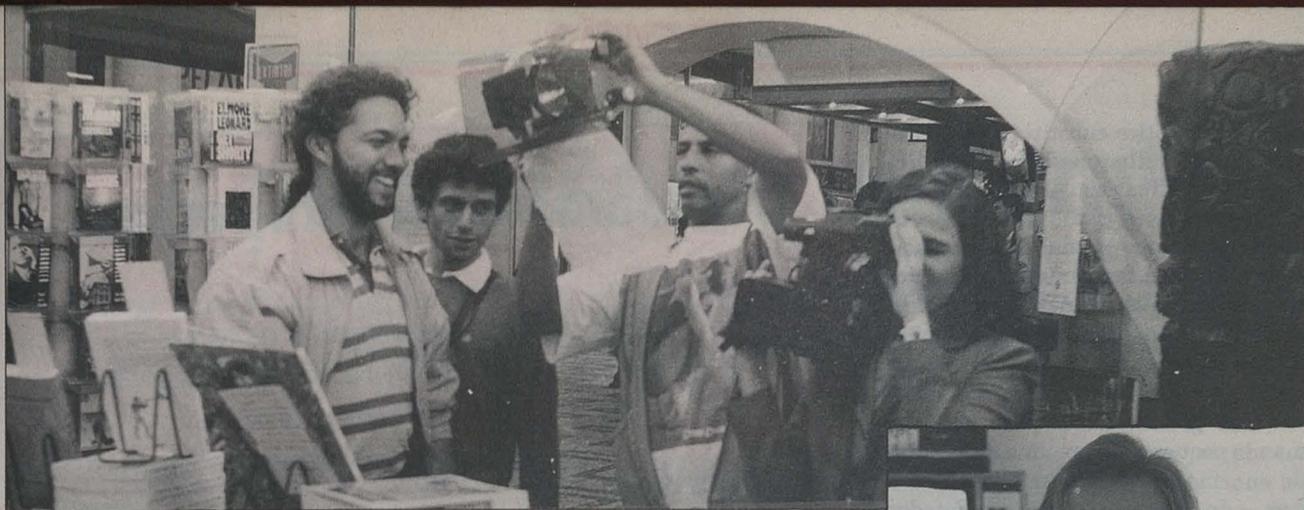
exige pessoas caras e instalações também caras, criando problemas de financiamento. Mas, as faculdades católicas sempre enfrentaram esse problema, já nasceram assim. No princípio, patrocinadores, ao final de cada ano, cobriam o déficit que existia. Mas, depois, com a incorporação de professores de tempo integral, isso se tornou impossível, porque era muito caro. O Estado começou, então, a financiar, através de suas instituições destinadas a tal fim. Conselho Nacional de Pesquisas-CNPq, Coordenadoria para o Aperfeiçoamento do Pessoal do Ensino Superior-Capes, Financiadora de Estudos e Projetos-Finep são instituições públicas que têm permitido o desenvolvimento da universidade. O que os alunos pagam nunca passou da metade do orçamento total da PUC", revela Paulo Novaes, indicando que a instituição também se beneficia de convênios de pesquisa com a Fundação Ford, Tinker Foundation e da ajuda de entidades católicas européias.

"Os departamentos científicos da PUC nas áreas de matemática, física, química e biologia estão dedicados à formação de pesquisadores e professores a nível de pós-graduação, com número de alunos muito reduzido. Há mais professores que alunos, porque são centros de pesquisa de tempo integral. A universidade é paga para realizar essas pesquisas e se transformou em um centro de pesquisa avançada dos melhores", define Novaes.

Na área de ciências políticas e sociais, a instituição goza de fama antiga, a partir mesmo de sua origem nas escolas de Direito e Filosofia. Hoje, é conhecido o conceito de seu Departamento de Economia, entre outras áreas, e já adquire importância também o Instituto de Relações Internacionais, que funciona desde 1983 e oferece pós-graduação desde 1987.



A PUC entrou no campo técnico ainda nos anos quarenta



A equipe do programa "Documento Especial", e Nelson Hoineff (dir.), diretor e idealizador

# Tv alternativa

*O espaço se abre a novas opções*

## Rosângela Trolles

**A**boa acolhida dada pela audiência ao programa "Documento Especial", que vai ao ar pela Rede Manchete, consagra a criação de um espaço, onde assuntos de interesse público transparecem em imagem e discurso mais democraticamente, nas telas de Tv. Sob o formato de um documentário, temas emergentes na sociedade brasileira são tratados com grande abertura pela equipe que se reúne em torno de seu diretor e idealizador, Nelson Hoineff. Ele mesmo declara que tal liberdade é atípica numa grande rede de Tv, e atribui esta oportunidade a sua experiência anterior na emissora.

Há oito anos atrás, quando a Manchete iniciava suas transmissões, Nelson, então com 33 anos, assumia a função de editor de cultura. Mais tarde, passou a dirigir o "Jornal da Manchete-Segunda Edição", onde ficou durante cinco anos. Quando lançou a idéia de fazer um programa jornalístico mais livre, a direção da casa lhe deu carta branca. O sucesso que vem obtendo indica o interesse por parte do público por uma programação mais dinâmica e objetiva. Aliás, o investimento da Rede Manchete no jornalismo lhe rendeu outro feito: pesquisa feita pela revista "Imprensa" revela que os noticiosos da Manchete são os que têm maior credibilidade junto ao público, e os que con-

quistaram maiores elogios.

Além do crescimento de importância de novas redes, outros passos começam a ser dados no sentido de uma democratização da televisão no Brasil. A recente utilização do sistema UHF aberto aumenta o espectro de canais, antes limitado ao número de sete no sistema VHF tradicional, abrindo espaço para o surgimento de uma programação alternativa. Experiências, como a da MTV e, agora, a Jovem Pan, em São Paulo, significam um avanço, que só não é maior devido à qualidade do sistema UHF codificado, que começa a ser utilizado com as Tvs por assinatura. É o caso da TVA, fruto da união dos grupos Abril e Machline, que passa a oferecer cinco canais, com programação diversa. A Globo está desenvolvendo um sistema inédito, oferecendo quatro canais por assinatura, com recepção direta por satélite, para quem tem antena parabólica com, no mínimo, sete metros de diâmetro. No entanto, esta disponibilidade continua sendo privilégio de grandes grupos.

**A democratização** - Nos países onde a tecnologia de distribuição a cabo e uma tecnologia associada de redes de cabo por satélite se desenvolveram, houve um grande passo na democratização do veículo. Nos Estados Unidos, isso já acontece há mais de dez anos. As três grandes redes - CBS, NBC e ABC



- concentravam 92% da audiência, a exemplo do que vinha acontecendo com a Rede Globo, no Brasil. Hoje, essas emissoras continuam tendo hegemonia, mas caíram para 50% da audiência. O sistema de cabo físico provou que pode chegar ao receptor com a mesma qualidade técnica de uma grande emissora. Recebe-se um Madison Square Garden ou um Black Chanel ou um Jewish Affairs Chanel com a mesma qualidade técnica de uma CBS. Este, sim, é um avanço em termos de democratização.

A instalação de uma emissora de Tv hoje é muito barata. Dependendo do objetivo do produtor, é possível com 50 mil a 100 mil dólares realizar a sua instalação física. Nos Estados Unidos, atualmente, mais de 200 *cable networks* jogam sua programação via satélite, chegando ao receptor em condições muito semelhantes aos dos grandes conglomerados. Isto proporciona um acesso maior ao público, que pode discutir assuntos de seu maior interesse, como aconteceu com o sucesso da rede City University of New York, que começou numa prática interna da universidade. Em geral, as próprias Tvs a cabo necessitam comprar programação, tornando o acesso fácil.

**Transformação radical** - O advento da fibra ótica traz uma radical transformação na distribuição de si-

nais. A fibra ótica substitui o cabo coaxial, que permite uma capacidade de, no máximo, 12 canais. Além de ser muito mais maleável, muito mais leve, bem menor que o cabo coaxial, tem a capacidade infinita. A transmissão proporciona muito mais segurança e qualidade e torna viável uma capacidade, não mais de dez, mas de 100 canais. Isto resulta numa inversão histórica: em vez de haver uma grande oferta para uma demanda pequena, ocorre uma necessidade enorme de oferta, uma vez que a demanda aumentou. Hoje, nos Estados Unidos, a programação disponível não atende à necessidade de tantos sistemas de cabos, tantos canais disponíveis.

No Brasil, a disponibilidade de acesso a um equipamento de qualidade proporciona facilidade de produção, em audiovisual eletrônico, a qualquer um que desejar. De fácil aquisição no mercado ou disponível em produtoras independentes, o equipamento de super VHS dá um resultado muito próximo do conseguido com o equipamento Betacorn profissional. Em sua experiência com o "Documento Especial", Néelson diz que muitas vezes teve que utilizar este equipamento: "Em casos como a gravação no quilombo dos calungas, em Goiás, onde tive que fazer um longo trajeto sobre mulas, à beira de precipícios, era muito difícil levar um equipamento maior. Logo, rodamos tudo em super VHS".

Este tipo de material possibilita, sem dúvida alguma, a revelação da realidade do país e a manifestação dos diversos, diferentes e singulares discursos existentes na sociedade atual. "Quando comecei o programa, recebi um voto de confiança. Hoje, poderia vender a idéia para qualquer emissora, uma vez que o programa está consagrado pelo público, é um sucesso de faturamento e vem ganhando um prêmio atrás do outro", diz Néelson, que acredita no crescimento de uma Tv alternativa, utilizando novas formas de tecnologia. Este processo assemelha-se, acredita, ao que acontece com a imprensa escrita. Atualmente, as melhores publicações em revistas e jornais são justamente vindas de instituições privadas e universidades, sendo completamente impossível que uma pessoa se mantenha bem informada apenas com a grande imprensa. Este processo começa a ser vivido no âmbito da televisão, e tal processo é irreversível.

## Tesouro verbal sem verbas

*Falta de financiamento atrasa a elaboração do Dicionário da Língua Portuguesa, da Academia Brasileira de Letras*

O projeto tem alto valor cultural e baixo valor comercial: características que foram decisivas para a sua estagnação". Esta é a avaliação que o lexicógrafo e membro da Academia Brasileira de Letras, Antônio Houaiss, faz dos problemas que rondam a elaboração do dicionário, coordenada por ele. "Foi lamentável a precipitação com que se suspendeu a Lei Sarney, apesar dela, como todas as leis brasileiras, ter sofrido desvios. Esta atitude só poderia ter saído mesmo da cachola inadequada do antigo secretário de Cultura do governo federal, Ipojuca Pontes", diz Antônio Houaiss que, hoje, conta com o correspondente a cerca de quatro mil dólares mensais, a sétima parte dos recursos de que necessita para prosseguir com o trabalho.

O Dicionário da Língua Portuguesa começou a ser escrito em fevereiro de 1986, com o patrocínio de uma grande editora de São Paulo, três grandes editoras do Rio e um banco privado. Da equipe inicial, faziam parte vinte e seis redatores e vinte técnicos em informática. Mas, os patrocinadores trancaram o financiamento e, desde dezembro do ano passado, Houaiss foi obrigado a reduzir seus colaboradores para cinco redatores. "Em condições normais, o dicionário estaria pronto em mais dois anos, mas, do jeito que está, este prazo, multiplicado por sete, se estende para quatorze anos. Como eu já estou com setenta e cinco anos, não imagino que seja possível concluí-lo, se os governos estadual e federal não interferirem", sugere o acadêmico.



Antonio Houaiss: "a quantia de que necessitamos é irrisória"

Os financiadores dizem que já investiram algo entre um e dois milhões de dólares no projeto e que, até a conclusão, será necessário um investimento equivalente. "Ora, se pensarmos que o custo de um Ciep projetado por Oscar Niemeyer é de um milhão de dólares, a quantia de que necessitamos fica irrisória, em se tratando de um dicionário", calcula Antônio Houaiss, com esperança.

Duzentas e sessenta mil palavras vão compor o dicionário, que dará relevo à parte de etimologia. Na definição de todas as palavras, virá também um esclarecimento quanto a época em que a palavra ou o sentido da palavra aparecem na língua. O dicionário terá ainda um tratamento morfo-semântico especial, através da coação, a exemplo de uma metodologia moderna, só utilizada nas grandes línguas de cultura, como o inglês e o francês. O "Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa", escrito em 1981 por Antônio Houaiss, para a ABL, é a base do dicionário que, quando estiver pronto, terá duas formas: a encadernada, em vários volumes, e o videocassete.

# A persistência cultural

*Com um filme extraído da chocante realidade das manchetes policiais, cineasta busca superar o impacto das medidas governamentais contra o setor*



*Neville, com Louise Cardoso e Maria Gládis, considera ato de heroísmo fazer cinema num país onde o governo descartou a cultura*

## Nereida Daudt

**E**m 1969, censurado, o filme “Matou a família e foi ao cinema”, de Júlio Bressane, ficou apenas uma semana em cartaz. O mesmo aconteceu a outros filmes nacionais. “Jardim de Guerra”, de Neville de Almeida, por exemplo, nem chegou a ser exibido. Para homenagear todas essas criações que foram “exiladas dentro do próprio país”, Neville decidiu refilmar “Matou a família e foi ao cinema”.

A política cultural do governo Collor, que extinguiu a Embrafilme, atrapalhou seu projeto, parando as filmagens durante um ano. Responsável por três grandes bilheterias – “A Dama do Lotação”, “Os Sete Gatinhos” e “Rio Babilônia” – Neville tinha adquirido na Embrafilme a distribuição e a coprodu-

ção de suas obras. Com o fim da estatal do cinema, foi obrigado a reformular suas bases de trabalho. Reuniu duas produtoras independentes, mais a Cine Ville e a Skylight, e conseguiu sobreviver às medidas baixadas pelo novo governo na área cultural, finalizando a refilmagem da polêmica obra de Bressane, a qual entra no circuito comercial ainda neste semestre.

**Drama familiar** – “Matou a família...” é baseado em manchetes de jornal. A decadência dos verdadeiros valores humanos e a hipocrisia social que envolvem os relacionamentos familiares, em todas as classes sociais, são, na ótica do cineasta, verdadeiro “baú de idéias”. Por esse motivo, diz que comprou os direitos do filme, readaptou o roteiro aos tempos atuais e acentuou a

“farsa daqueles que escondem seus desejos mais profundos atrás de uma família, agonizante e desagregada”.

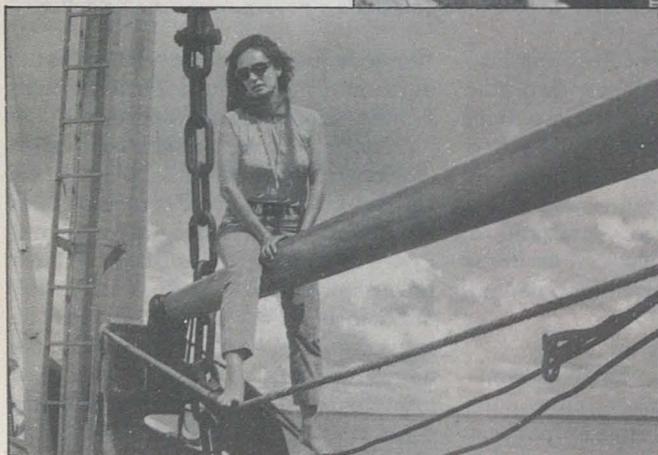
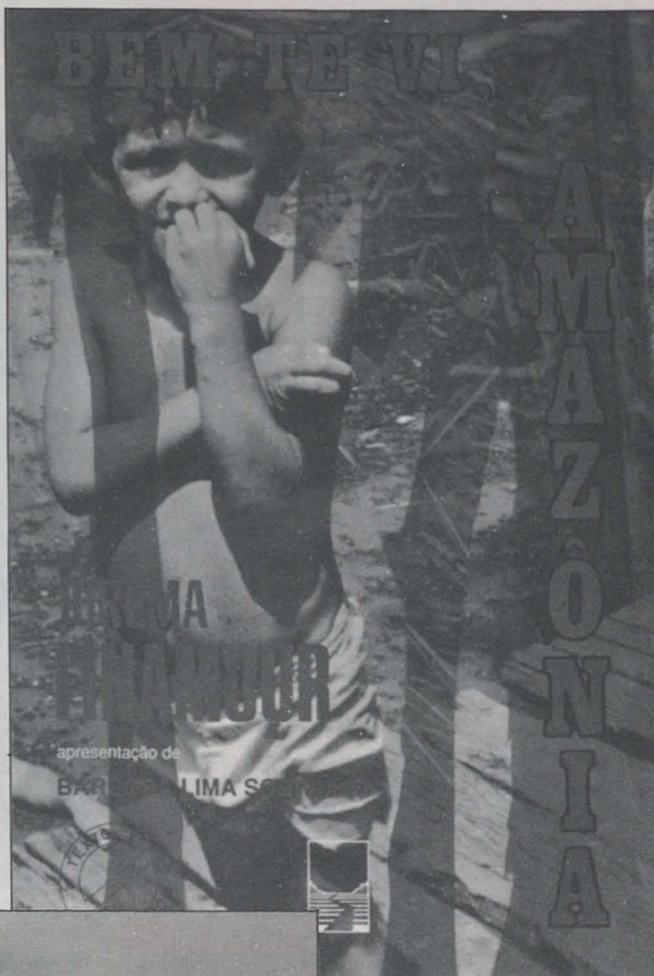
Com um numeroso elenco, que inclui Maria Gládis, Cláudia Raia, Louise Cardoso, Alexandre Frota, Mariana Moraes, Ana Beatriz Nogueira, Guará, Pedro Aguinaga, Júlio Braga e Carla Inês, o novo filme teve um custo de 500 mil dólares. “Foi” – explica – “como se estivesse fazendo cinco filmes, com cenografias, figurinos e locações totalmente diferentes”. Além de fazer ponta em uma das histórias, Neville escreveu o novo roteiro, produziu e dirige essa refilmagem. Os dois temas musicais, assim como toda a trilha, são de Lobão. E a expectativa do experiente Neville é de que “Matou a família e foi ao cinema” seja o maior acontecimento cinematográfico de 1991. ■

# “Bem te vi, Amazônia”

*Os últimos 25 anos na Região Norte do país*

O livro acaba deixando de lado o seu título BEM TE VI, AMAZÔNIA para transformar-se num BEM TE VI, BRASIL, como um libelo contra a espoliação de nosso território, valorizado por um estilo vibrante em que a sensibilidade feminina se casa com a indignação dos guerreiros masculinos”. A frase de Barbosa Lima Sobrinho – jornalista, escritor, membro da Academia Brasileira de Letras e presidente da Associação Brasileira de Imprensa – faz parte do prefácio do livro escrito por Jurema Finamour e lançado no último dia 3 de junho, no Rio, pela Editora Vale Livros.

Segundo a autora, o texto-denúncia, distribuído por 300 páginas e ilustrado por 30 fotos em preto e branco, relata os efeitos do acordo secreto firmado em 1964 entre o então Presidente da República, Carlos Castelo Branco, e o governo dos Estados Uni-



Jurema Finamour “libelo contra a espoliação” da Amazônia

dos, que adequou a Zona Franca de Manaus aos interesses do capital estrangeiro.

Para recolher o material necessário, em 1968, Jurema

Finamour fez uma longa viagem pela Região Norte brasileira. A viagem começou pela Ilha de Marajó e, ganhando o Rio Amazonas e seus afluen-

tes, alcançou Santarém, Manaus, a floresta Amazônica e seus povoados. De barco ou de carroça puxada por búfalos, ela foi desvendando os mistérios da região. Pobreza, fome, prostituição, doenças endêmicas, negociações impatrióticas, remessa de lucros extorsivos, evasão tributária, riquezas de um país pobre: nada escapou do registro da jornalista e escritora.

De volta ao Rio, onde mora, Jurema passou a pesquisar o assunto em outras fontes. Autores nacionalistas, como o ex-Governador do Amazonas, Artur César Fer-

reira Reis, forneceram informações importantes para o desenrolar da narrativa. Artigos publicados pela imprensa estrangeira sobre a Região Amazônica nestes últimos 25 anos também deram sustentação ao texto que a autora só conseguiu publicar agora. “O valor da Amazônia só está sendo assimilado pelas editoras brasileiras neste momento por causa do grande interesse atual pela Ecologia, que vai atingir seu ponto máximo durante a Rio-92”, lamenta.

A degradação ambiental do planeta, a imposição do abortivo DIU por empresas americanas, a fim de despovar a Amazônia, a venda de terras a estrangeiros, o caso Chico Mendes, dados pessimistas sobre nossos minérios, fraudes e uma reforma agrária sempre adiada. Revelações sobre estes e outros temas de alta importância compõem o livro que, na verdade, é um documento histórico, indispensável para quem quiser conhecer o que realmente se passou e se passa na região do planeta conhecida como “o pulmão do mundo”.

O texto contundente segue a linha de trabalho de Jurema Finamour. Seus outros livros publicados são: “China sem muralhas” (de 57), “Coréia sem paz” (de 58), “Vais bem, Fidel” (de 62), e os romances “Pablo e D. Pablo” (de 73) e “Precisa-se de uma rosa” (de 60). Os direitos autorais integrais do livro “bem te vi, Amazônia” foram cedidos pela autora para a Comissão Arquidiocesana de Assistência aos Hansenianos, em favor dos leprosos do Norte do Brasil.

# O fabuloso negócio da coca

Luis Carlos Bernardes

*Dinheiro da droga boliviana vai para os contras da Nicarágua*

*"O governo dos Estados Unidos teria usado dinheiro obtido com o tráfico da cocaína para financiar os 'contras' nicaraguenses". Essa é a revelação, divulgada com exclusividade na imprensa brasileira, que o jornalista Luiz Carlos Bernardes, atual presidente da Fenaj (Federação Nacional de Jornalistas), traz depois de uma viagem de 15 dias na Bolívia.*

*Apresenta ainda um balanço completo do que é o negócio da coca e sua influência na economia e na vida política boliviana.*

**U**ma transação obscura, que permitiu ao governo norte-americano enviar milhões de dólares aos contras nicaraguenses, obtidos do tráfico de cocaína, e que está sendo chamada de "narcogate" (por lembrar o escândalo do Irãgate) vem sendo discutida cada vez com maior insistência nos setores políticos e na imprensa boliviana.

Quem fez esta denúncia, com detalhes, foi o jornalista Wilson García, do jornal *Los Tiempos*, de Cochabamba, com grande circulação no país e que é também colaborador da agência France Press.

Segundo García, que pouco depois sofreria um grave atentado que quase

lhe custou a vida, "setores do governo Reagan, de 1982 a 1986, levantaram centenas de milhões dólares com o narcotráfico, usando esse dinheiro para financiar as atividades dos *contras*. O déficit norte-americano na época já era alto e o governo teve que buscar saídas 'alternativas' para financiar seus aliados na Nicarágua".

O jornalista afirma que obteve estas informações de fontes da própria embaixada norte-americana em La Paz, que discordavam da operação.

"É o começo da colombianização do país", disseram dirigentes políticos. O próprio chefe do gabinete civil da presidência, Gustavo Fernández, telefonou ao jornalista, solidarizando-se com ele. García foi atacado em plena rua, recebendo uma facada que lhe atingiu o fígado, a vesícula e a veia cava, sobrevivendo graças a uma cirurgia múltipla que o manteve imobilizado por longo tempo. Pelas suas revelações, foi agraciado com a medalha "Bautista Saavedra", concedida pela Associação de Jornalistas de La Paz, como reconhecimento à sua luta em defesa do interesse público.

**Divergências** - Funcionários da embaixada revelaram que há duas correntes no DEA (Drugs Enforcement Agency, o departamento que comanda a

luta contra o tráfico nos Estados Unidos) em disputa permanente. A primeira é favorável a um certo entendimento com os traficantes, e a outra, defensora de uma repressão sem trégua.

"Há indícios - diz García - de que os segundos vêm ganhando terreno. Um deles é a prisão de Jorge Roca, talvez o maior chefe da máfia boliviana, que foi detido em dezembro último em sua luxuosa mansão em San Marino, Califórnia, que frequentava há vários anos, sem ser molestado".

"Outro indício foram as pressões norte-americanas para a demissão do coronel Jorge Toro, chefe das forças antidroga do governo boliviano, também ocorrida em dezembro, sob a acusação de conivência com o narcotráfico".

**Flagrante** - Outro conhecido jornalista boliviano, Mariano Olmos, editor da TV Sant'Anna, relatou um episódio envolvendo funcionários americanos do DEA, em Sant'Anna de Yacuma. Em meados de 1988, dez funcionários norte-americanos chegaram à região, prendendo indiscriminadamente quem encontravam e cometendo outras violências. "Todos os cidadãos eram suspeitos - relata o jornalista Mariano Olmos - e foram feitas várias prisões. Numa das blitz foi morto acidentalmente o gerente regional da companhia energética boliviana. Revoltados, moradores de Sant'Anna invadiram o hotel onde os norte-americanos estavam hospedados, trouxeram alguns deles para a rua, abriram suas malas. Delas caíram várias seringas e quase um quilo de cocaína".

Há atualmente 80 funcionários do DEA em Santa Cruz, Cochabamba e Trinidad, que há quatro anos assessoram as autoridades bolivianas. Todos esses episódios contribuem para consolidar a crescente suspeita de que funcionários dos EUA participam também do negócio da droga na Bolívia. ■

## Ameaça à

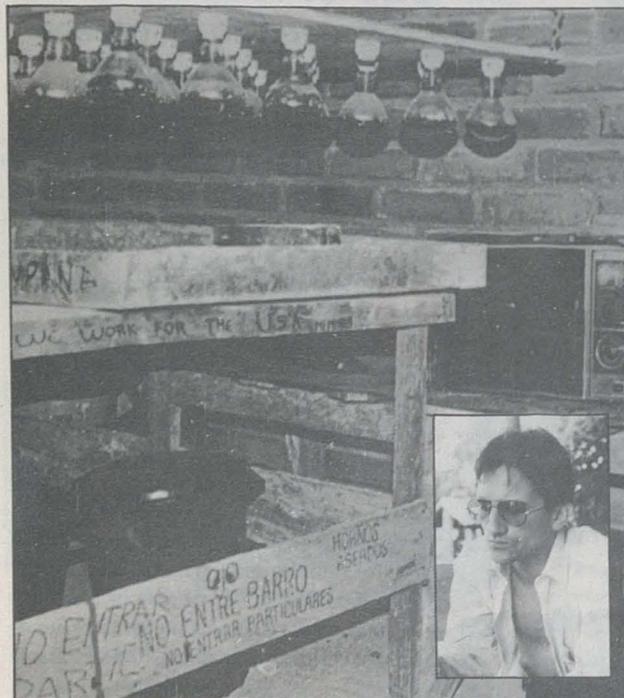
**A** demissão do chefe das forças antidroga do governo boliviano, coronel Rico Toro - antigo assessor do ditador militar García Meza, acusado por setores da sociedade e extra-oficialmente pelo governo norte-americano de conivência com o narcotráfico -, jogando o governo local na sua mais séria crise, traz à tona o fato de que o negócio da coca é a mais grave ameaça à democracia boliviana.

No momento em que a situação em Bogotá parece caminhar para uma normalização, todos temem aqui um processo de *colombianização* do país. O presidente Paz Zamora já tem agendado um encontro com o presidente George Bush para discutir vários problemas, o primeiro deles o combate ao narcotráfico e a participação dos Estados Unidos.

"Se descerem aqui os marcianos, logo se tornarão nossos amigos", costumam dizer os chefes do tráfico na Bolívia, ressaltando a impunidade que conseguem sempre obter para suas atividades criminosas.

A corrupção impulsada pelo narcotráfico atinge a quase todos os segmentos da sociedade, incluindo setores do governo, militares e - segundo denúncias - até mesmo funcionários norte-americanos que assessoram as forças armadas. Esse processo vem em sensível aumento a partir da ditadura de García Meza, no início dos anos 80, quando os chefes bolivianos, com evidente apoio oficial, passaram a processar e a exportar a droga produzida no país. Até então, a Bolívia se limitava à produção de folha de coca, industrializada e comercializada pelos colombianos, os quais ficavam com a "parte do leão" do negócio.

**Cobertura de grandes bancos** - Interesses de grandes bancos norte-americanos e suíços também contribuíram para incentivar o narcotráfico. O presidente da Comissão Interamericana para o Controle da Droga (Cicad), o argentino Alberto Latelle, denunciou há algumas semanas, no México, onde



As denúncias do jornalista Wilson García sobre o escândalo do "Narcogate" quase lhe custaram a vida

# democracia

se reuniram 22 países representados naquela entidade, que "bancos suíços e norte-americanos, especialmente em Miami, manipulam grandes fortunas e fazem negócios com fundos dos narcotraficantes, lavando-lhes o dinheiro". Esclareceu ainda, com indignação, que aqueles estabelecimentos, amparados no sigilo bancário, se negam, sistematicamente, a prestar informações pedidas pela Cicad sobre as contas daqueles clientes especiais.

Os estabelecimentos locais não ficam atrás. O Banco de Santa Cruz de la Sierra, por exemplo, realizou uma agressiva campanha publicitária, oferecendo inúmeras vantagens aos seus usuários. Em páginas inteiras nos jornais, anunciava que "além de abrir-lhes uma conta corrente nos Estados Unidos, pagar seus cheques bolivianos em nossa sucursal em Miami, garante-lhes segurança em seus giros e transferências para todos os países, faz a cobrança de seus cheques provenientes de bancos estabelecidos em qualquer lugar do mundo e realiza operações relacionadas com o comércio exterior".

O próprio governo boliviano facilitou as atividades dos bancos, ao liberar - desde agosto de 1985, durante o governo de Paz Estenssoro - a entrada de divisas no país sem esclarecimento sobre sua origem.

**Os números do negócio** - Segundo dados do governo, há 70 mil hectares plantados com coca, produzindo cerca de 150 mil toneladas de folha por ano, já que a planta dá entre três a quatro colheitas/ano. Desse total, cerca de 30 mil toneladas são usadas para o secular consumo de trabalhadores rurais e mineiros, que mascam e fazem chá, importante para se trabalhar nas altitudes que superam os 3 mil metros, como as de La Paz e do Altiplano em geral. As demais 120 mil toneladas vão para o narcotráfico, produzindo-se 1.500 toneladas de pasta, que resultam em 500 toneladas anuais de cocaína cristalizada.

Organizações não-governamentais (ONGs), como a Liga de Defesa do Meio



*Cerca de 700 mil bolivianos dependem da coca*

Ambiente da Bolívia, garantem entretanto que os números são mais altos. Haveria, na realidade, 122 mil hectares de cultura de coca, com uma produção de 220 mil toneladas anuais, das quais 30 mil seriam destinadas ao consumo local. As 190 mil toneladas restantes permitiriam uma produção de 2.200 toneladas de pasta base, resultando em 750 toneladas de cocaína cristalizada.

Nos últimos quatro anos, usando técnicas militares, o governo, com apoio norte-americano, conseguiu destruir cerca de 15 mil hectares de plantações. O tráfico reagiu deslocando-as para a região amazônica, com um aumento de 20% das culturas entre Beni e Santa Cruz.

Quanto à mão-de-obra empregada na produção de folha de coca e no narcotráfico, os números oficiais e os das ONGs se aproximam. Seriam cerca de 700 mil pessoas, ou seja, 25% da população boliviana economicamente ativa, que é de 2,6 milhões.

De acordo com cálculos geralmente aceitos, existiriam hoje cerca de 200 laboratórios funcionando só na região amazônica.

Também em relação às cifras econômicas, governo e ONGs não estão muito distantes. O narcotráfico movimentaria na Bolívia cerca de um bilhão de dólares anuais, dos quais 450 milhões reciclados na economia do país. Como

as exportações registradas são em torno de 500 milhões de dólares, conclui-se que o tráfico rende quase os mesmos valores que todos os demais produtos exportados, demonstrando a enorme importância da droga para a economia nacional.

**Aspectos polêmicos da repressão** - O combate à cultura e tráfico da coca é um dos assuntos mais polêmicos da atual realidade boliviana, havendo os que sustentam que o fim do narcotráfico só será possível com a eliminação do consumo nos grandes mercados mundiais. Este é o pensamento, por exemplo, do ministro das Informações, Mário Peña, que afirmou para a reportagem em seu gabinete em La Paz: "Não há como se falar em fim da produção da droga, se não houver o fim do consumo nos grandes mercados, como os Estados Unidos".

Da mesma maneira, pensa o ex-ministro da Justiça e coordenador dos seis deputados e três senadores da cidade de Beni, Jorge Koeller, falando em sua casa, em Trinidad, a 600km de Santa Cruz: "Não podemos militarizar a luta contra o narcotráfico, como deseja o governo norte-americano. Temos informações de que nos Estados Unidos pretendem, a curto prazo, realizar uma operação tipo 'guerra do Golfo', no combate ao negócio da droga. Isso traria extremos riscos de desestabilização política. Primeiro, pela ameaça de uma 'colombianização' do país, com o estabelecimento de uma guerra civil não-declarada, com milhares de mortos; depois, porque se criaria um desemprego maciço, com centenas de milhares de pessoas sem ter como sobreviver".

No seu discurso no ano passado, na ONU, sob o título de "A coca para o desenvolvimento", Zamora mostrou que a saída é se implantar culturas alternativas e se aproveitar a produção saudável de folhas de coca, para a alimentação dos trabalhadores e intercâmbios por produtos como a soja, etc.

A opinião dominante em muitos setores bolivianos é de que a militarização será uma intervenção aberta dos EUA nos assuntos internos do país. ■



Só este ano quase 500 cubanos se lançaram ao mar em frágeis botes no afã de chegar aos Estados Unidos

## Um salto no vazio

*O incentivo dos Estados Unidos às saídas ilegais de Cuba é um sério obstáculo para a normalização das relações bilaterais*

**Aldo Gamboa**

O iate da rainha Elizabeth II da Inglaterra voltava para Londres, vindo da Flórida, EUA, quando avistou no meio do mar do Caribe uma balsa frágil com um solitário naufrago à deriva. Era um dos mais de 450 cubanos que em 1991 tentaram fugir da ilha para Miami. O iate real recolheu o naufrago e o entregou às autoridades portuárias... norte-americanas.

O fato foi amplamente divulgado pela imprensa, dando ênfase na casualidade de que se tratasse do iate da rainha, mas ninguém questionou o fato do homem ter sido entregue a autoridades de um país que não é o seu.

Não é um segredo para ninguém que Cuba – em mais de um sentido – é uma ilha, por localização geográfica e fatores políticos. Se tivesse fronteiras terrestres, a forma de pressão seria a aplicada à Nicarágua, durante o governo sandinista, com grupos armados atacando de países fronteiriços. Como

está rodeada de mar, a opção para o desgaste é incentivar a saída ilegal.

Esse caráter de “política específica” fica evidente quando se observa a conduta das autoridades migratórias norte-americanas em relação a outros cidadãos que tentam chegar em botes até as costas do “país das oportunidades”. Enquanto os cubanos são recebidos como heróis e em um ano, teoricamente, obtêm visto permanente de residência, só nos primeiros meses deste ano 964 haitianos que chegaram de barco à Flórida foram imediatamente deportados para seu país de origem.

O mesmo acontece com os dominicanos que se lançam ao mar de um penhasco próximo à capital, São Domingos, um salto no vazio onde os sonhos de muitos ficam despedaçados entre as pedras. Centro-americanos, asiáticos e africanos que tentam entrar pela fronteira com o México também são deportados. Só os cubanos têm esse privilégio. Embora cada vez menos.

**Ferida antiga** – A padaria de Toyo,

o Malecón e o Floridita são alguns dos pontos clássicos de Havana, a capital cubana. Mas esses três lugares existem também, reproduzidos com nostalgia, em outra parte do mundo: no coração de Miami. Ali, na chamada “pequena Havana”, onde vivem dezenas de milhares de cubanos que saíram – legal ou ilegalmente – da ilha, existe uma padaria de Toyo, um Floridita. Também existem uma Pequena Manáguá, uma Pequena Tegucigalpa, e outras reproduções em escala reduzida de algumas capitais latino-americanas, mas nenhuma delas tem o poder econômico da comunidade cubana.

Essa presença é uma ferida de 30 anos. Dificilmente se encontra uma família cubana em Cuba que não tenha parentes em Miami, a somente 100 quilômetros de distância geográfica e a anos luz de distância ideológica.

O afã para sair de Cuba e chegar aos Estados Unidos (a *yuma*, como é chamada na ilha) atormentou durante 30 anos muitos cubanos.

A primeira grande onda de imigra-

ção de Cuba para Miami aconteceu entre o fim da guerra insurrecional e os primeiros meses de 1959. Depois da vitória da revolução, a Casa Branca lançou a "Operação Peter Pan", que consistia em fazer circular o rumor de que o governo de Havana estudava a possibilidade de tirar o pátrio poder dos pais sobre seus filhos, para "mandar as crianças para a União Soviética". Era o apogeu da Guerra Fria, e milhares e milhares de cubanos abandonaram a ilha em todo tipo de veículo<sup>1</sup>.

A segunda ocorreu em meados da década de 60, quando o governo de Fidel Castro abriu o porto de Camarioca, no norte da ilha, para que saísse todo aquele que assim o desejasse ou que tivesse parentes em condições de ir buscá-lo.

Mas a terceira e mais importante onda migratória foi a que aconteceu em 1980. Essa crise começou quando pessoas que tentavam entrar pela força na embaixada do Peru (na ocasião governada por um governo militar) provocaram a morte de um policial cubano. Como foi comprovada a conivência do pessoal diplomático, o governo cubano retirou a custódia da embaixada e anunciou que não se responsabilizaria por novos acontecimentos violentos que pudessem vir a ocorrer. Dias depois, dez mil pessoas se amontoavam na embaixada, um pequeno edifício em Miramar, um cêntrico bairro da capital.

As autoridades cubanas determinaram que todo aquele que quisesse ir para Miami deveria se apresentar no porto de Mariel, perto de Havana. Entre as quase 125 mil pessoas que saíram, iam alguns dissidentes políticos e um grande número de presos comuns, além de indivíduos sem profissão<sup>2</sup>, alguns dos quais foram deportados de volta a Cuba por cometer crimes aberrantes em Miami.

**O contexto legal** – No entanto, há mais de uma década existem acordos para que os cubanos de Miami visitem Havana e reencontrem seus parentes.

Em duas reuniões que o próprio Fidel Castro promoveu em novembro e dezembro de 1978 com representantes dos cidadãos cubanos em Miami, ficou acertado que Cuba aceitaria receber grupos de pessoas que desejassem visitar

seus parentes e permitiria a ida de cubanos aos Estados Unidos para facilitar o reencontro familiar. A iniciativa ia depender da boa vontade do governo norte-americano.

Vivia-se o começo do governo Carter, quando a Casa Branca dava sinais de que poderia haver mudanças nas relações bilaterais com Cuba. Naquela ocasião, já estavam formados os primeiros grupos da Brigada Antonio Maceo, jovens que – sendo ainda crianças – foram levados por seus pais para Miami, mas que têm carinho e respeito por sua terra natal. Essa brigada viajava a Cuba para integrar-se a diversos trabalhos voluntários.

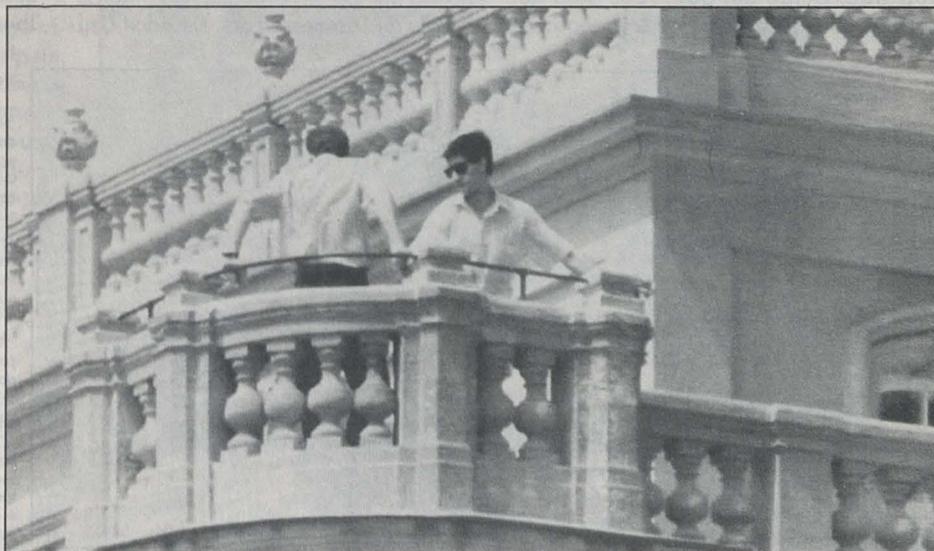
A partir de 1979, a política externa do governo de Jimmy Carter sofreu uma mudança brusca, em parte pelo fracasso do apoio parcial a movimentos "reformistas"<sup>3</sup>. As relações com Cuba foi um dos pontos críticos.

**Os acordos** – Depois do desastre que para ambos os países significou o "Mariel" (para Cuba, por sua imagem internacional, para os Estados Unidos, porque até hoje não sabe o que fazer com esses cubanos), as conversações ficaram congeladas. Só em 10 de julho de 1984 foram retomadas, quando uma delegação liderada pelo vice-chanceler cubano Ricardo Alarcón chegou a Nova Iorque para as primeiras negociações oficiais entre ambos os governos sobre essa questão. A parte norte-americana estava presidida pelo assessor legal do Departamento de Estado, Michael Kozak.

Nesse mesmo mês, o então diretor do Escritório de Assuntos Cubanos do Departamento de Estado, Kenneth N. Skoug, destacou a necessidade de resolver os problemas bilaterais por meio de soluções mutuamente satisfatórias. "Um exemplo disso, é o problema dos 'excluíveis' do Mariel, que vieram na ponte marítima e não podem permanecer nos Estados Unidos por razões óbvias", acrescentou. Os "excluíveis" eram os imigrantes cubanos que por sua violência, dependência de tóxicos ou tendências para o crime, haviam se tornado indesejáveis para os Estados Unidos.

Em 14 de dezembro de 1984, foram assinados em Nova Iorque os acordos para a normalização do tráfico migratório. O texto estabelecia que Cuba devia receber de volta 2.746 *marielitos* considerados *inaceitáveis* pela administração Reagan. Por sua vez, os Estados Unidos se comprometiam a receber cerca de três mil ex-presos cubanos e estabelecer uma cota anual de 20 mil vistos de imigração, para cidadãos da ilha que quisessem morar em território norte-americano.

Em 31 de dezembro de 1984, um juiz federal norte-americano se negou a revogar uma ordem dada por ele mesmo em outubro de 1983. Essa medida impedia que os Estados Unidos devolvessem a Cuba 2.746 pessoas consideradas perigosas e indesejáveis. Em 20 de fevereiro de 1985, outro juiz federal bloqueou novamente o cumprimento do acordo, mas, no dia seguinte, a Corte Federal de Apelações autorizou a ime-



Durante a "crise das embaixadas", dois policiais vigiam a sede diplomática da Espanha

diata deportação dos primeiros 23 cubanos do grupo de "excluíveis".

Superado esse obstáculo, pouco depois outro episódio marcou o fim da trégua migratória, com o início em maio de 1985 das transmissões da "Rádio Martí", uma emissora localizada no estado da Flórida e montada para desestabilizar o governo cubano. As autoridades de Havana anunciaram a suspensão dos acordos migratórios em resposta ao que consideraram uma violação à sua soberania e à legislação internacional.

Os acordos já eram letra morta. O bote rústico, a balsa feita com pneus, a lancha de pescadores, uma viagem de fim desconhecido – por um mar de muitos tubarões e o sol do meio-dia provocando desmaios – é a saída que resta para aqueles que se recusam a viver sob o socialismo cubano.

**Riscos desnecessários** – O mais triste da situação é que não há necessidade de correrem esses riscos. A legislação migratória cubana estabelece que qualquer cidadão pode sair do país quando quiser, sem necessidade de alegar mais motivos além de sua própria vontade. Como em qualquer país do mundo, só são necessários três requisi-



Porto de Mariel: 125 mil cubanos deixam o país (1980)

tos: cada um deve pagar sua passagem aérea, deve obter o visto de um país que o receba e não ter dívidas com a justiça. A exigência de uma idade mínima deve ser anulada antes do final do ano.

Existem em Cuba pessoas que, sem dívidas com a justiça e com a passagem na mão, esperam pacientemente que algum país lhes dê o visto. Para os EUA essas pessoas seriam um problema em Miami, enquanto que esperando em Havana ajudam a manter a campanha que mostra o governo cubano como violador dos direitos humanos. Outros não esperam pelo visto e partem...

O problema ganhou contornos insólitos com a recusa da Casa Branca de conceder os vistos solicitados. Seria desatar o nó com muita facilidade. A saída encontrada pelos responsáveis pelo Escritório de Interesses dos Estados Uni-

dos em Cuba<sup>4</sup> é pressionar algum país europeu a conceder o visto. As autoridades norte-americanas se comprometem a permitir depois a entrada do imigrante através desse terceiro país.

Mas não são poucos os cubanos que têm ficado meses ou anos perambulando pelas ruas de alguma cidade europeia...Recentemente, a imprensa noticiou a detenção de Francisco Vázquez, de 42 anos, ao regressar à Austrália, de onde foi deportado em fevereiro, por ter cometido um assalto. Há cinco meses, ele vem perambulando pelo mundo. Já esteve quatro vezes em Singapura, em Moscou, Roma, Madri e Caracas. Nenhum país aceita sua presença, porque ele está sem documentos. O governo de Cuba, por sua vez, anunciou que está disposto a recebê-lo, desde que Vázquez solicite um passaporte cubano.

A "crise das embaixadas" que estourou no início de 1990, em Havana, se explica por essa situação. Aproveitando-se da virada político-institucional em países como a Tcheco e Eslováquia ou Hungria – antigos aliados de Havana –, o Escritório de Interesses conseguiu ambiente propício para trazer o problema migratório à tona.

O presidente Fidel Castro se encarregou, quando dos acontecimentos no porto de Mariel, de explicar a posição de seu governo do ponto de vista ideológico. "A construção do socialismo é uma tarefa de homens livres", disse na ocasião o líder cubano. Essa tem sido – e é – a norma do governo cubano em matéria de imigração: ninguém está obrigado a ficar, quem quiser pode ir, mas sempre deve ficar claro que seria melhor que essa pessoa ficasse, para contribuir com seu esforço para o desenvolvimento do país.



Havana: o litoral cubano está a pouco mais de cem quilômetros de Miami

<sup>1</sup>Nessa oportunidade, centenas de crianças foram enviadas por seus pais para Miami, onde ficavam alojadas em acampamentos, até que eram mandadas para orfanatos dispersos pelos Estados Unidos, sem conhecer ninguém, nem o idioma. Cf. "De la patria y el exilio", do pesquisador cubano Jesús Díaz.

<sup>2</sup>Para um estudo sociológico dos *marileños* (pessoas que saíram pelo porto de Mariel), ver o trabalho de Rafael Hernández e Riedi Gomes, "Retrato del Mariel: un enfoque socioeconómico". In "Cuadernos de Nuestra América", Vol. II, nº 5, janeiro-junho de 1985.

<sup>3</sup>Com relação a Cuba, os estrategistas de Washington pensavam que a Conferência de Cúpula dos Não-Alinhados realizada em Havana em 1979 fortalecia perigosamente Cuba no Terceiro Mundo em geral e no Caribe em particular.

<sup>4</sup>Os Estados Unidos não têm embaixada em Cuba ou vice-versa. Ambos possuem apenas um "Escritório de Interesses" nas respectivas capitais para encaminhar seus assuntos bilaterais. No caso dos EUA, o Escritório está vinculado à embaixada suíça em Havana. Atualmente, esse país europeu representa também os interesses de Cuba em Washington (função desempenhada antes pela embaixada da Tcheco e Eslováquia).

# Um drama não-resolvido

**Cristina Canoura**

**S**ara Méndez, uma professora que procura seu filho desaparecido na Argentina em 1976, acaba de perder uma batalha judicial ao ver negado pela justiça uruguaia o seu pedido para realizar um exame de sangue que permitiria saber se um jovem de 15 anos que vive em Montevideu é realmente seu filho.

A demora e adiamento da sentença judicial gerou um clima de tensão pelas implicações políticas e emotivas do caso. Os pais adotivos de Gerardo Vázquez – o menino que poderia ser o desaparecido Simón Riquelo – se opuseram à análise esclarecedora e acusaram Sara Méndez de estar inspirada em “motivações políticas”.

Dos 108 uruguaios detidos-desaparecidos na Argentina dos anos 70, o caso de Sara Méndez é único por se tratar de uma mãe sobrevivente do centro de detenção e tortura conhecido como “Automotora Orletti”, em busca do filho que lhe foi arrancado dos braços quando tinha apenas 20 dias de nascido.

Das 12 crianças uruguaias sequestradas junto com seus pais, e levados como troféus de guerra, apenas quatro foram recuperadas por suas famílias. Os irmãos Anatole e Victoria Julien Grisone foram abandonados em uma praça em Santiago do Chile e hoje vivem com seus pais adotivos nesse país, com a permissão de seus verdadeiros avós. Amaral García e María Victoria Moyano já estão com suas famílias uruguaias. Ambos tinham sido entregues a famílias ligadas aos aparelhos repressivos argentinos. Maria Zafaroni, atualmente Daniela Furci, desapareceu pela segunda vez, depois de ter sido identificada por seus avós, desta vez sequestrada pelos seus pais adotivos.

**Busca incessante** – Presa na Argentina em 1976 juntamente com outros uruguaios, Sara Méndez foi trazida para o Uruguai numa operação militar clandestina e permaneceu detida até 1981. O major Nino Gavazzo, chefe da operação, lhe havia jurado que nada

*Uma decisão da Justiça reacende a polêmica em torno do caso de Sara Méndez, ex-presa política que há 15 anos busca seu filho, sequestrado poucos dias depois de nascer num centro de detenção e tortura*

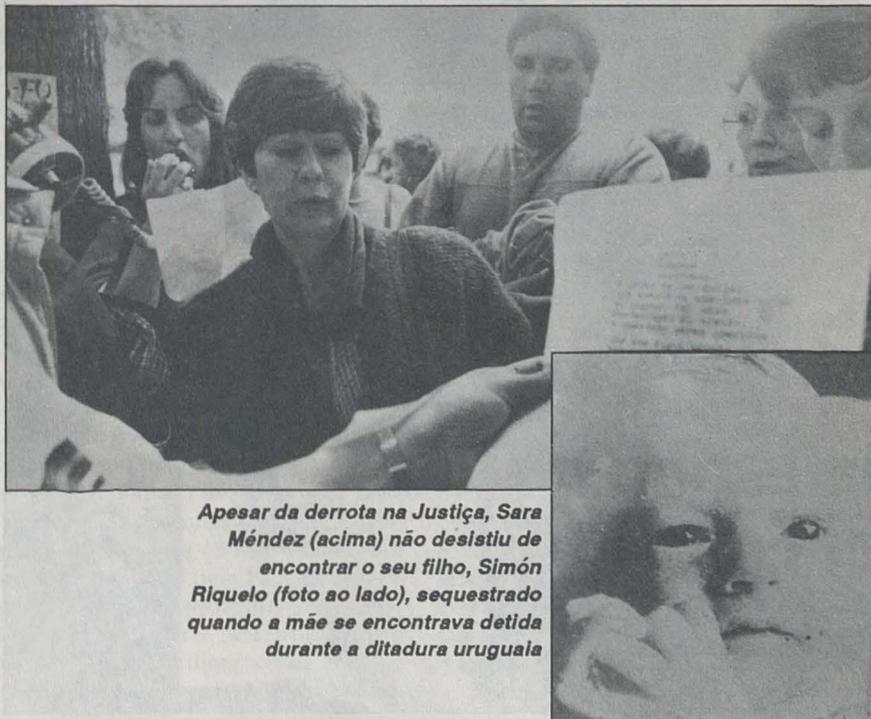
aconteceria a Simón pois, segundo suas próprias palavras, “a guerra não era contra as crianças”. Gavazzo determinou ao coronel Antonio Rodríguez Buratti, parente dos atuais pais adotivos, que entregasse a criança aos familiares.

“Durante o período que fiquei presa em Punta de Rieles, embora perguntasse sempre pelo meu filho Simón, nunca recebi resposta alguma. Ao sair, viajei para a Argentina disposta a iniciar a busca do meu filho”, afirma Sara Méndez.

As Avós da Praça de Maio, na Argentina, e outros organismos de defesa dos Direitos Humanos também colaboraram na busca da criança.

Depois de várias pistas frustrantes, em 1986, Sara Méndez e o pai do menino, Mauricio Gatti, recentemente falecido, receberam a notícia de que um menino que mora em Montevideu, em um populoso bairro operário, poderia ser seu filho. Aproximaram-se da família e propuseram a realização de uma análise de compatibilidade sanguínea, sem que o menor soubesse.

“Dissemos nessa única vez que pu-



*Apesar da derrota na Justiça, Sara Méndez (acima) não desistiu de encontrar o seu filho, Simón Riquelo (foto ao lado), sequestrado quando a mãe se encontrava detida durante a ditadura uruguaia*

demos falar com seus pais adotivos – conta Sara – que queríamos compartilhar o menino no caso de que fosse Simón. Não queríamos que sofresse uma perda, mas que ganhasse uma nova família, que conhecesse aqueles que lhe deram a vida... que soubesse que não foi abandonado por seus pais”.

**Esperanças perdidas** – Depois de dois anos e meio de espera e da negativa da família Vázquez, Sara Méndez moveu um processo na Justiça Penal, pedindo a anulação da adoção, porque ela teria partido de um sequestro. Em setembro de 1989, o então presidente Julio María Sanguinetti ordenou que parassem a investigação, pois o caso estaria incluído na anistia aos militares e policiais violadores dos direitos humanos. Com isso se reconheceu indiretamente que o sequestro de Simón Riquelo tinha sido um crime político.

Agora, o Tribunal de Apelações de Família acaba de revogar a decisão da juíza Susana Toscano, que em junho de 1990 havia ordenado a

*As Avós da Praça de Malo, na Argentina (abaixo) também têm colaborado na busca de filhos de desaparecidos e ex-presos políticos uruguaios (ao lado, manifestação em Montevideú)*

realização de um exame de sangue do menor que supostamente é Simón Riquelo.

O Tribunal de Apelações, composto pelos ministros Víctor Rodríguez de Vecchi, Juan Carlos Allo Sarubo e Eduardo Lombardi, justificou sua sentença alegando que a juíza Toscano não se ajustou ao Direito já que o exame de histocompatibilidade “não é necessário para iniciar ou promover o julgamento de nulidade de legitimação adotiva que se anuncia”.

O Uruguai subscreveu a Convenção Internacional de Direitos da Criança aprovada em setembro de 1990, no plenário das Nações Unidas. Com valor de tratado internacional, esta convenção integra a legislação interna dos países

que a tenham ratificado, o que a distingue da aprovada em 1959. Neste documento se incluem também o direito à vida, à saúde e à educação, os direitos do menor a seu nome e nacionalidade e à preservação de sua identidade.

Assim, no número 2 do Artigo 8 se estabelece que quando uma criança seja privada ilegalmente de algum dos elementos de sua identidade ou de todos eles, os Estados deverão dar assistência e proteção apropriadas com vistas a restabelecer rapidamente sua identidade.

Por sua vez, a representação, na Costa Rica, da Rede para a Infância manifestou sua preocupação ante o veredito do Tribunal de Apelações, reafirmando o amparo aos direitos do menor na citada convenção internacional.

“Nós não permitimos o exame de sangue porque consideramos que, ao ter-se politizado o tema, não temos garantias. Simón Riquelo existe ou não. Mas Gerardo Vázquez existe”, declarou aos meios de comunicação Zully Morales, a mãe adotiva. E acrescentou: “Gerardo não é Simón Riquelo. Por mais que digam que temos esse parente militar e que ele nos entregou a criança, não é verdade”. Disse que “o que a ditadura fez não tem perdão de Deus, porque a guerra não era contra as crianças, era contra os adultos. Que ela procure o filho onde perdeu”. E afirmou que “não poderia dormir tranquila”, se tivesse Simón Riquelo. “Seria um monstro. Nós estamos lutando por Gerardo porque Gerardo não é do povo, é nosso”.

Zully Morales disse à imprensa que “o próprio Gerardo declarou perante um tribunal que não lhe interessa saber quem são seus pais. Ele disse que ele é ele e que a única coisa que lhe interessa é que esta história acabe de uma vez”.

Ao ser divulgado publicamente a identidade do menor adotado, até agora mantida em sigilo, assim como a versão de que teria sido encontrado em uma lata de lixo, Sara Méndez afirmou: “Vejo com profunda preocupação que se divulgue a identidade deste adolescente que pode ser o Simón. Sempre quisemos evitar que ele soubesse dessa história, porque nos parecia horrível. Isso deverá ter repercussões no seu lado emocional. Consequências que nós nunca buscamos, porque sempre atuamos com muito cuidado e respeito”, concluiu.



# Trabalhadores em pé de guerra

*O fortalecimento do movimento sindical cria um novo quadro político e abre espaço para o questionamento da gestão do governo Callejas*

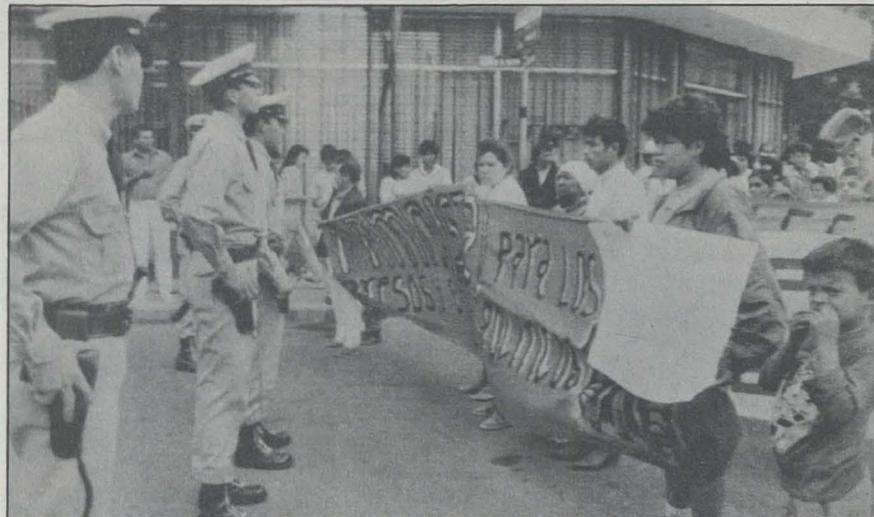
Larissa Esteves

No dia 10 de junho, a zona franca da cidade de Puerto Cortés, na costa atlântica hondurenha, amanheceu inusitadamente calma, para um lugar onde funcionam dezenas de fábricas. O borburinho dos operários das montadoras de Taiwan (Formosa), Coréia do Sul, Hong Kong e dos Estados Unidos, que se dedicam à produção de roupa, calçados e outros produtos para o mercado norte-americano e europeu, cedeu lugar a um pesado silêncio.

A explicação estava na greve de quatro mil trabalhadores, que decidiram cruzar os braços diante da negativa de uma das 20 empresas que operam no setor em aceitar a formação de um sindicato de operários. Nos últimos tempos, trabalhadores dessa zona começaram a criar sindicatos e se filiaram à federação sindical.

O movimento teve ampla repercussão no país, não só por atingir empresas estrangeiras, mas principalmente por vir na esteira de muitas outras reivindicações trabalhistas. Desde março de 1990, quando o governo implantou um drástico programa de ajuste econômico, uma série de greves e manifestações populares tem sacudido Honduras.

Ao completar um ano do pacote econômico, um ato convocado pela Coordenadoria Nacional da Plataforma de Luta para a Democratização de Honduras – que agrupa a maioria das organizações operárias, camponesas, estudantis e de profissionais liberais – reuniu em Tegucigalpa, a capital, dez mil pessoas, que denunciaram “os du-



ros golpes que cada governo tem dado nos setores populares mediante a aplicação de *paquetazos*”.

A mobilização dos trabalhadores ficou mais evidente nas comemorações do 1º de Maio – consideradas como as mais importantes da América Latina neste ano –, e contou com a participação de milhares de pessoas em 13 cidades.

**Dor de cabeça para o governo** – Essa efervescência do movimento sindical tem dado muita dor de cabeça para o governo do presidente Rafael Callejas, economista de 48 anos, eleito em novembro de 1989 pelo Partido Nacional, de direita. Os protestos e paralisações, via de regra, ultrapassam o âmbito das reivindicações de caráter trabalhista e adquirem conotações polí-



O governo de Callejas tem sido acusado de violar os direitos humanos. Abaixo, manifestantes pedem uma anistia para todos os presos políticos

ticas muito mais amplas.

Em fins de abril, por exemplo, uma greve do Sindicato de Trabalhadores da Empresa Nacional de Energia Elétrica conseguiu se transformar em um amplo movimento de pressão contra três decisões do governo hondurenho, tomadas sob pressão do Banco Mundial: a privatização da empresa, demissões em massa e o aumento das tarifas de energia elétrica.

Durante as negociações, as autoridades chegaram a um acordo sobre as duas primeiras reivindicações, que têm relação direta com a situação dos trabalhadores da empresa, mas se negaram a reconsiderar o reajuste das tarifas, que afetaria os setores mais empobrecidos da população.

O sindicato não aceitou uma solução

parcial e fez algumas contra-propostas que permitiriam sanear os problemas econômicos da estatal. Entre elas, estava a cobrança da dívida que diversos órgãos públicos e privados têm para com a empresa e o pagamento de energia elétrica por parte do exército, das bases militares estrangeiras e de outras estatais. Após 15 dias, o governo recuou, concordando em discutir as propostas do sindicato e rever o reajuste das tarifas.

Em 20 de maio, outra greve ocupou as manchetes dos principais meios de comunicação do país. Em quatro cidades diferentes, 3.000 operários paralisaram uma importante fábrica de cerveja e refrigerantes para protestar contra a ameaça de demissões. O movimento só terminou duas semanas de-

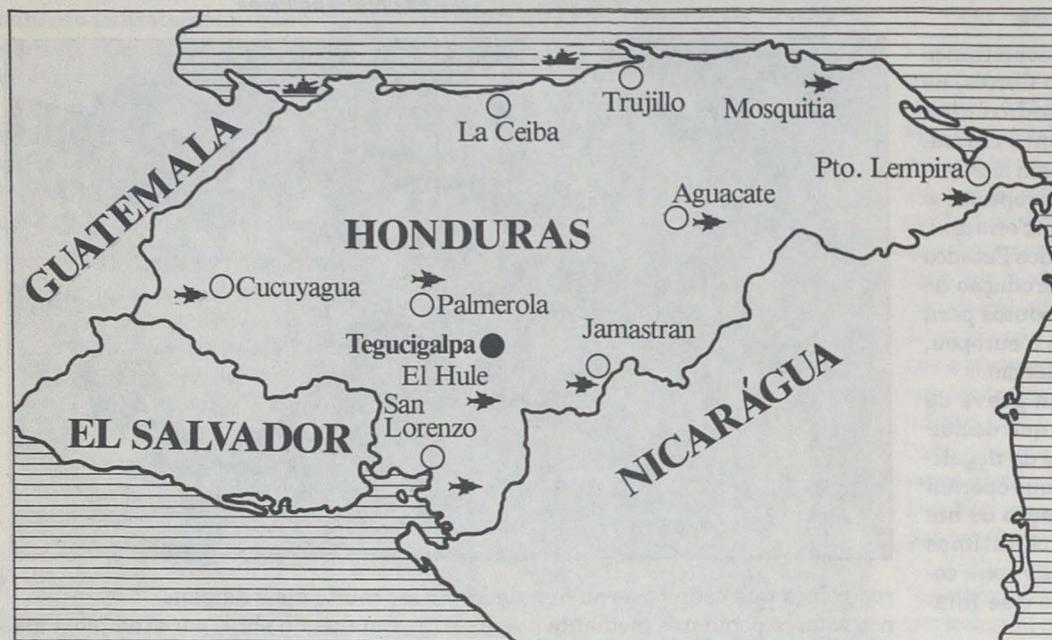
Mais recentemente, na década de 80, Honduras ganhou particular importância na estratégia norte-americana para a América Central devido à sua localização geográfica. Com litoral no Atlântico e no Pacífico e vizinho da Nicarágua sandinista, de El Salvador e da Guatemala – países onde a guerrilha vivia então um momento de consolidação e crescimento – o território de Honduras foi abertamente usado para instalar bases norte-americanas e de *contras*.

Como mostra da importância que lhe dava no xadrez centro-americano, a partir de 1983 os Estados Unidos começaram a realizar regularmente manobras conjuntas com as forças armadas hondurenhas e enviaram milhares de soldados para treinamento militar.

No plano político, sua história tam-

**Violação dos direitos humanos** – O fortalecimento dos sindicatos, e do movimento popular em geral, ocorre num momento em que o governo hondurenho é novamente criticado por grupos de direitos humanos do país e do exterior. Em meados de junho, a Comissão de Direitos Humanos de Honduras (Cohch) confirmou as informações divulgadas no último relatório da organização *Americas Watch*, que criticou o governo por sua atuação nesse campo.

Não é a primeira vez que o governo hondurenho é acusado por organizações internacionais de violar os direitos humanos. Segundo a Anistia Internacional, entre 1981 e 1984 as forças armadas tinham montado uma campanha seletiva e sistemática de execuções extra-judiciais e desapareci-



Devido à sua localização geográfica, Honduras se tornou uma peça importante na estratégia norte-americana para a região. O país faz fronteira com Guatemala, El Salvador e Nicarágua. Isso explica a quantidade de bases militares, nacionais e estrangeiras, entre as quais se destacam as de Palmerola e Aguacate.

pois, quando a polícia desalojou pela força os operários que ocupavam as instalações da fábrica. Na maioria das filiais, a retirada dos trabalhadores foi pacífica, exceto na cidade de La Ceiba, na costa atlântica, onde 15 sindicalistas foram detidos.

**Importância estratégica** – Como ocorreu em outros países da América Central, a história de Honduras foi marcada pela ingerência norte-americana e, em particular, da transnacional *United Fruit* (hoje *United Brands*), que durante décadas influenciou decisivamente nos rumos políticos e econômicos do país.

pouco difere da dos seus vizinhos. Até 1981, com algumas exceções, o poder foi exercido diretamente pelos militares. Nesse ano, houve eleições gerais, e desde então os candidatos dos dois principais partidos, o Nacional e o Liberal, se revezam no governo. Mas essa alternância não tem significado reais mudanças. Honduras continua entre os países mais pobres da América Latina e dominado por 26 famílias, das quais nove estão ligadas ao partido no poder. Sua taxa de desemprego gira em torno dos 27%, o número de analfabetos atinge 45% da população e o índice de mortalidade infantil é de 82 crianças por 1.000 nascidas vivas.

mentos, realizadas por uma unidade secreta conhecida como "Batalhão 3-16". Em janeiro de 1988, o Tribunal Interamericano de Direitos Humanos reafirmou as críticas da Anistia, acusando o governo de uma campanha de intimidação contra seus opositores, realizada por esse mesmo batalhão.

Até hoje, pesam sobre o governo denúncias de assassinatos de sindicalistas, camponeses, estudantes, como também a de prisões ilegais e de torturas. O desaparecimento de 200 pessoas levou seus parentes a se organizar e criar um grupo para pressionar o governo a dar explicações sobre o seu paradeiro.

# A queda do outro muro

*Nos guetos negros, a abolição de uma das últimas leis do apartheid foi recebida com satisfação, mas sem demasiadas expectativas. Para a maioria, a democracia multirracial ainda é um sonho muito longe da realidade*

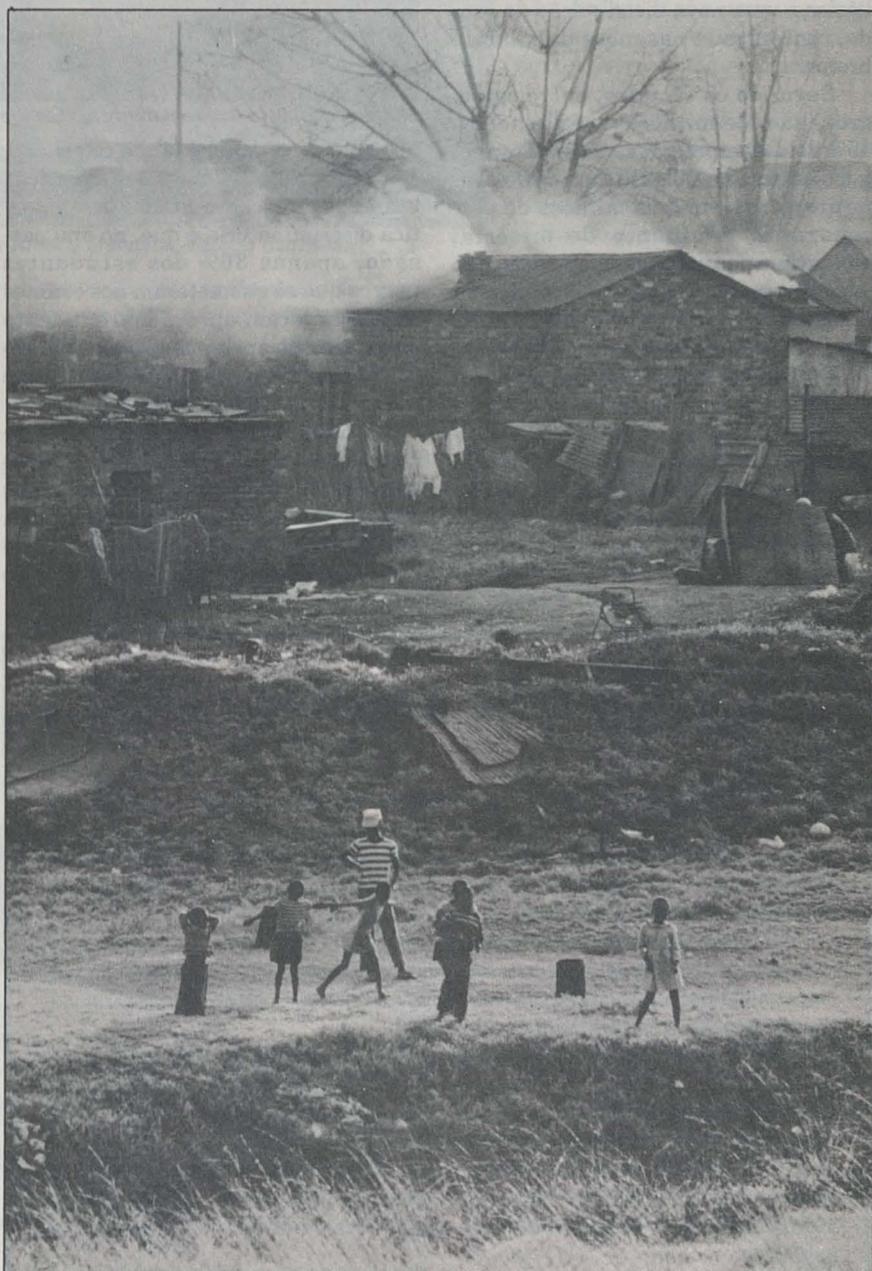
## Claudia Guimarães

Com a revogação da Lei de Registro da População, o governo do presidente Frederick de Klerk deu mais um passo para desmontar a espinha dorsal do sistema de discriminação racial institucionalizado na África do Sul há 50 anos. De fato, a lei, que classificava as pessoas pela cor ao nascer, não tinha um caráter meramente burocrático. Ela condicionava todo o futuro desenvolvimento dos sul-africanos, desde o local onde iriam morar, quais empregos poderiam disputar, em que hospital seriam atendidos, até que praias poderiam frequentar.

A medida foi recebida com satisfação, mas com reservas pela principal organização negra do país, o Congresso Nacional Africano. Para o CNA, se ela não for seguida de iniciativas mais amplas, estará longe de significar o *real* fim do apartheid, como foi anunciado pelo presidente sul-africano, e reafirmado por quase toda a imprensa internacional.

O CNA lembrou que um dos pilares do racismo ainda permanece intacto: a marginalização da maioria negra do poder político. Apesar das promessas de De Klerk de que o próximo passo será a negociação de uma nova Constituição, "que garanta a participação de todos os sul-africanos", não se sabe quando isso acontecerá. Por enquanto, permanece o sistema de um Parlamento tricameral (para brancos, mestiços e asiáticos), onde os negros, que constituem 70% da população, não estão representados.

Para o total desmantelamento do apartheid, o Congresso Nacional Africano exige, entre outras coisas, a libertação de todos os presos políticos (e não apenas dos que Pretória considera como tais), a formação de um governo



*Nos subúrbios negros, o dia-a-dia de miséria e violência não mudou*

provisório, a convocação de uma Assembléia Constituinte e ajuda oficial para o retorno dos exilados (calculados em mais de 20 mil). A organização quer ainda maior empenho de De Klerk para pôr fim aos conflitos entre seus seguidores e os do Inkhata (ver *cadernos*, nº 139, "Apartheid estimula violência entre negros").

#### Riqueza não-compartilhada -

Além da representação política, para a população negra, a esperada democracia multirracial terá também que satisfazer uma de suas reivindicações básicas: uma nova distribuição da renda, concentrada nas mãos da minoria branca.

Segundo os cálculos, entre os negros, há sete milhões de favelados e 45% de desempregados. Só em Soweto, gueto situado a 20 quilômetros de Joanesburgo, vivem dois milhões de pessoas, num ambiente de miséria, violência e desemprego. A situação não é diferente em Crossroads, conhecida cidade-satélite da Cidade do Cabo, ou nos bantustões do interior.

Os grupos anti-apartheid lembram ainda que no sistema de ensino a linha divisória entre as raças não foi rompida. A lei que impedia escolas mistas foi revogada, mas na prática a situação pouco mudou. Cinquenta por cento dos negros são analfabetos, contra apenas um por cento de brancos. O governo sul-



Muitas escolas já aceitam negros, mas a maioria ainda está fora das salas de aula

africano continua gastando quatro vezes mais na educação das crianças brancas. Um dos resultados dessa política discriminatória é que, no ano passado, apenas 36% dos estudantes negros que se submeteram aos exames escolares foram aprovados, enquanto que a taxa de aprovação entre os brancos foi de 97%, a dos asiáticos de 95% e a dos mestiços foi de 79%.

Outra consequência é que cerca de 15 milhões de crianças negras, em idade escolar, não estão frequentando as salas de aula. Essa denúncia foi feita em um encontro patrocinado em fins de junho, em Paris, pela Unesco, o Comitê

Especial contra o Apartheid e pelo Programa Educacional e de Treinamento da ONU para a África do Sul.

Também no caso da Lei da Terra, a abolição da reserva de 87% do território nacional aos brancos tampouco implicou grandes mudanças para a população negra. Em primeiro lugar, porque poucos têm recursos para adquirir alguma propriedade, seja rural ou urbana. Em segundo, porque não determina a devolução efetiva das terras confiscadas nos últimos dois séculos. Numa "pérola" do eufemismo, o porta-voz do Partido Nacional, Piet Marais, afirmou que "a lei não veio para redistribuir as terras, mas as oportunidades de acesso à terra".

## A lenta abertura

Nos últimos anos, o regime sul-africano vem tomando uma série de medidas para suavizar o apartheid. Em 1984, o então presidente Pieter Botha revogou a proibição sobre relações sexuais e casamentos interétnicos e em 1986 aboliu as restrições à liberdade de locomoção, como a obrigatoriedade do uso de um passaporte interno para a maioria negra.

Também foi permitida a formação de sindicatos negros e revogadas as leis que impediam as escolas brancas de aceitarem alunos negros, garantiam empregos exclusivos para os brancos e proibiam líderes negros de viajar ao exterior e falar em atos públicos.

Mas foi com a vitória de Frederick de Klerk, do Partido Nacional, o mesmo de Botha, nas eleições de agosto de 1989, que o regime de Pretória começou a aprofundar sua política de reformas. Em fevereiro de 1990, libertou o líder do Congresso Nacional Africano (CNA), Nelson Mandela, preso durante 27 anos; no ano seguinte aboliu, entre outras leis, a separação de áreas públicas por raça e mês passado a que dividia os locais de residência de acordo com a etnia e a que reservava 87% das terras aos brancos.

**País dividido** - Se do lado dos negros, as reformas têm sido recebidas com reservas, do lado dos brancos, a situação é ainda mais difícil. Ao contrário dos descendentes dos ingleses, mais liberais, os brancos de origem holandesa (os *afrikaners*) se opõem radicalmente a quaisquer concessões à maioria negra. Para eles, De Klerk não passa de um "traidor".

A oposição dos ultranacionalistas tem levado diversos analistas a alertar para o perigo de que a abolição das leis racistas não passe de letra morta. Muitos *afrikaners* já estão se preparando para uma futura África do Sul multirracial comprando terras no interior. Há poucos meses, a televisão mostrou imagens de um grupo fundando uma vila, que será totalmente corcada para impedir a entrada de negros.

Nem sempre, porém, a extrema-di-

reita entra em confronto aberto com a política de reformas. Alguns preferem métodos mais sutis. A revista norte-americana *Time* denunciou recentemente que muitas autoridades locais pró-apartheid estão com planos de privatizar piscinas, campings e áreas públicas. No caso das bibliotecas, o acesso dos negros seria barrado através da imposição de altas taxas de mensalidade.

A própria lei que acabou com a pré-fixação das moradias segundo as raças (a Group Areas Act) deixou uma brecha para a manutenção dos fechados condomínios brancos, ao permitir que os moradores estabeleçam normas próprias pra os seus bairros.

**Correndo contra o relógio** – A rapidez com que o presidente De Klerk vem impulsionando as reformas no sistema de apartheid pode ter chamado a atenção da opinião pública, mas não surpreendeu os analistas internacionais. No dia 30 do mês passado, vencia o prazo dado pela Comunidade Econômica Européia para a democratização do país. De Klerk estava correndo contra o relógio.

Apesar das manobras que têm permitido ao regime driblar o bloqueio, obtendo o que precisa no mercado internacional através de terceiros, a verdade é que a economia sul-africana está precisando de oxigênio. O governo nega qualquer relação entre os dois fatos, mas é na crise econômica que se encontra o verdadeiro motor do atual processo de mudanças.

Essa política tem dado bons frutos. Pouco depois da revogação da Lei de Registro da População, a Comunidade



De Klerk e Mandela: diálogo necessário

Econômica Européia decidiu rever suas sanções à África do Sul, no que foi imitada pelos Estados Unidos e a Organização de Unidade Africana (OUA). Numa outra importante vitória para De Klerk, o Comitê Olímpico Internacional (COI) resolveu no início de julho reintegrar a África do Sul às Olimpíadas, de onde estava alijada desde 1960 por excluir os atletas negros das competições.

A partir de 1977, quando o Conselho de Segurança da ONU proibiu o envio de armas àquele país, o cerco econômico começou a se fechar em torno do regime racista. Dois anos depois, as Nações Unidas lançaram uma campanha pelo embargo de óleo cru e refinado e em 1985 o sistema financeiro internacional

começou a limitar os empréstimos, tanto a empresas quanto ao próprio governo. Onze dos doze países da Comunidade Econômica Européia decidiram suspender a importação de ferro e aço sul-africanos.

Segundo o Centro de Pesquisas de Investimento de Washington, o bloqueio teria custado à África do Sul cerca de 20 bilhões de dólares, em 20 anos. Só no caso dos Estados Unidos, as sanções incluem desde a proibição de novos investimentos, de importação de ferro, aço, moedas de ouro e produtos agrícolas até a não-autorização para a estatal South African Airways aterrissar em território norte-americano.

**Isolamento** – O país já não suporta mais o isolamento internacional. A África do Sul integra as Nações Unidas, mas não tem direito a voto. Junto com o Marrocos, é o único país africano a não pertencer à Organização de Unidade Africana, que reúne todas as nações do continente. Menos de 40 países mantêm relações diplomáticas regulares com o regime de Pretória; o turismo àquele país não é estimulado em várias nações desenvolvidas. O intercâmbio cultural praticamente desapareceu e qualquer turnê de artistas estrangeiros os colocava automaticamente na lista negra da ONU.

Outro fator que sem dúvida pesou nesse processo foi o novo contexto internacional surgido com a *perestroika* na União Soviética, o fim da Guerra Fria e as profundas mudanças econômicas e políticas nos países do Leste europeu. Nesse contexto internacional, não há mais lugar para um regime de discriminação racial institucionalizado.

O que ainda não está claro é até onde o presidente De Klerk pretende avançar nesse processo. Após séculos considerando o negro um estrangeiro em seu próprio país, o regime do apartheid ergueu um muro difícil de ser derubado. A discriminação não está só nas leis, mas principalmente na cabeça das pessoas.

Só o tempo dirá se as reformas e a abolição institucional do apartheid representarão uma mudança real na vida de milhões de negros ou se não passam de concessões no papel para manter, na prática, os mesmos privilégios de sempre da minoria branca. ■



Pretória: afrikaners exigem nas ruas a manutenção de eleições só para brancos



Hun Sen (esq.), Norodom Sihanouk (centro) e Khieu Samphan (dir.): de um acordo entre os três depende a paz

## Final quase feliz

*Depois de mais de duas décadas de guerra, a ONU consegue costurar um acordo entre as facções em luta, abrindo perspectivas reais de paz*

**S**entados, frente a frente, representantes das três facções que lutam contra o governo de Phnom Penh discutem exaustivamente com o primeiro-ministro cambojano o esboço de um acordo que ponha fim à guerra de mais de 12 anos naquele país asiático. O clima é tenso. De um lado, está o *premier*, Hun Sen; do outro, Khieu Samphan, representante do grupo Khmer Vermelho, o príncipe Norodom Sihanouk, da Frente Nacional Unida, e Son Sann, da Frente Nacional de Libertação do Povo do Campuchea. Não é a primeira vez que essa cena ocorre. Mas, ao contrário das anteriores rodadas de negociações, esta caminha para um final quase feliz.

A reunião, promovida em junho passado pela Nações Unidas, terminou com um novo compromisso das forças envolvidas no conflito de aceitar um plano de paz de cinco pontos e estabelecer um cessar-fogo incondicional.

O "quase" ficou por conta das inú-

meras dúvidas que ainda pesam sobre o êxito desse processo de paz. Afinal, não seria a primeira vez que um acordo como esse seria depois desconhecido. Em setembro do ano passado, o governo de Phnom Penh e as três facções guerrilheiras já haviam aceito em Jacarta, Indonésia, um acordo de paz, redigido pelos cinco membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU, mas o conflito prosseguiu (ver *cadernos*, nº 134). O último episódio desse tipo ocorreu há menos de três meses, quando acertou-se um cessar-fogo em 1º de maio, que foi rompido em junho.

**Estranha aliança** – Embora o contexto internacional seja mais favorável hoje a uma solução negociada para os conflitos regionais, como ocorre na América Latina (El Salvador e Guatemala) e África (Angola e Moçambique), no caso do Camboja, as raízes dessa guerra são muito profundas e fazem temer pelo fracasso do recente acordo.

A história do país está marcada por guerras, ocupações estrangeiras e lutas de resistência. Mas pode-se dizer que o atual conflito remonta ao início de 1970, quando o príncipe Norodom Sihanouk é deposto do governo num golpe orquestrado pelos Estados Unidos e o regime do então Vietnã do Sul.

A partir desse momento, o Camboja é completamente envolvido na guerra que os norte-americanos travavam no país vizinho. Com a justificativa de que os guerrilheiros comunistas do Vietnã ali buscavam refúgio, os Estados Unidos ocupam o país. A população civil é alvo de bombardeios e massacres.

Enquanto isso, Sihanouk, então exilado na China, se alia a uma organização de esquerda, o Khmer Vermelho, que em 1975 expulsa as forças norte-americanas e toma o controle do país. No ano seguinte, o Khmer desfaz a aliança política com o príncipe e Pol Pot assume sozinho o poder, instaurando um regime de terror.

Apesar dessa reviravolta, o "namoro" entre o monarca e o Khmer Vermelho é reatado anos depois, quando Pol Pot é derrubado por forças cambojanas apoiadas pelo Vietnã. Dessa vez, os ex-aliados se unem contra o novo governo de Heng Samring, utilizando como principal justificativa para as suas operações armadas a necessidade de resistir à presença de tropas vietnamitas no país. De lá para cá, a aliança passou por altos e baixos, por momentos de entendimento e outros de acentuado distanciamento. São essas circunstâncias que explicam a coligação entre forças tão diferentes quanto o Khmer e o príncipe Sihanouk nas atuais negociações.

**Solução política** – Realizada no agradável balneário tailandês de Pataya, a reunião de junho passado foi resultado de anos de negociações para costurar um acordo de paz no Camboja.

Depois de mais de 12 anos de guerra – e num contexto de distensão Leste-Oeste, que pôs fim aos principais apoios dos lados em conflito – não restava às três partes envolvidas outra alternativa senão buscar uma saída política. O apoio direto vietnamita, e indireto da União Soviética, ao governo cambojano tinha sido incapaz de garantir a vitória sobre a organização guerrilheira nos campos de batalha, já que a maciça ajuda militar chinesa transformou o Khmer Vermelho num dos mais bem armados exércitos da região.

Por outro lado, não bastaria ao Khmer se impor ao governo de Phnom

Penh apenas a nível militar. Responsável por um dos piores genocídios desse século, a organização precisa de um acordo político internacional que dê legitimidade a sua volta ao governo. Por mais que tente passar uma borracha no passado, suas atrocidades – cometidas em nome de um pseudo-comunismo – ainda estão muito presentes na memória das pessoas.

A outra figura chave desse processo é Norodom Sihanouk, o eterno fiel da balança. O príncipe é o líder cambojano que desfruta de maior trânsito internacional, mas não dispõe de força equivalente no campo militar.

O atual acordo, novamente auspiciado pelo Conselho de Segurança, prevê o desarmamento das partes, num período de preparação para eleições livres, e a suspensão da entrega de armas

por países estrangeiros. Outro ponto acertado foi que a ONU se encarregará de administrar o país provisoriamente, através do Conselho Nacional Supremo, onde estarão representadas todas as forças. Decidiu-se que esse órgão será presidido pelo príncipe Norodom Sihanouk e que se estabelecerá na capital cambojana em agosto.

Em linhas gerais, as bases para uma futura paz já estão definidas. Se não houver nenhum retrocesso, talvez o Camboja consiga ter este ano um novo governo, aceito interna e externamente. Mas ainda há muito por fazer. Seja quem for que dirija o país, terá um gigantesco desafio: a reconstrução econômica de uma nação extremamente pobre, exaurida por duas décadas de guerra. ■

Claudia Guimarães

\* 1863: os franceses estabelecem um protetorado no Camboja

\* 1953: é proclamada a independência

\* 1955: o príncipe Sihanouk torna-se *premier*

\* 1970: Sihanouk é derubado pelo general Lon Nol, quando fazia intensas gestões diplomáticas para defender a soberania do seu país, ameaçada pelas tropas norte-americanas no Vietnã. O golpe contou com o aberto apoio dos EUA e do seu maior aliado na região, o Vietnã do Sul. Sihanouk se exila em Beijing (ex-Pequim) e com o apoio do Khmer Vermelho funda a Frente Unida Nacional do Camboja (Funk). Numa escalada do conflito no Vietnã, os EUA invadem também o Camboja.

\* 1975: o Khmer expulsa as forças norte-americanas e assume o controle do país;

\* 1976: enquanto aprovava uma nova Constituição, a Assembléia de Representantes do Povo ratificava a nomeação de Sihanouk e

## Uma história de resistência

Khieu Samphan como chefes de Estado e de governo, respectivamente. Pouco depois, ao regressar do exílio em Beijing, Sihanouk foi forçado a renunciar e mantido em prisão domiciliar, enquanto Pol Pot surgia como “novo homem forte”.

\* Pol Pot inicia o processo de coletivização forçada do campo, abole a moeda, faz expurgos e promove execuções em massa. Aliado a isso, a fome e as doenças terminam por matar nesse período pelo menos um milhão de pessoas. O regime estreita relações com a China e rompe com Hanói.

\* 1977: declarando “desconhecer as fronteiras herdadas do colonialismo”, tropas do Khmer invadem o território vietnamita

\* 1979: com apoio militar vietnamita, a Frente Unida para a Salvação

do Camboja derruba o regime de Pol Pot, assumindo Heng Samring. Para combater o novo governo apoiado pelos vietnamitas – que por sua vez eram respaldados pela URSS – forma-se uma coalizão entre o Khmer Vermelho, Norodom Sihanouk e a organização de Son Sann (ex-primeiro-ministro do príncipe). A China fornece

\* 1980: a coalizão liderada pelo Khmer conseguiu uma importante vitória diplomática ao ser reconhecida pela ONU como o legítimo representante do Camboja, com o argumento de que sua deposição fora fruto da intervenção militar vietnamita

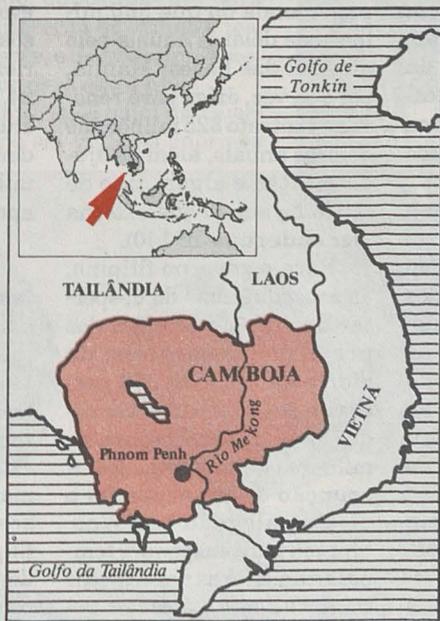
\* 1987: início das conversações de paz

\* 1989: retirada das tropas vietnamitas

\* 1990 (julho): EUA anunciam o fim do apoio à coalizão guerrilheira e negociações com o Vietnã

\* 1990 (setembro): em negociações patrocinadas pela ONU, as partes aceitam um plano de paz e o estabelecimento do Conselho Nacional Supremo

\* 1991 (23 de junho): assinado um novo acordo de paz na Tailândia



# No rastro do vulcão

*A erupção do Pinatubo nas Filipinas leva os EUA a retirar 60% do seu pessoal das bases militares no arquipélago, cuja desativação é uma antiga reivindicação popular*

**O** que anos de protestos populares e ações de grupos pacifistas ou movimentos guerrilheiros não puderam fazer, gases, pedras e lava incandescente conseguiram realizar em poucos dias: a desativação, ao menos temporária, da enorme base norte-americana de Clark, situada a cerca de 20 quilômetros do vulcão Pinatubo, nas Filipinas.

As erupções tomaram a todos de surpresa. O longo sono de mais de 600 anos do vulcão levava as autoridades de ambos os países a considerar a zona segura para as instalações militares de Clark e de Subic Bay, as maiores bases norte-americanas fora do território do país.

Numa ironia do destino, o vulcão voltou à atividade justamente durante as complexas negociações para a



Clark: ao fundo, o cogumelo de nuvens provocado pelo Pinatubo

renovação, por um período de mais sete anos, do tratado que permite aos Estados Unidos disporem de bases no arquipélago. Em setembro próximo, expira o atual acordo e há meses os dois lados vêm travando uma surda queda de braço. Washington diz que não tem condições de pagar mais do que 360 milhões de dólares anuais pelo aluguel das bases; Manila, por sua vez, exige para renovar o contrato 825 milhões de dólares anuais, além de ajuda militar e algum tipo de alívio na sua dívida externa (ver *cadernos*, nº 140).

Para o governo filipino, as consequências do despertar do vulcão vão além dos prejuízos financeiros, da morte de mais de 200 pessoas e dos problemas causados pelo aparecimento de milhares de desabrigados. A erupção do Pinatubo foi o motivo alegado por Washington para suspender temporariamente as negociações sobre as bases e esse fato po-

derá enfraquecer a posição filipina durante as discussões. Além disso, poderá fortalecer a corrente do governo norte-americano que pretende reconsiderar a permanência de Clark e Subic Bay dentro das atuais condições.

Aproveitando a ocasião, Washington determinou a evacuação de 60% do seu pessoal nas Filipinas e o posterior repatriamento de quase 24.500 norte-americanos, incluindo militares e dependentes. De um total de sete mil homens da força aérea, apenas 2.500 ficarão no país.

**Críticas dos ecologistas** - As bases aérea de Clark e naval de Subic Bay constituem um dos mais importantes centros logísticos e de treinamento de forças militares norte-americanas no exterior e são motivo de permanentes protestos de diversos setores da população filipina, que exigem da presidente Corazón Aquino a sua completa desativação.

Se antes esse movimento já era significativo, com o episódio do Pinatubo ele cresceu ainda mais. As críticas mais duras partem agora dos ecologistas locais, que garantem que os Estados Unidos dispõem de ogivas nucleares em Clark, sem a autorização ou o simples conhecimento das autoridades filipinas. A rapidez com que evacuaram seu pessoal só fortaleceu essas suspeitas. A pressa se explicaria, segundo os ambientalistas, pelo medo de um acidente nuclear, caso as lavas do vulcão atingissem o material estocado em Clark.

As reiteradas denúncias levaram um grupo de senadores filipinos a exigir do Parlamento uma completa investigação para determinar se os Estados Unidos possuem ou não armamento nuclear estocado nas bases. Eles estão pressionando a presidente Corazón Aquino para que exija de Washington um esclarecimento definitivo, já que até hoje os norte-americanos não confirmaram nem desmentiram essas informações.

Resta agora esperar para ver as consequências, não só econômicas e sociais, mas sobretudo políticas da erupção do Pinatubo. A principal delas talvez seja trazer à tona o questionamento da validade dos Estados Unidos manterem bases militares no exterior. Não só nas Filipinas, como em outras partes do mundo, essa presença é contestada pelas populações locais, como acontece em Cuba, com a base de Guantánamo. A situação se agrava quando surgem versões, como agora nas Filipinas, de que os Estados Unidos utilizam suas bases para estocar armamento nuclear e outros materiais altamente perigosos, sem nem o conhecimento das autoridades locais.

(L.E.)

# Os ricos não querem concorrência

*Com grande segredo e justificando-se na  
necessidade de preservar a segurança  
militar, os países industrializados planejam  
proibir ou limitar a venda de altas  
tecnologias ao Terceiro Mundo*

## Chakravarthi Raghavan

**D**entro de pouco tempo, é possível que os países do Terceiro Mundo encontrem dificuldade em utilizar fibras óticas em seus sistemas de telecomunicações. As fibras óticas são largamente utilizadas e indispensáveis à transmissão, à distância, de sinais de alta precisão. Elas constituem um dos materiais "sensitivos" a serem incluídos pelos países industrializados na lista de exportações limitadas ou proibidas para países do Terceiro Mundo, segundo fontes autorizadas.

Em consequência da guerra do Golfo Pérsico e da constatação de que o Iraque possuía armas relativamente atrasadas mas suficientemente mortais, os Estados Unidos aparentemente iniciaram conversações com outros países industrializados a fim de criar um sistema de proteção, especialmente contra o Terceiro Mundo. Esse sistema incluiria uma lista e mecanismos semelhantes aos utilizados no *Cocom*, esquentada que, desde 1950, vem negando a venda de tecnologias e materiais "sensitivos" à URSS,

China e países do Leste europeu.

No contexto desse sistema, várias tecnologias de "duplo uso" – que podem ser empregadas para fins pacíficos ou militares –, bem como os produtos que as incorporam, fariam parte de uma lista de itens "proibidos" ou "altamente restritos". Nenhum país europeu permitiria a exportação dos mesmos sem a aprovação das autoridades e mecanismos do *Cocom*.

Nos anos 60, as restrições foram ampliadas de modo a incluir países do Terceiro Mundo, supostamente para impedir a proliferação de armas e tecnologias nucleares, e de materiais acerosos utilizados para esses fins.

Recentemente, após o fim da Guerra Fria, e tendo em vista as enormes

mudanças verificadas na União Soviética e no Leste europeu, essas restrições foram atenuadas, embora algumas continuem em vigor contra a URSS, a China e outros países, e possam tornar-se ainda mais rigorosas caso Moscou abandone sua posição de cooperação com os Estados Unidos.

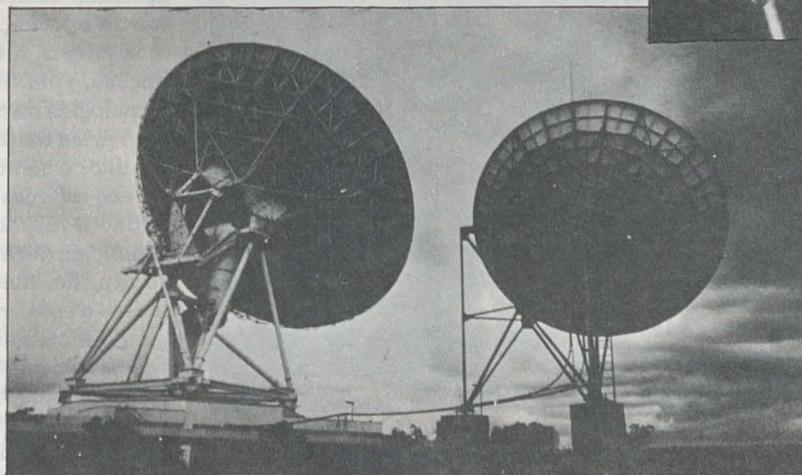
### Proteção contra os comunistas –

De início, o *Cocom* foi estabelecido como proteção contra os países comunistas. Mas, à medida que o Terceiro Mundo se industrializava e os principais países do Primeiro Mundo passavam a enfrentar séria concorrência comercial, várias tentativas foram feitas no sentido de empregar os argumentos da não-proliferação nuclear e do uso de tecnologias militares contra as próprias transferências de tecnologia.

As restrições impostas por esse mecanismo foram aceitas de bom grado pelas principais firmas transnacionais detentoras de patentes, que passaram a se recusar a transferir tecnologias ou a



*As fibras óticas  
(acima),  
indispensáveis à  
transmissão de  
sinais de alta  
precisão, deverão  
ser incluídas  
na lista de  
exportações limitadas  
ou proibidas para  
países do Terceiro  
Mundo*

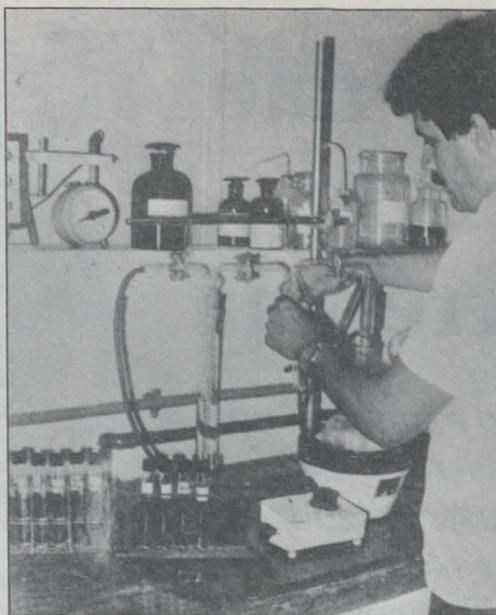


impor rígidos limites a essa transferência. Como declarou há alguns meses Dietr Ernst, assessor do Centro de Desenvolvimento da Organização para Cooperação Econômica e Desenvolvimento (OCDE), "o emprego, ainda bastante comum, de restrições contra a disseminação internacional das chamadas tecnologias de 'duplo uso', assim classificadas nas atuais listas do Cocom, é basicamente um instrumento do neomercantilismo".

À medida que cresce o número de países que, vendo negado o seu acesso às tecnologias, passaram a empreender esforços de engenharia para reconstituí-las ou copiá-las, os EUA lançaram uma campanha, da qual hoje participam a CEE e o Japão. Seu objetivo é limitar a capacidade tecnológica do Terceiro Mundo através das negociações na Rodada Uruguai do Gatt, que pretendem estabelecer um regime de propriedade intelectual e industrial.

**Tecnologia militar** – Consta agora que, na esteira da Guerra do Golfo e tendo em vista o clamor, surgido no Ocidente, de que grande parte do potencial militar do Iraque havia sido desenvolvido ou fornecido pelos Estados Unidos e pela Europa – na época em que estimulavam Saddam Hussein a combater o Irã –, os Estados Unidos e as principais nações européias estão tratando de criar um "super-Cocom", dirigido contra o Terceiro Mundo.

Segundo fontes européias autorizadas, o acordo se apoiaria na justificati-



*Produtos químicos, usados pela indústria farmacêutica, teriam a comercialização restrita*

va de negar e desestimular a transferência de tecnologias militares ao Terceiro Mundo, mas poderia ir muito além disso.

Certos tópicos e discussões referentes a esse acordo fizeram parte de conclaves privados de industriais e autoridades, nos bastidores do simpósio do Fórum Econômico Mundial, realizado na cidade de Davos, Suíça, segundo confidenciaram alguns dos participantes. Durante essas discussões, foi sugerida a inclusão, na lista de proibições, de vários produtos químicos, supostamente em virtude da possi-

bilidade de serem usados na fabricação de armas químicas. Mas muitos deles eram também produtos químicos essenciais a usos farmacêuticos normais.

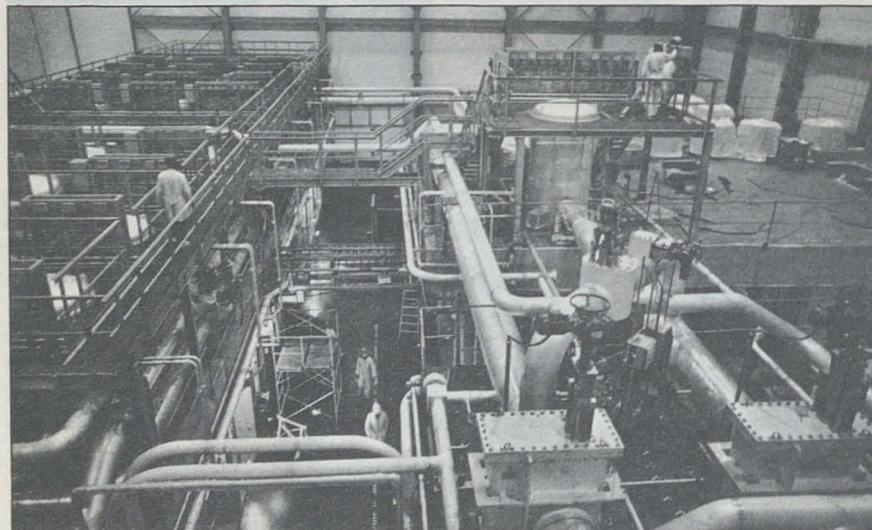
Os países do Terceiro Mundo que se queixassem de tais proibições seriam aconselhados a propiciar o estabelecimento de transnacionais farmacêuticas, através da adoção de leis mais rigorosas na área de proteção a patentes e marcas.

**O caso das fibras óticas** – O mais estranho de tudo isso, porém, seriam os planos de proibir a exportação de materiais de fibras óticas. Há pouco tempo, empresas ocidentais vinham tentando persuadir o Terceiro Mundo a adotar o uso de fibras óticas de alto preço na área das telecomunicações. Embora se recusassem a transferir a tecnologia das fibras óticas, essas firmas mostravam-se dispostas a exportar as fibras, especialmente em troca de contratos para a instalação das redes de telecomunicações.

O motivo pelo qual hoje se procura desestimular o uso de fibras óticas é que elas dificultam em muito a "escuta" de conversas pelos agentes de segurança dos EUA e da Europa, ao passo que esse tipo de espionagem é facilmente feito quando as conversas são transmitidas por satélites, rádio ou microondas.

Com a criação de um "super-Cocom", os Estados Unidos e outros líderes da tecnologia pretendem "isolar" a URSS, a China e alguns países do Terceiro Mundo que já possuem algumas das tecnologias ou as estão desenvolvendo. O Brasil e a Índia, por exemplo, já produzem algumas fibras óticas, mas precisam de acesso a tecnologias capazes de aperfeiçoá-las. Esses dois últimos países, além da China e outras nações, vêm também desenvolvendo tecnologias de mísseis e comunicações.

Várias tentativas já foram feitas no sentido de persuadir esses países a aderir aos esforços das nações industrializadas e impedir transferências de tecnologia para outros países do Terceiro Mundo, mediante a promessa de acesso a essas mesmas tecnologias. Segundo fontes autorizadas, porém, esse acesso seria apenas parcial, não habilitando os países em questão a fazerem progresso tecnológico adequado, de forma independente.



*Os países ricos estão tentando impedir os países do Terceiro Mundo de desenvolver a tecnologia de ponta (acima, usina de enriquecimento de urânio no Brasil)*

# A "Nova Ordem Mundial" de Bush

*O controle mundial através da preservação do status quo atual é a meta dos conservadores norte-americanos, que pretendem ganhar novamente as eleições de 1992*

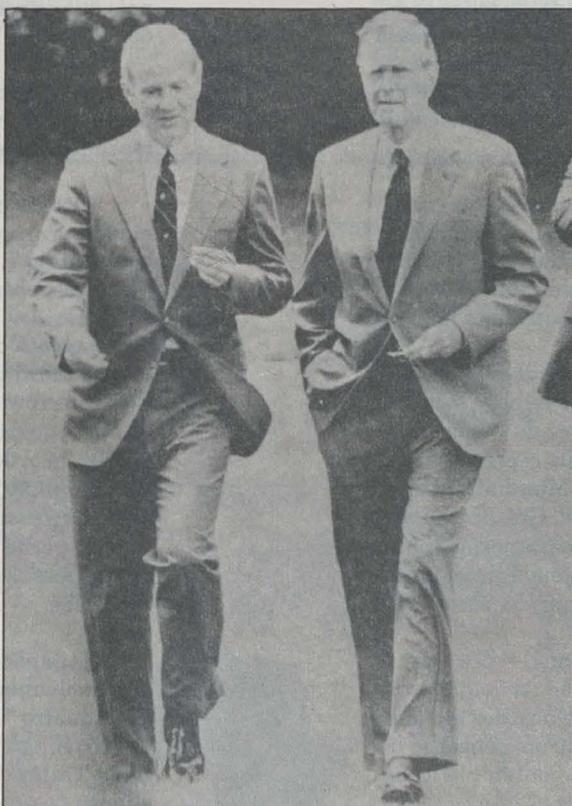
**Brady Tyson\***

O presidente dos Estados Unidos anunciou a criação de uma "Nova Ordem Mundial" em seu discurso de 11 de setembro de 1990. Na realidade, não passou de um slogan. George Bush pensava ser ainda, junto com Mikhail Gorbachev, a coluna vertebral de um novo modelo de cooperação internacional.

Até esse momento, a política externa dos Estados Unidos esteve orientada para fortalecer a aliança com a Europa Ocidental (em 1992, a Comunidade Européia iniciará uma nova fase de integração) e o Japão, reeditando o velho estilo da Comissão Trilateral no contexto ainda de um mundo bipolar<sup>1</sup>.

No entanto, aquele modelo mundial baseado no peso de duas grandes personalidades (primeiro Ronald Reagan e agora George Bush, do lado ocidental, e Mikhail Gorbachev, do lado oriental) foi perdendo seus atrativos para os grandes "arquitetos" da ordem internacional. Principalmente, porque as bases políticas de Gorbachev em Moscou começaram a ceder e o presidente soviético deu marcha-à-ré em seus planos de reformas políticas e econômicas.

O desmantelamento do Pacto de Varsóvia e o crescimento das reivindicações nacionalistas entre os povos do Leste europeu e as várias repúblicas da URSS foram minando definitivamente o prestígio de uma "nova ordem" baseada em duas personalidades de relevância mundial. Henry Kissinger, velho



**Baker e Bush:**  
novo estilo  
diplomático

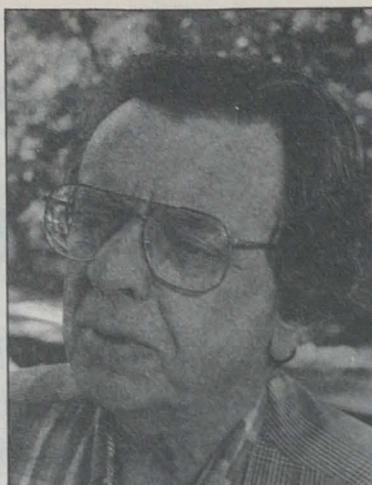
mestre eurocentrista formado na antiga ordem mundial do "equilíbrio de poderes", já havia advertido, que a "nova ordem" não poderia estar baseada no prestígio de *personalidades* individuais. O parâmetro de relacionamento deveria ser, segundo Kissinger, a presença de interesses nacionais compatíveis.

A elite de estrategistas mundiais está buscando, ainda, uma nova fórmula capaz de administrar e estabilizar o planeta neste momento difícil de sua história. Em princípio, existe entre eles a convicção de que qualquer modificação súbita que possa ocorrer no mundo seria algo perigoso. A não ser que se tratasse de movimentos que pudessem ser manipulados "de cima". É evidente que os donos do poder e da riqueza mundiais, aqueles que desfrutam do bem-estar, não querem perder seu domínio. Pelo contrário, pretendem

"estabilizar" o mundo em seu *status quo* atual.

É provável, no entanto, que a situação mundial piore muito, que o mundo se torne mais instável, inseguro e perigoso do que durante a Guerra Fria. Principalmente porque a doença endêmica da Humanidade tem sido ignorada pelas superpotências que, durante sua disputa planetária, se apoderaram da maior parte da energia e da riqueza do mundo.

A Guerra Fria produziu, durante os seus quase 40 anos de duração (de 1945 a 1985), fome, pobreza, desespero e perseguição maciça de populações. Atualmente, as armas nucleares e convencionais, químicas e bacteriológicas têm proliferado em cerca de 25 países. É lógico que a Humanidade tente encontrar uma nova "ordem mundial". Mas se trata de *outra* ordem. Diferente da atual, que tem deixado tanta miséria, repressão e discriminação, permitindo em troca o crescimento descomunal do armamentismo.



*Brady Tyson: analisando o que está por detrás da "Nova Ordem"*

Aceitar simplesmente o anúncio da criação de uma "Nova Ordem Mundial" não basta. A Humanidade deve ter consciência do que isso significa. Os povos de todos os países devem ter o direito de participar na criação dessa nova ordem, baseada na igualdade universal perante a lei; na participação, em pé de igualdade, de todas as raças, culturas, nações e povos. E, sobretudo, que essa nova ordem seja construída em um processo dinâmico, não-violento, que possa ser "modificado em seu próprio transcurso". Embora esta utopia esteja ainda distante.

**Manipulação mundial** – Com as mudanças no perfil internacional – a redução do poder da União Soviética e a aproximação entre Europa Ocidental e Europa Oriental – a idéia de formar um "diretório" dos mais ricos e poderosos para controlar a marcha da história foi reforçada.

Está surgindo uma nova aliança de grandes países. A aliança das "sete irmãs mais velhas", formada pelos cinco membros permanentes do Conselho de Segurança das Nações Unidas, que representam os países vencedores da II Guerra Mundial: a União Soviética, China, Estados Unidos, Grã-Bretanha e França, mais dois países vencidos no mesmo conflito, que atualmente são as nações mais ricas do planeta: Japão e Alemanha. Em conjunto, são os sete países mais poderosos da Terra.

Para impulsionar essa aliança, o presidente George Bush – em uma adaptação da velha teoria *trilateral* – planeja uma série de acordos e pactos com o objetivo de fixar as bases de um consenso internacional mínimo. A proposta contempla as seguintes questões:

- Uma aliança entre Estados Unidos e União Soviética, as duas principais potências militares, para "resguardar a paz" e juntos evitar possíveis epicentros de conflito (especialmente nas regiões do Terceiro Mundo onde não existem antagonismos entre ambas as superpotências).

Um exemplo desse modo de atuar seria o processo de paz em Angola, onde tanto os Estados Unidos

quanto a União Soviética têm-se esforçado para reconciliar seus antigos aliados, que se enfrentaram em uma prolongada guerra civil.

- Um acordo entre Estados Unidos, Japão e Alemanha – os três poderes econômicos mais significativos – para dividir os gastos do trabalho de manutenção da paz mundial e compartilhar a responsabilidade de sustentar o sistema comercial e financeiro internacional.

- A formação de um "diretório" com representantes das "Sete Irmãs", encabeçado pelos Estados Unidos, que formularia a política mundial em seus aspectos básicos e trataria das questões econômicas e militares mais importantes sobre as quais existe acordo.

- Uma aliança dentro da Organização das Nações Unidas (ONU) entre os cinco membros permanentes do Conselho de Segurança, para controlar ou pelo menos "domesticar" a organização e utilizá-la para legitimar as novas políticas e ações internacionais que os sete decidissem, em nome da "Nova Ordem Mundial".

- Uma cadeia planetária de blocos econômicos regionais, estrategicamente liderados por integrantes individuais dos "sete".

- O acordo com México e Canadá, *Eucamex*, somado a acordos regionais mais amplos como os contemplados na rodada de consulta "4 mais 1" (Protocolo entre os quatro países do Mercosul e Estados Unidos, firmado em junho, em Washington) com o objetivo de integrar uma Área de Livre Comércio abrangendo todo o território americano de Point Barrow (fronteira norte do Alasca) até Terra do Fogo, no extremo sul da Argentina.

Um acordo desse tipo garantiria, na ótica de Bush, o fluxo de mão-de-obra e recursos naturais para a economia dos Estados Unidos e, ao mesmo tempo, permitiria manter a estabilidade política das regiões de maior conflito da América Central e do Caribe.

- O Japão atuaria como banqueiro e árbitro do desenvolvimento da Ásia, especialmente da China e dos quatro "Tigres" – Coréia do Sul, Taiwan (Formosa), Singapura e, provavelmente, Hong Kong, mais Tailândia e Filipinas –, que formam uma aliança de grande agressividade comercial em todo mundo, com rápido desenvolvimento industrial.

- A Europa estaria encarregada de coordenar o "desenvolvimento" africano. Seria também responsável pela estabilidade nesse continente, fonte tradicional de recursos naturais e mão-de-obra para as nações européias.

- A União Soviética coordenaria o desenvolvi-

mento da região da Sibéria e participaria como sócia da Alemanha no processo de desenvolvimento dos países do Leste da Europa.

A batalha principal que as "Sete Irmãs" devem enfrentar se dará, naturalmente, no Oriente Médio. A meta é o controle das ricas jazidas de petróleo ou, pelo menos, garantir os preços baixos do óleo cru. Os "sete grandes" dependem do petróleo barato do Oriente Médio e a perspectiva de uma mudança pode inclusive levar à explosão de uma nova Guerra Fria ou de uma III Guerra Mundial.

A presença militar ostensiva dos Estados Unidos na região, que provavelmente será estável, foi decidida contra a vontade dos árabes e dos soviéticos que queriam uma força panarabe de unidade, para dirigir a pacificação da área.

**A nova Trilateral** – Muito antes do anúncio da nova ordem de George Bush, a ex-embaixadora Jane Kirkpatrick escreveu um artigo mostrando as semelhanças entre o pensamento de George Bush e os pressupostos da Comissão Trilateral elaborados por seu fundador, David Rockefeller, já falecido.

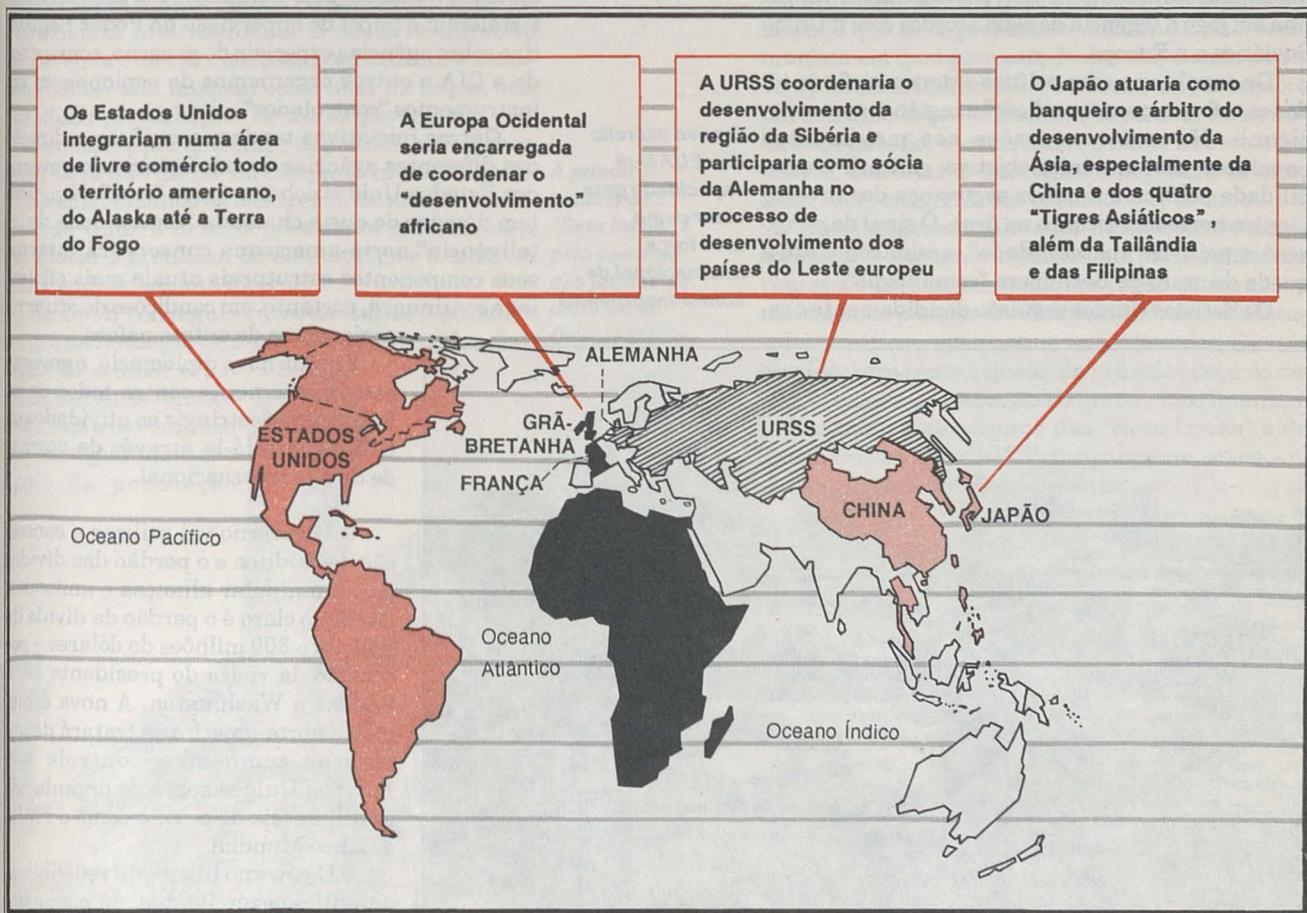
Rockefeller queria formar um "diretório" internacional com os principais dirigentes políticos e financeiros da Europa Ocidental, dos Estados

Unidos-Canadá e do Japão<sup>2</sup>.

A instituição se encarregaria de coordenar um programa de desenvolvimento sustentado no Terceiro Mundo (como forma de frear "a ameaça comunista"), lutaria para fortalecer a aliança anti-soviética e trataria de criar formas de cooperação para diminuir a concorrência e os conflitos entre os países capitalistas mais ricos e as principais empresas transnacionais.

O perigo que representa a formação da aliança dos "sete grandes" tem levado setores não-identificados com esses interesses a buscar formas alternativas que respeitem a vigência do Direito Internacional por cima dos acordos privados que os países mais poderosos possam fazer. Esses novos modelos deveriam contemplar a participação do Terceiro Mundo em condições compatíveis com a satisfação de suas necessidades humanas mínimas. E buscar a forma de diminuir as diferenças entre os indicadores de bem-estar do Terceiro Mundo e do Primeiro Mundo.

É a teoria dos chamados *One Worlders* (numa tradução literal "Unimundistas"), designação que inclui ecologistas, partidários de um sistema jurídico mundial obrigatório, técnicos que elaboram políticas de desenvolvimento para a ONU, os chamados "liberacionistas", militantes dos direitos humanos,



grupos que lutam pela democracia em todo o mundo, defensores da Carta das Nações Unidas e da Declaração Universal dos Direitos Humanos, pacifistas e todos os que acreditam na possibilidade de se estabelecer uma Ordem Mundial Cooperativa.

Todos esses setores são da opinião de que é preciso se opor à elite conservadora que trata de fortalecer o *status quo* mundial. Mas para isso é necessária uma estratégia e uma tática que estejam à altura dos meios que o adversário possui.

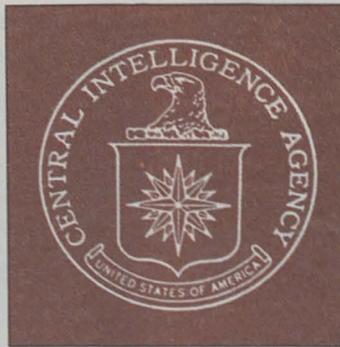
**Palavra-de-ordem: “estabilizar”** – O surgimento de um mundo “unipolar” leva os Estados Unidos à defesa intransigente do *status quo*. Por ser o único país capaz de tomar decisões que afetam todo o planeta, é oportuno constatar que a elite norte-americana tem ficado em uma posição defensiva.

Todo novo realinhamento internacional afetaria o poder atual dos Estados Unidos em detrimento do mundo “unipolar”. Por isso, a palavra-chave neste momento nos Estados Unidos é “estabilizar”. É preciso “responder aos novos desafios”, “pacificar”, tudo em nome da “Nova Ordem Mundial”.

Do ponto de vista do presidente Bush, a “nova ordem” não teria muito interesse em promover o respeito aos direitos humanos, nem tampouco fomentar insurreições, nem guerras de fronteira quando não estiverem em perigo os interesses vitais dos Estados Unidos (petróleo, por exemplo) ou se ponha em jogo a vigência de seus acordos com a União Soviética e a Europa.

De acordo com essa política externa, se farão todos os esforços para “pacificar” a região centro-americana. Haverá concessões aos movimentos populares, com um único objetivo: garantir a estabilidade política e a maior segurança dos investimentos norte-americanos na área. O sinal de perigo será a palavra “instabilidade”, assim como até a queda do muro de Berlim era “comunismo”.

Os Estados Unidos seguirão decididamente o ca-



*Um dos setores chaves para a atual política norte-americana é a chamada “comunidade de inteligência”*

minho do Eucamex (Acordo de Livre Comércio entre Estados Unidos, Canadá e México) e depois o de um sistema de “economia livre de mercado” em todo o continente, para enfrentar melhor a concorrência da Europa e Japão.

Tratará assim de manter o fluxo de mão-de-obra e recursos naturais abundantes para o mercado consumidor norte-americano. Como todos os governos norte-americanos desde o último quarto do século XIX até agora, o de Bush continuará protegendo os interesses comerciais e bancários das grandes empresas norte-americanas em todo mundo, em nome da “economia livre de mercado”.

**A diplomacia de Bush e Baker** – Já está traçado o perfil de um novo estilo diplomático *B/B*: a diplomacia Bush/Baker. Para usar uma imagem, o secretário de Estado cumprirá o papel de dono da maior loja dentro de uma movimentada galeria comercial.

A diplomacia *B/B* dispõe de várias cartas:

- Os Estados Unidos mantêm um sistema diplomático e de inteligência em todo mundo. Algumas medidas adotadas pelo Congresso norte-americano fortalecem o papel de supervisão do Poder Legislativo sobre agências especiais do governo, convertendo a CIA e outros organismos de espionagem em instrumentos “controlados”.

Outras iniciativas tendem a unificar a direção das diferentes agências de inteligência do governo dos Estados Unidos sob um único “tzar”. Ninguém tem dúvidas de que a chamada “comunidade de inteligência” norte-americana conservará intactos seus componentes estruturais atuais mais eficientes e continuará, portanto, em condições de atuar na espionagem de outros países.

Em sua nova diplomacia, o governo está abertamente contra todos os esforços para restringir as atividades da CIA e controlá-la através de normas de direito internacional.

- O governo vai utilizar a concessão de créditos e o perdão das dívidas para manipular alianças e amizades. Exemplo claro é o perdão da dívida da Polônia – 800 milhões de dólares – por ocasião da visita do presidente Lech Walesa a Washington. A nova diplomacia norte-americana tratará de aumentar também o controle dos Estados Unidos sobre os organismos multilaterais de crédito como o FMI e o Banco Mundial.

- O governo Bush está redefinindo o perfil do exército que, no momento,

*O novo exército dos EUA terá capacidade para atuar como uma força internacional de contra-insurgência*



continua sendo um polvo gigantesco, com tentáculos em todo o mundo e com bases em 35 países. O novo exército estará montado sobre uma estrutura de alta tecnologia e grande treinamento e terá capacidade para atuar como uma força internacional de contra-insurgência. A idéia é que possa agir tanto contra movimentos populares no Terceiro Mundo, como contra eventuais países que não se submetam à política norte-americana, ao estilo de uma "Força de Reação Rápida".

● O governo dos Estados Unidos continuará cumprindo seu papel de grande traficante de armas convencionais e de intermediário entre o complexo militar-industrial norte-americano e governos do Terceiro Mundo. O argumento a ser usado é que um corte nos fornecimentos dos EUA produziria o surgimento de outros vendedores em seu lugar. Uma redução nas atividades do mercado de armas pode desestabilizar o complexo militar-industrial do país.

**O medo aos pobres e "amarelos"** – É provável que a decisão de Bush de lançar-se à construção de uma "Nova Ordem Mundial" com essas características obedeça mais a razões de política interna que a problemas internacionais. Bush deve enfrentar em novembro de 1992 eleições presidenciais e necessita manter sua imagem como líder da nação, sem introduzir perturbações no *status quo* interno.

Se optasse por enfrentar os problemas internos, Bush teria que mexer no complexo industrial-militar, desmobilizando as bases em todo mundo, um legado da Guerra Fria. O presidente também teria que atacar o problema do desemprego e o cada vez maior endividamento interno.

Se Bush conseguir caracterizar seu mandato como a da fundação de uma "Nova Ordem Mundial" capaz de reduzir (aparentemente) as tensões mundiais e os conflitos, e se conseguir manter o apoio da população



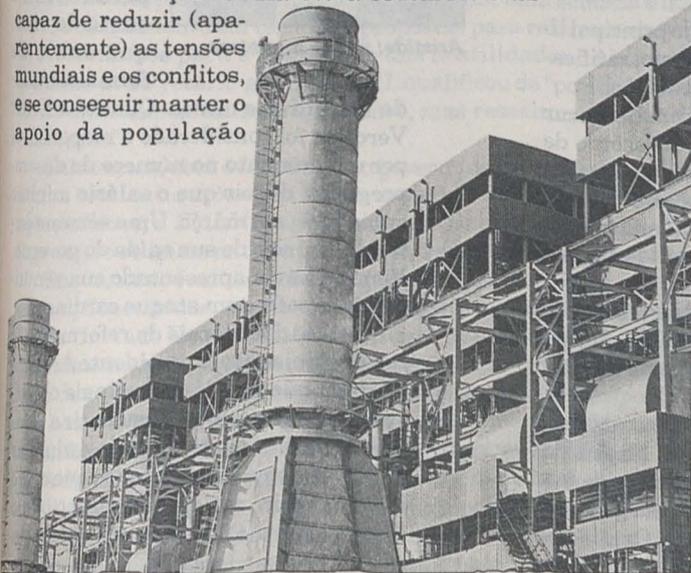
**O comunismo já não é o pesadelo dos norte-americanos, e sim uma possível revolta dos pobres**

para o papel de polícia mundial que pretende destinar aos militares, poderia controlar as minorias ativas dentro do país e manteria vivo o parque militar-industrial. Dessa forma, Bush poderia vender a imagem de herói nacional, ao mesmo tempo que distrairia o povo norte-americano de seus verdadeiros problemas.

Finalmente o governo explora, através de alguns de seus políticos mais representativos, uma nova versão da velha teoria do dominó. Essa teoria foi utilizada nos EUA para atemorizar a população, dizendo que se se permitisse uma única vitória comunista em qualquer país do mundo, a onda de revoluções seria incontrolável. Atualmente se explora um outro medo que se insinua nos setores mais ricos da sociedade norte-americana: o temor à revolta dos pobres, dos *browns* (morenos) e negros; à invasão amarela e, em geral, aos oprimidos do mundo.

Esses temores explorados no subconsciente da sociedade norte-americana servem para legitimar a repressão futura, em qualquer lugar do mundo, a movimentos populares verdadeiramente socialistas e democráticos, que possam tomar o poder. Seriam considerados como a queda da primeira peça do dominó, capaz de reproduzir novos movimentos, ameaçando a segurança das "Sete Irmãs" e da "Nova Ordem Mundial". Principalmente, ameaçando a segurança dos Estados Unidos.

**A principal batalha das "Sete Irmãs" é pelo controle das jazidas de petróleo do Oriente Médio**



Brady Tyson é professor de Relações Internacionais na School of International Services da American University, em Washington D.C., onde ensina e pesquisa na área de política externa dos Estados Unidos.

<sup>1</sup>Antes que George Bush utilizasse a denominação "Nova Ordem Mundial", J. Kirkpatrick (julho de 1990, em *O Washington Post*) caracterizou a política externa do governo como "trilateralista". O professor da Universidade de Harvard, Joseph S. Nye, considerado o "cérebro" do governo Bush, propôs a recomposição do poder mundial através de uma aliança entre Japão, Alemanha e Estados Unidos, em seu livro *Bound to Lead: The Changing Nature of the American Power*.

<sup>2</sup>A Comissão Trilateral foi criada em 1973 por David Rockefeller como "uma iniciativa privada norte-americana, europeia e japonesa para discutir assuntos de interesse comum". Nesse foro, estavam representados os diretores das maiores empresas e bancos transnacionais dessas três regiões (daí o nome de "trilateral"), bem como intelectuais, membros dos serviços de segurança e políticos. Seu objetivo era evitar que a crescente concorrência entre o capitalismo norte-americano, europeu e japonês chegasse a um ponto de ruptura. Mas, sobretudo, procurava delinear uma estratégia comum para a expansão das transnacionais e a sua adequação à nova realidade do mundo.



A Assembléa Constituinte abriu uma nova etapa na história do país

## COLÔMBIA Negociação em vez de violência

Diferentes segmentos da vida política colombiana são da opinião de que o país entrou em uma outra etapa, dominada pela negociação em vez da violência, que pode conduzir a uma nova institucionalidade e à modernização econômica.

Três fatos marcam o surgimento dessa etapa: a reforma promovida pela Assembléa Nacional Constituinte, as negociações em curso entre o governo e a Coordenação Nacional Guerrilheira e o avanço da política de levar os narcotraficantes à Justiça.

A primeira oferta de rendição ao narcotráfico foi feita pelo governo de Belisario Betancur. Mas a proposta não encontrou eco nos chefes da máfia das drogas. Pelo contrário, o assassinato do ex-ministro da Justiça, Rodrigo Lara, do qual se acusa o Cartel de Medellín, deu início ao ciclo de violência que se acirrou no final dos anos 80, quando o presidente Virgilio Barco declarou guerra ao narcotráfico.

O atual governo de Cesar Gaviria conseguiu a rendição do principal líder do Cartel de Medellín, Pablo Escobar, através de um decreto, ratificado pelo Parlamento, determinando o fim dos acordos de extradição.

Já as negociações com a guerrilha começaram em 1984, com Betancur e as Forças Armadas Revolucionárias Colombianas (Farc). O acordo de paz fracassou, mas deu origem à União Patriótica, mediante um acordo eleitoral do Partido Comunista com o grupo rebelde em processo de legalização. O espaço político da UP (que perdeu cerca de dois mil militantes, assassinados desde então) foi ocupado em um ano de legalidade pelo M-19, que se converteu na terceira força política do país.

O processo de negociação com as forças rebeldes que ainda não depuseram as armas foi retomado em 3 de junho passado, em Caracas. Foi estabelecida uma agenda preliminar para chegar ao problema mais crucial: o cessar-fogo.

Todos esses avanços não seriam possíveis sem um novo contexto institucional. Ao terminar o trabalho de redação da nova Carta Magna do país, a Assembléa Nacional Constituinte resolveu autodissolver-se. As eleições legislativas foram marcadas para outubro, quando surgirá um novo Congresso Nacional, já regido pela nova Constituição. Os constituintes não podem ser candidatos nas próximas eleições.

## HAITI Mudanças no governo

Em apenas quatro meses de gestão, o presidente Jean-Bertrand Aristide já realizou três mudanças no seu gabinete. Em 22 de maio, o primeiro-ministro René Preval destituiu o ministro da Justiça Bayard Vincent; e menos de um mês depois, foram substituídos o ministro Smarck Michel, do Comércio, e Ernst Verdieu, de Assuntos Sociais.

No caso de Bayard Vincent, o anúncio de sua demissão ocorreu poucas horas depois de estourar um escândalo envolvendo o procurador-geral Anthony Alouidor, que havia sido indicado pelo próprio ministro. Alouidor, um advogado educado nos Estados Unidos, foi detido em maio sob as acusações de corrupção e de ter permitido a fuga do juiz Emmanuel Vital, preso por retardar o processo contra uma figura ligada ao ex-ditador Jean-Claude Duvalier.

As duas outras demissões ocorreram devido à pressão popular. Em atos públicos, manifestantes cobriram do



Aristide: novos ministros

governo de Aristide a cabeça de vários ministros, incluindo o do Comércio e de Assuntos Sociais. Smarck Michel foi acusado de não tomar medidas para reduzir o custo de vida, que subiu de forma acentuada nos últimos meses. Quanto a Ernst Verdieu, foi considerado o responsável por um aumento no número de desempregados, depois que o salário mínimo subiu 88%, em março. Uma semana antes do anúncio de sua saída do governo, Verdieu havia apresentado sua renúncia, após sofrer um ataque cardíaco.

Poucos dias depois da reformulação no seu ministério, o presidente Aristide afirmou que um dos principais objetivos do seu governo será garantir a estabilidade política, de forma a estimular a volta dos capitais haitianos que estão no estrangeiro e proporcionar, no plano interno, um melhor nível de vida para os seus compatriotas.

PARAGUAI  
Guinada política



Assunção: os sem-terras engrossam as favelas da capital

Dois fatos marcaram a vida política do Paraguai nos últimos meses. O primeiro foi a vitória de um candidato independente nas eleições para prefeito da capital, Assunção. Contrariando as pesquisas de opinião, onde aparecia em segundo lugar, o médico Carlos Filizzola conseguiu derrotar o candidato do partido oficial, o Colorado, que há décadas monopoliza o poder.

As eleições de maio passado foram as primeiras na história do país onde se pôde votar de forma direta para prefeito. Filizzola, que é membro do Conselho Diretivo da CUT (Central Unitária de Trabalhadores) começou a ficar conhecido quando liderou um movimento de médicos e funcionários do Hospital das Clínicas da capital. Sua candidatura foi apoiada pelo movimento "Assunção para Todos", formado por membros da CUT, da Confederação Paraguaia de Trabalhadores, das associações de moradores, organizações de mulheres, artistas, intelectuais etc.

Rompendo completamente o estilo dos políticos tradicionais, Filizzola anunciou que pretende promover e respeitar a autogestão das organizações populares, e criar um Conselho de Associações de Moradores com representantes em cada bairro. Entre as prioridades de sua gestão, afirmou, estão melhorar o transporte público e solucionar o cíclico problema das cheias do rio Paraguai, que afetam 10% da população da capital.

acertado que, dentro de no máximo seis meses, o presidente do Congresso Nacional deverá convocar a Assembléia Nacional Constituinte.

Entre os artigos que se pretende abolir na nova Constituição estão a reeleição por tempo indefinido do chefe de Estado, a proibição dos funcionários públicos de se sindicalizar e as limitações à liberdade de reunião e expressão.

A vitória do jovem sindicalista foi considerada pelos analistas uma verdadeira revolução num país marcado pelo bipartidarismo. E ganha maior importância se se leva em conta que o Paraguai não vive ainda em um regime de plena liberdade, mas sim um lento processo de transição após a queda da ditadura de Alfredo Stroessner, em abril de 1989.

Em outro importante passo desse processo de mudanças, o Parlamento e o Conselho de Estado decidiram em junho passado substituir a atual Constituição, promulgada por Stroessner em 1967. Ficou

AMÉRICA CENTRAL  
Acordo difícil

A última rodada de negociações entre os movimentos guerrilheiros de El Salvador e Guatemala e os respectivos governos, realizada em meados de junho passado, no México, terminou sem acordos concretos.

As discussões entre o governo salvadorenho e a Frente Farabundo Martí para a Libertação Nacional (FMLN) duraram uma semana e mais uma vez giraram basicamente em torno das propostas para reformar as forças armadas e os mecanismos para a suspensão das hostilidades. Alvaro de Soto, representante do secretário-geral da ONU, qualificou de "positiva" a reunião realizada na cidade mexicana de Querétaro, mas ressaltou que "ainda há assuntos pendentes".

Entre estes, está o fato de que o governo de San Salvador só aceita proceder a uma reestruturação das forças armadas depois da guerrilha suspender as ações bélicas; a FMLN, por sua vez, não concorda em estabelecer um cessar-fogo se não se inicia antes o processo de reformas na instituição militar.

Enquanto se realizavam as negociações em Querétaro, em outra cidade mexicana, Cuernavaca, representantes do governo da Guatemala e dos guerrilheiros da Unidade Revolucionária Nacional Guatemalteca (URNG) participavam de mais uma rodada de negociação para esboçar um acordo que ponha fim a 30 anos de guerra. Segundo o mediador das negociações, o bispo Rodolfo Quezada, não houve acordo algum, "mas encontramos um mecanismo que nos levará ao entendimento na próxima vez que nos sentarmos juntos".

A direção da frente guerrilheira não compartilha do mesmo otimismo. Para a URNG, enquanto não se resolverem os problemas econômicos e sociais do país, não haverá solução para o conflito interno. "O que queremos é que se produzam mudanças reais. Até lá, não vamos passar para a legalidade".

NICARÁGUA

O ex-presidente Daniel Ortega foi designado secretário-geral da Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN), durante uma reunião da Assembléia do partido, em junho passado. Sua nomeação foi decidida por unanimidade pelos 200 delegados da Assembléia, integrada pelos principais dirigentes da organização. Até então, Ortega atuava como coordenador da Comissão Executiva da FSLN e ao mesmo tempo era membro do Diretório Nacional. Na década passada, o diretório sandinista era quem definia a política oficial nicaraguense. Na época, era integrada por nove membros, entre os quais o general Humberto Ortega, que renunciou em fevereiro de 1990 para continuar como chefe das forças armadas.

## ARGÉLIA O FIS ataca de novo

O processo de abertura política iniciado há dois anos na Argélia, com a adoção da Constituição que autoriza a implantação do pluripartidarismo, está ameaçado. Os choques ocorridos a partir de maio entre partidários da Frente Islâmica de Salvação (FIS), liderada pelo xeque Abassi Madani, e as forças governamentais – que levaram o presidente Chadli Benjedid a decretar o estado de sítio – deixaram um saldo de centenas de mortos, feridos e milhares de detidos. Entre eles, estavam o próprio dirigente do FIS, seu segundo homem, Ali Belhadj, e cerca de 2.500 militantes dessa organização.

As eleições legislativas previstas para 27 de junho passado foram adiadas para outubro, mas ninguém sabe com certeza se esse novo calendário eleitoral poderá ser cumprido. Apesar de não ter alcançado a magnitude dos levantes promovidos pela FIS em 1988, os incidentes deste ano reforçam a tese de que a transição do sistema político argelino para uma democracia ao estilo ociden-

tal será difícil. O motivo é a falta de visão democrática do processo político por parte da Frente Islâmica de Salvação, o principal partido de oposição da Argélia, que nas eleições de 1990 ganhou em quase todos os municípios.

As eleições legislativas de junho deste ano eram uma verdadeira prova de fogo para os fundamentalistas argelinos, os únicos que obtiveram o registro legal para exercer suas atividades em todo o Maghreb.

Para poder disputar as eleições, a FIS tinha que tomar a ofensiva política. Essa é a interpretação da maioria dos observadores sobre sua decisão de reconduzir os militantes às ruas, com o pretexto de que a lei eleitoral aprovada pelo governo favorecia a situacionista Frente de Libertação Nacional (FLN) nas grandes cidades, reduto dos fundamentalistas.

Assim, em 23 de maio a FIS lançou a palavra-de-ordem de “greve geral” com duas reivindicações: uma nova lei eleitoral e antecipação das eleições presidenciais. Apesar de que essa ati-



Simpatizantes do FIS rezam durante ato contra o governo

tude poderia parecer um movimento de reivindicação democrática, as palavras-de-ordem gritadas nas ruas pelos seguidores de Madani mostravam outra realidade: “Abaixo a democracia”, “Viva o Estado Islâmico, sem voto”, “Nada de Constituição, só a palavra de Deus”, diziam os manifestantes ao enfrentar as tropas do governo. Os fundamentalistas, de fato, nunca lutaram pela implantação de um sistema democrático.

Em 4 de junho; o presidente Chadli ordenou ao exército reprimir as manifestações fundamentalistas. O novo primeiro-ministro, Ahmed Ghozali, empossado em

meio à crise, evitou organizar um novo governo exclusivamente com quadros da FLN. Uma de suas primeiras afirmações públicas foi seu compromisso de lutar pela efetiva realização das eleições legislativas, ao mesmo tempo em que mostrou flexibilidade inclusive diante das demandas dos fundamentalistas.

De sua habilidade para conduzir o processo político de aqui até outubro e da hostilidade dos fundamentalistas dependerá a possibilidade de realizar as eleições nessa nova data, e a continuidade do processo de abertura democrática.



## TUNÍSIA

*A Anistia Internacional denunciou a prática de tortura a opositores islâmicos nas prisões e na própria sede do Ministério do Interior da Tunísia, país situado no norte da África. Mais de 70 pessoas continuavam incomunicáveis e dois presos políticos apareceram mortos em circunstâncias não-esclarecidas entre abril e maio.*

*Em fins de maio, quase 300 muçulmanos fundamentalistas foram detidos, entre eles cem militares, acusados de tentar organizar um golpe de estado. Todos eles pertencem à organização político-religiosa fundamentalista An-Nahda, que está proscrita.*

SOMÁLIA

## Separatistas não cedem

Desde a queda do regime militar de Siad Barre, em janeiro passado, em meio a violentas batalhas que deixaram um saldo de mais de 3.500 mortos e 5.000 feridos, a Somália vive um clima de incerteza e violência. As disputas entre grupos familiares rivais são o principal obstáculo para conseguir a pacificação desse empobrecido país do chamado Chifre da África. Depois de dez anos de intensas lutas pelo controle do poder, a Somália se encontra à beira da falência e no centro de uma grave crise econômica e política.

No sul do país – região colonizada pela Itália até a independência, em 1960 – o Congresso Somaliano Unido (CSU), que controla Mogadíscio, a capital, trava sangrentas batalhas com o Movimento Patriótico Somaliano (MPS) pelo controle da região. Em junho, o MPS tomou a segunda cidade do Sul, Kismayu, e declarou estar disposto a avançar sobre a capital.

Por sua vez, o Movimento Nacional Somaliano (MNS), a mais antiga das facções em luta, controla todo o norte do país, chamado Somaliland antes da independência, quando era colônia britânica. O norte e o sul se uniram em 1960 para dar lugar à atual Somália.

Po discordar politicamente do CSU, a direção do MNS anunciou em 17 de maio a secessão da Somália do norte, proclamando a República da Somalilândia, com capital em Hargeisha, antiga capital colonial.

O governo interino do Congresso Somaliano Unido não reconheceu a proclamação separatista, afirmando que o norte é parte integrante da República Democrática da Somália, e que a secessão deveria ser anulada.



Mogadíscio: a guerra continua

GANÁ

## Nova Constituição

A forte onda de mudanças políticas que varreu os sistemas de partido único no Leste europeu teve importantes reflexos na África. Em Gana, a crise que sufoca o país desde 1986 criou o terreno propício para a propagação das reivindicações por democracia. O tenente da aeronáutica Jerry Rawlings, que tomou o poder em junho de 1979 em nome da democratização do país, cedeu às pressões e concordou em iniciar um processo de abertura, que passa pela redação de uma nova Constituição. O governo anunciou ainda uma anistia política e exortou os exilados a retornarem, para que ajudem “na reconstrução do país”. Em junho se realizaram eleições para escolher os membros de uma Assembléia Consultiva de 260 membros, cuja tarefa é redigir a nova Carta Magna. Mas Rawlings nomeou um Comitê Redator, integrado por juristas renomados, que elaborou um esboço da nova Constituição. Esta deve ser estudada e eventualmente ratificada ou modificada pela Assembléia Consultiva.

O governo orientou o Comitê Redator sobre quais disposições deveriam ser incluídas na Carta. O Parlamento, que se chamaria Assembléia Nacional, seria eleito por voto universal. Na nova Carta estão contempladas uma imprensa e um Poder Judiciário livres, uma política de Estado que garanta uma economia liberal e uma democracia participativa, e a eleição de um presidente para exercer o Poder Executivo. A Assembléia Consultiva começou a funcionar em 1º de julho passado.

## CAMARÕES

*A oposição de Camarões, o país que se tornou conhecido por sua inesperada e brilhante participação na última Copa do Mundo representando a África, pediu a renúncia do presidente Paul Biya. O Comitê Coordenador da Oposição Nacional (CCONN), que foi proscrito pelo governo, exortou a população de Camarões a manter sua campanha de desobediência civil. A meta é forçar as autoridades a convocar um diálogo nacional que estabeleça as bases da transição para um sistema democrático.*

*O documento da oposição acusa o presidente de não enfrentar devidamente a crise econômica, de concentrar mais poderes para legislar por decreto e de organizar eleições fraudulentas.*

## UGANDA

**Cedendo a pressões internas e externas, o presidente de Uganda, Yoweri Museveni, reduziu seu gabinete com a extinção de dez cargos de ministros, oito de ministros de Estado e 18 vice-ministros. Os principais críticos do**

**avantajado Poder Executivo ugandense eram o Banco Mundial e o FMI. Mas Museveni tinha**

**difficuldade para cortar seus 72 ministros, porque o gabinete refletia a difícil composição política que ele tinha costurado para pacificar o país. Todos os partidos políticos, incluindo seus antigos rivais, estão representados no governo. Para Museveni, a ampla base política de sua administração é que lhe permitiu restaurar e manter a paz, após anos de guerra civil.**

## ÍNDIA

A revista *Índia Hoje*, a mais importante desse país asiático, acusou em sua edição de julho o chefe dos "Tigres" tamis do Sri Lanka de ter ordenado o assassinato de Rajiv Gandhi. Segundo a publicação, Vellupillai Prabhakaran, líder separatista guerrilheiro tamil, teria ordenado a execução do ex-primeiro-ministro da Índia temendo que seu regresso ao poder pudesse significar um revés para a luta do seu povo por um Estado separado na ilha de Sri Lanka. O assassinato, que impediu o retorno político de Gandhi, teria sido estudado de forma meticulosa desde 1990. Durante seu governo anterior, Rajiv Gandhi tinha enviado tropas da Índia supostamente para atuar como mediador na guerra civil da vizinha Sri Lanka. Mas os soldados acabaram por participar diretamente da luta, do lado do governo central de Colombo. A investigação da revista se baseou em pistas vitais oferecidas pelo fotógrafo Haribaru também tamil e membro do comando suicida.



Guerrilheiros tamils no Sri Lanka



O bombardeio a áreas residenciais de Bagdá (foto) matou milhares de civis

## ESTADOS UNIDOS No banco dos réus

Uma audiência pública realizada em Bruxelas, Bélgica, condenou os Estados Unidos por seus "crimes de guerra" no Golfo, como a destruição de objetivos civis no Iraque e a execução de prisioneiros inimigos. "Processaremos todos os indivíduos (envolvidos), incluindo o presidente George Bush, se forem considerados culpados de crimes de guerra", declarou Ramsey Clark, ex-procurador-geral dos Estados Unidos, que iniciou uma campanha mundial em maio último contra o papel de Washington na guerra.

Durante a audiência, realizada mês passado, Ramsey Clark apresentou as conclusões de sua visita ao Iraque feita em fevereiro e relatórios de especialistas e jornalistas, além dos testemunhos de palestinos que fugiram do Kuwait depois da expulsão das tropas de ocupação iraquianas.

Entre os especialistas que visitaram o Iraque após o fim da guerra, estava uma equipe de médicos da Universidade de Harvard, que afirmou que em seis semanas de bombardeios diários contra objetivos civis e militares morreram pelo menos 125 mil pessoas, enquanto outras 175 mil estão condenadas a perder a vida pela escassez de comida, epidemias e falta de atendimento médico.

Segundo Ramsey Clark, as forças internacionais incendiaram deliberadamente todos os poços de petróleo iraquianos, assim como 20% dos kuaitianos, por razões militares e econômicas.

Durante a audiência pública, vieram à tona novas denúncias sobre detenções ilegais, torturas e execuções extra-judiciais de palestinos pelas autoridades kuaitianas. Calcula-se que cerca de 13 mil palestinos estejam presos no Kuwait, sob o argumento de que teriam colaborado com as tropas de ocupação iraquianas.

Em todo o mundo, organizações internacionais têm se mobilizado em defesa dos direitos humanos no emirado. Nos Estados Unidos, o Watch Group pediu que se libertasse ou voltasse a julgar os presos condenados e a Anistia Internacional criticou os processos sumários realizados pelas cortes marciais. A Organização Árabe pelos Direitos Humanos, com sede no Cairo, que se opõe à pena de morte em casos políticos, também exortou o xeque Al-Saabah a não ratificar as condenações à morte e a suspender os julgamentos até que os acusados possam gozar de garantias legais. Até o Departamento de estado, depois de meses de silêncio, se manifestou preocupado pela sequência de condenações à morte.

A pressão internacional já deu como resultado a comutação, em fins de junho, de 29 penas de morte para prisão perpétua. As acusações a essas pessoas abrangem desde delitos considerados graves, como abrigar soldados iraquianos, violar ou assassinar, até atitudes como gritar slogans pró-Iraque, pedir um emprego em um jornal iraquiano ou simplesmente usar uma camiseta com a imagem de Saddam Hussein.

## MINORIAS Em defesa dos curdos?

O presidente François Mitterrand admitiu, durante as comemorações da festa nacional francesa, no dia 14 de julho, que possivelmente seu país apóie um novo ataque contra o Iraque das forças comandadas pelos Estados Unidos. A única divergência com as afirmações de Bush era sobre os objetivos do ataque: enquanto o presidente norte-americano alegava a necessidade de destruir o potencial nuclear de Saddam Hussein, Mitterrand aludia à defesa dos direitos humanos dos curdos.

É possível que nenhum dos dois esteja falando a verdade. O jornal *The Observer*, de Londres, afirmou que o Iraque está muito longe de constituir um verdadeiro perigo nuclear, pois não dispõe de condições técnico-científicas para construir a bomba atômica. Para esse prestigioso jornal londrino, a verdadeira meta de um eventual ataque seria matar Saddam Hussein.

A justificativa de Mitterrand tampouco tem consistência. Em 8 de julho, líderes curdos, liderados por Masoud Barzani e Jalal Talabani, voltaram a se reunir com uma comissão do governo de Bagdá para negociar o tratado de autonomia e paz, um mês depois da interrupção no último diálogo bilateral.

O próprio Talabani, líder histórico dos nacionalistas curdos, declarou que a assi-

natura do acordo era iminente, faltando apenas definir o destino da cidade petrolífera de Kirkuk. Tanto o governo como os autonomistas reivindicam o controle do importante centro petrolífero do norte do Iraque.

Enquanto isso, os curdos se mobilizam para protestar contra a repressão, mas não de Bagdá e sim do regime turco. Em Londres, Viena e outras capitais européias houve a meados de julho intensa mobilização de emigrantes e exilados curdos para chamar a atenção do Ocidente sobre a repressão

desencadeada pelo governo da Turquia, onde vive a maioria dos 18 milhões de curdos.

Em Londres, os manifestantes ameaçaram incendiar a embaixada da Turquia e causaram danos ao prédio. Em Viena, os simpatizantes da Frente Nacional do Curdistão (ERNK) bloquearam o acesso ao edifício da Imprensa Internacional, sede também da agência de imprensa austríaca, para exigir uma "cObertura sincera" sobre a situação dos curdos na Turquia e "contra a política de avestruz" da Europa Ocidental diante das violações aos direitos humanos naquele país.

Em abril, o governo turco aprovou uma lei antiterrorista que, segundo os exilados, serve como pretexto para "reprimir a oposição política e as reivindicações por uma autonomia curda".

A mobilização dos curdos na Europa Ocidental também tem por objetivo obter a solidariedade da opinião pública para com os presos políticos curdos que estão em greve de fome nas prisões turcas.



Reunião de autoridades iraquianas com líderes curdos

## INDONÉSIA

Apesar de pertencer à Comissão de Direitos Humanos das Nações Unidas, a Indonésia está sendo acusada pela organização *Asia Watch*, com sede nos Estados Unidos, de "praticar execuções sumárias, torturas e prisões arbitrárias". Em um relatório distribuído em Washington, *Asia Watch* advertiu que a campanha do exército indonésio contra o Movimento Livre Aceh ("Aceh Merdeka") se intensificou nos últimos meses.

A Indonésia também tem sido reiteradamente acusada de graves violações aos direitos humanos na ocupada ilha de Timor Leste. Desde 1975 - quando Portugal se retirou de sua ex-colônia e as tropas indonésias ocuparam ilegalmente o território - o movimento nacionalista Fretilin luta pela independência.

## VIETNÃ

O VII Congresso do Partido Comunista do Vietnã ratificou sua opção por um sistema socialista. "O comunismo é o único caminho para o Vietnã", sentenciou a mensagem de abertura dos trabalhos. Os quase 1.200 delegados que se reuniram em Hanói discutiram várias teses e analisaram as mudanças ocorridas nos países do Leste europeu, mas não modificaram sua opção ideológica.

"Muitos se perguntam se o partido poderá manter um programa eficiente num momento em que o socialismo está se desintegrando", disse Van Ninh, secretário-geral do PC vietnamita. "É verdade que existe uma crise, tanto na prática quanto na teoria. Mas o Vietnã tirou importantes lições de suas próprias experiências, da perestroika e dos acontecimentos em outros países. Por isso, vamos nos esforçar para levar adiante o que chamamos de 'uma economia de mercado comandada pelo Estado'", afirmou Van Ninh. E acrescentou, respondendo aos que exigem do Vietnã a decisão de adotar o sistema multipartidário: "No passado, durante o regime apoiado pelos EUA, o país tinha 24 partidos, mas não havia democracia".

# As razões da vida e da morte

José Maria Rabêlo

**S**ão praticamente três os argumentos de quem defende a pena de morte. Vamos relacioná-los aqui e mostrar a sua impropriedade. Vejamos

1º) *A pena de morte intimida o criminoso*

Falso. O assassino age, invariavelmente, em estado de profunda perturbação dos sentidos. Mesmo o mais insensível dos criminosos não avalia as consequências do seu gesto. Se o fizesse não iria expor-se aos riscos que a prática do crime acarreta, às vezes por tão pouco. Admitir o contrário seria exigir uma frieza que as pessoas não têm. Conforme revela Cláudia Guimarães, no excelente dossiê publicado no último número de **cadernos do terceiro mundo**, as pesquisas realizadas pelo Comitê da ONU sobre Prevenção do Delito e Luta contra a Delinquência não conseguiram provar o caráter dissuasivo da pena de morte.

A igual conclusão chegou o psiquiatra Sadataka Kogi, que estudou os casos de 145 presos, condenados no Japão. Ele verificou que nenhum deles se lembrou, antes de cometer o homicídio, de que existia a pena capital no país e de que poderia ser executado.

As estatísticas nesse sentido são irrefutáveis. Nos EUA, que constituem um dos poucos países do mundo ocidental a adotar a pena máxima, a taxa de homicídios dos Estados que a mantêm correspondem ao dobro daqueles que já a aboliram: 106 homicídios por milhão de pessoas no primeiro caso, contra 53 no segundo, de acordo com dados do FBI.

2º) *A pena de morte elimina o criminoso*

Falso. As execuções, nos diferentes países que adotam a pena, são em número muito pequeno. Para alcançar aquele objetivo macabro, eliminando fisicamente o criminoso (ou os criminosos), seria necessário mergulhar a sociedade num mar de sangue e terror. Pois, para seus defensores, o leque de crimes puníveis é bem amplo, como os de estupro, roubo ou sequestro seguido de morte. "E, naturalmente – como sustenta o deputado Amaral Neto –, os crimes de sangue, assassinatos de líderes rurais, de crianças, *seja lá o que for*".

3º) *A pena de morte é exemplificadora*

Falso. Cada execução provocaria uma onda de protestos, sobretudo nos casos controvertidos, que muitas vezes transformaria o criminoso em vítima. Foi o que aconteceu com o mais famoso condenado à morte nos Estados Unidos, Caryl Chessman, que aguardou durante anos a execução. Neste período, transformou-se em personalidade nacional e internacional, publicando livros, participando de programas de televisão, provocando uma tal comoção, que sua morte acabou voltando-se contra a própria existência da pena.

No Brasil, em que um jovem suspeito de homicídio nos Estados Unidos vira herói nacional, imagine-se o que ocorreria em cada caso de aplicação da sentença de morte.

Contra a pena, entretanto, há outros argumentos fortes.

O primeiro deles é de que não é solução alguma com relação à segurança das pessoas, como demonstram os países que a adotam. Os Estados Unidos – e voltamos a citar o caso americano pela sua importância – são uma das sociedades mais violentas do mundo, apesar do rigor de seus tribunais.

A criminalidade tem outras causas, que envolvem todo o conjunto de fatores sociais, e que não estão relacionadas com a natureza da relação penal.

Outro argumento contra a pena é o da falibilidade dos mecanismos judiciais. A prova disso, ainda estamos tendo agora com a revelação de que existem, no Rio, milhares de presos reclusos às prisões, com suas penas já cumpridas ou em condições de serem libertados.

Tudo isso, sem falarmos nos erros judiciários, em que a condenação se torna irreparável. O caso dos irmãos Naves, que deu origem a um dos melhores filmes do cinema brasileiro, é dramaticamente irresponsável. Sob tortura policial,

dois irmãos confessaram o assassinato de um primo, que havia desaparecido com uma grande quantia de dinheiro. Condenados, um deles morreu na prisão e o outro já estava preso há dez anos. Pois aí, para escândalo da cidade de Araguari, no Triângulo Mineiro, onde o falso latrocínio teria ocorrido, a vítima apareceu, viva e vendendo saúde. Se existisse pena de morte, os dois irmãos teriam sido executados.

Nos Estados Unidos, até hoje, quase 40 anos depois, a cealuma em torno da morte do casal de cientistas Julius e Ethel Rosenberg, que foram acusados de terem passado segredos atômicos à União Soviética, conti-

nua. Cada vez vai ficando mais evidente, com as revelações que se fizeram nos últimos anos, que se tratou de um terrível erro judiciário.

Além do mais, pela própria tradição brasileira, temos uma Justiça de classe, perante a qual os pobres dificilmente conseguem fazer valer seus direitos. Basta ver a condição social de nossa população carcerária, praticamente toda ela procedente das camadas sociais mais humildes.

Esta constatação forjou a convicção quase generalizada, que é ao mesmo tempo um retrato de nossas iniquidades sociais e um anátema ao tipo de justiça exercido no país: "Justiça no Brasil é só para pobre e negro". Ao admitirmos essa avaliação, conclui-se que a pena de morte seria também, e somente, para pobres e negros, estes os mais pobres de todos.

E, para terminar, se a pena de morte fosse realmente uma solução para o problema da criminalidade, o Brasil estaria numa situação invejável. São milhares de execuções sumárias, praticadas a cada ano pelos grupos de extermínio, inclusive os linchamentos, como não ocorre em nenhum outro país do mundo.

**A pena de morte  
está cercada  
de mitos  
repetidos de  
forma acrítica  
pelos seus  
defensores**

Agora todo o mundo é verde.



O Banerj sempre foi verde porque nasceu aqui.

**BANERJ**

NATURALMENTE LIGADO AO RIO

# RIO



Rio do mar, do sol,  
do verde da mata,  
da Pedra, da praia,  
dos shoppings, do chopp,  
do Cristo, do bondinho,  
da cidade menina  
cheia de beleza.

## RIO - A MARCA DO TURISMO POR NATUREZA.

**RIO** Prefeitura  
da Cidade